



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GISELE DE BRITO BRAGA

**O DESPERTAR DE UMA NOVA REALIDADE: A FORMAÇÃO DE FORMADORES
PARA A EDUCAÇÃO DA TERCEIRA IDADE NA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DA
TERCEIRA IDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

MANAUS – AM
2022

GISELE DE BRITO BRAGA

**O DESPERTAR DE UMA NOVA REALIDADE: A FORMAÇÃO DE FORMADORES
PARA A EDUCAÇÃO DA TERCEIRA IDADE NA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DA
TERCEIRA IDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas - PPGE, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Zeina Rebouças Corrêa Thomé.

MANAUS – AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B813d Braga, Gisele de Brito
O despertar de uma nova realidade : a formação de formadores para a educação da terceira idade na Fundação Universidade da Terceira Idade do estado do Amazonas / Gisele de Brito Braga . 2022
142 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Zeina Rebouças Corrêa Thomé
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Envelhecimento. 2. Idoso. 3. Educação. 4. FUnATI. I. Thomé, Zeina Rebouças Corrêa. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

GISELE DE BRITO BRAGA

**O DESPERTAR DE UMA NOVA REALIDADE: A FORMAÇÃO DE FORMADORES
PARA A EDUCAÇÃO DA TERCEIRA IDADE NA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DA
TERCEIRA IDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

DATA: 20/05/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Zeina Rebouças Corrêa Thomé – UFAM – Presidente

Dr. Euler Esteves Ribeiro – FUNATI – Membro

Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição Fraga – UFRN – Membro

Prof^a. Dr^a. Arminda Rachel Botelho Mourão – UFAM – Membro

Prof^a. Dr^a. Terezinha Lima da Silva – FUNATI – Membro

Prof. Dr. Luiz Carlos Cerquinho de Brito – UFAM - Suplente

Prof. Dr. Oziris Alves Guimarães – UERR - Suplente

À minha mãe, Rosa Mendonça de Brito
Ao meu pai, José dos Santos Pereira Braga
Ao meu filho, Matheus Braga Alves
Ao meu irmão, Márcio de Brito Braga
Ao meu marido Acram Salameh Isper Jr.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À minha mãe, minha melhor amiga e companheira da minha existência, que nunca soltou minhas mãos e, com paciência e dedicação, me guia nessa jornada chamada vida.

Meu anjo da guarda...

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, professora doutora Zeina Rebouças Corrêa Thomé, pela valiosa orientação, amizade, companheirismo e crença na minha capacidade para realizar os estudos necessários ao meu doutoramento, sem o que seria difícil empreender essa difícil, mas importantíssima caminhada;

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação pela possibilidade da realização dos estudos de doutoramento e ao significativo acolhimento;

Aos professores doutores do Curso de Doutorado: Zeina Rebouças Corrêa Thomé, Rosa Mendonça de Brito, Michelle de Freitas Bissoli, João Luiz da Costa Barros, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel, pelos significativos ensinamentos;

Aos professores doutores: Fabiane Maia Garcia e Luiz Carlos Cerquinho de Brito pelo acompanhamento nos estágios docente I e II;

Às professoras doutoras: Arminda Rachel Botelho Mourão, Maria da Conceição Fraga, Terezinha Lima da Silva e aos professores doutores: Euler Esteves Ribeiro e Oziris Alves Guimarães pelas contribuições oferecidas no momento da Qualificação;

Ao Reitor da FUnATI, Dr. Euler Esteves Ribeiro e às professoras Kennya Márcia Mota e Márcia Santoro, Coordenadora e Sub-Coordenadora de Ensino da FUnATI, pelo empenho em disponibilizar os documentos e materiais que possibilitaram a pesquisa;

À professora doutora Rita Maria dos Santos Puga Barbosa, pela disponibilização de estudos e documentos referentes ao “Programa Idoso Feliz Participa Sempre”, da UFAM;

Ao meu marido Acram Jr., pelo apoio e companheirismo nessa caminhada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pelo financiamento ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM.

RESUMO

A História nos mostra através das lendas, da literatura, da etnologia e das obras científicas, que desde a antiguidade a questão da velhice é percebida tanto pelo indivíduo quanto pela sociedade de forma diversa e muitas vezes ambígua ou contraditória, independentemente do tempo e do espaço. Não apenas as sociedades, mas, também, os próprios indivíduos velhos enxergam a velhice ora como incômoda e inútil, ora como útil e detentora de honra e sabedoria, e que esta é muito mais penosa para os pobres e para as mulheres em função da falta de recursos para o cuidado e a manutenção de sua saúde, de sua vida, assim como de sua aparência. A questão do cuidado e da educação das pessoas envelhecidas ou integrantes da Terceira Idade, cuja criação por Pierre Vellas ocorreu em 1973, com o objetivo de contribuir para melhorar a condição da velhice nas sociedades e a solidariedade entre as gerações. No Brasil o primeiro Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), foi criado em 1982 pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. No Amazonas, o pioneirismo da implementação de ações e atividades educacionais voltadas para a Terceira Idade, recai sobre a Universidade Federal do Amazonas, através do projeto de extensão denominado “Idoso Feliz Participa Sempre”, iniciado em 1993 sob a Coordenação da Professora Doutora Rita Puga. Com essa mesma preocupação, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) criou em 2007 a UnATI, hoje FUnATI, idealizada e dirigida, até o momento, pelo Dr. Euler Esteves Ribeiro, com atuação **multidimensional**: ensino, pesquisa, extensão e assistência, de modo que atinja uma parte significativa do universo da população envelhecida de Manaus, e a partir de 2021, de Itacoatiara e Parintins.

Palavras-chave: Envelhecimento. Idoso. Educação. FUnATI.

ABSTRACT

History shows us through legends, literature, ethnology and scientific works, that since antiquity the question of old age is perceived both by the individual and by society, in a diverse and often ambiguous or contradictory way, regardless of time and space. Not only societies, but also, old individuals themselves see old age now as uncomfortable and useless, or as useful and possessing honor and wisdom and that it is much more painful for the poor and for women due to the lack of resources for the care and maintenance of their health, of his life, as well as of his appearance. The issue of care and education of aged people or members of the Third Age, whose creation by Pierre Vellas occurred in 1973, with the aim of contributing to improve the condition of old age in societies and solidarity between generations. In Brazil the first Center for The Study of the Third Age (NETI), was created in 1982 by the Pontifical Catholic University of Campinas. In the Amazon, the pioneering implementation of educational actions and activities aimed at the Third Age falls on the Federal University of Amazonas, through the extension project called "Idoso Feliz Participa Sempre", started in 1993 under the coordination of Professor Rita Puga. With this same concern, the State University of Amazonas (UEA) created in 2007 unati, today FUnATI, idealized and directed, to date, by Dr. Euler Esteves Ribeiro, with multidimensional action: teaching, research, extension and assistance, leading to reaching a significant part of the universe of the population aged from Manaus, and from 2021, Itacoatiara and Parintins.

Keywords: Aging. Elderly. Education. FUnATI.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 ABERTURA DO CAMINHO E O CAMINHAR.....	14
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	17
<hr/>	
3 QUESTÕES TEÓRICAS.....	22
3.1 O ENVELHECER: UM BREVE CAMINHAR PELA HISTÓRIA	22
3.1.1 Questão Biológica do Envelhecimento	23
3.1.2 Concepções, Imagens e Atitudes sobre a Velhice	27
3.2 O ENVELHECIMENTO NO BRASIL	51
3.2.1 Primeiras ações em favor do idoso no Brasil	54
3.2.2 Amparo às pessoas idosas no Brasil.....	55
3.2.2.1 Política Nacional do Idoso – Lei nº 8.842/1994	56
3.2.2.2 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa	57
3.2.2.3 Estatuto do Idoso	58
3.3 EDUCAÇÃO CONTINUADA	59
3.3.1 Educação Continuada e o Envelhecimento	65
3.4 UNIVERSIDADE ABERTA	70
3.4.1 Universidade Aberta da Terceira Idade	72
3.4.2 A Docência na Universidade Aberta da Terceira Idade	75
3.4.3 A Pedagogia e a Educação do Idoso: algumas perspectivas	78
3.5 UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE NO BRASIL	91
3.6 UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE NO AMAZONAS.....	93
3.6.1 UFAM e a Universidade Aberta da Terceira Idade.....	94
3.6.2 UEA e a Universidade Aberta da Terceira Idade - UnATI.....	98
4 FUnATI/AM - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE	100
4.1 ENSINO	103
4.1.1 Curso de Especialização em Gerontologia e Saúde do Idoso	104
4.1.2 Curso de Formação do Educador Social do Envelhecimento	111
4.1.3 Outros Cursos	112
4.2 PESQUISA	113
4.2.1 Idoso da Floresta	114
4.2.2 Dieta Amazônica na Saúde e Longevidade	114
4.2.3 Marcadores Sociais de Envelhecimento e Qualidade de Vida do Idoso	
 Futuro da Zona Urbana de Manaus-AM.....	123
4.2.4 Estrutura de Apoio às Pesquisas	124
4.3 EXTENSÃO	127
4.3.1 Oficinas Livres	127
4.3.2 Palestras e Campanhas Educativas	128
4.3.3 Programa de Preparação para Aposentadoria	129
4.4 ASSISTÊNCIA EM SAÚDE - POLICLÍNICA GERONTOLÓGICA	129
4.5 EXPANSÃO DAS ATIVIDADES.....	132

REFLEXÕES EM CONCLUSÃO	134
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

“O velho que eu serei amanhã, terei de começar a pensar nele hoje”.

Estella Antonio

Envelhecer é um processo natural, envelhecer com qualidade é uma questão de educação e saúde.

Educar para envelhecer é aprender ao longo da vida a envelhecer com qualidade em contato com diferentes agentes educativos (em contextos educativos formais e não formais) colocados para promover a educação na perspectiva de um processo de transformação individual na tripla dimensão: do saber (conhecimentos); do saber fazer (habilidades) e; do saber ser (atitudes) que permitam e promovam a qualidade de vida na última fase da vida (CARVALHO, 2020, p. 18).

A preocupação com a questão da educação e dos cuidados envolvendo as pessoas envelhecidas ou integrantes da Terceira Idade, como se convencionou na atualidade, se refere às pessoas com 60 anos ou mais, se configura como função precípua das Universidades da Terceira Idade, cuja criação ocorreu em 1973, em Toulouse, por Pierre Vellas. A partir de então dezenas de universidades deste tipo foram criadas na França e no mundo inteiro com o objetivo de contribuir para melhorar a condição da velhice nas sociedades e a solidariedade entre as gerações.

No Brasil, como está posto no texto, foi a Universidade Federal de Santa Catarina quem criou, em 1982, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), primeiro programa brasileiro com características de Universidade da Terceira Idade. Todavia, fora a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 1990, quem replicou o modelo francês, sustentado nas ideias de Pierre Vellas.

Até 2017 o Brasil tinha mais de duzentos programas para idosos funcionando junto às instituições de ensino superior, quase todos desenvolvidos como projetos de extensão universitária, com características de educação permanente de natureza não formal. Conforme Cachioni (2018, p. 59) esses projetos, apesar de apresentarem características diferenciadas, possuem objetivos comuns em suas propostas, tais como: preocupação com a qualidade de vida, participação e autonomia do idoso, promoção de saúde, oportunidades educacionais e culturais que permitam o desenvolvimento pessoal e coletivo, assim como a sua inserção social.

No Amazonas, o pioneirismo da implementação de ações e atividades educacionais voltadas para a Terceira Idade, recai sobre a Universidade Federal do Amazonas, através do projeto de extensão denominado Idoso Feliz Participa Sempre (PIFPS-U3IA-FEFF-UFAM), iniciado em 1993 sob a Coordenação da Professora Doutora Rita Puga. A continuidade da atuação do Programa vem ajudando a construir novas visões sobre o envelhecimento e a perspectiva de sentido e possibilidades para essa faixa etária da vida, possível de aprendizado, superação de limites, saúde, alegria e respeito a si mesmo.

Em 2007, através da Resolução nº. 20/2007, do Conselho Universitário (CONSUNIV), foi instituída a Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI), como núcleo de ensino, pesquisa, extensão e assistência sobre questões relacionadas ao envelhecimento humano, para atuar em parceria na Escola Superior de Ciências da Saúde – ESA, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), criada em 2002, sendo transformada pela Lei nº. 4.625, de 13 de julho de 2018, em Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade, tendo como objetivos, no que se refere à educação, conforme Art. 9º, alínea XI, ofertar

cursos de formação, capacitação e pós-graduação, com foco no processo do envelhecimento humano e seus vieses; fomento de parcerias institucionais para a promoção do ensino da gerontologia; coordenação das atividades de estágio curricular; promoção de campanhas educativas para o envelhecimento saudável.

Essa atribuição é confirmada através do Art. 2º do seu Estatuto que afirma ter a mesma a

finalidade institucional de promover o ensino, a pesquisa e a extensão, com função político-social de formar profissionais cidadãos para atuarem e promoverem mudanças na sociedade, visando o processo de envelhecimento com qualidade, bem como a oferta de cursos de graduação e pós-graduação.

As motivações para empreender o presente estudo decorreram, especialmente, da minha formação em Psicologia; dos estudos e observações sobre o comportamento humano; do desenvolvimento de projetos e vivências em **atividades profissionais** junto à essa faixa etária na Fundação Dr. Thomas e no CETAM – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, onde são desenvolvidos vários cursos para idosos, assim como do desejo de identificar e analisar as ações de formação de professores **para atuação junto a Terceira Idade**, realizadas pela

Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade do Amazonas (FUnATI), visando **verificar e analisar, tendo em vista** as funções de ensino estabelecidas na Lei de sua criação e em seus Estatutos, **quais os cursos ofertados à sociedade pela FUnATI que possibilitam a formação de formadores para atuarem na educação e no atendimento aos idosos no Estado do Amazonas.**

A realização do curso de Especialização em Gerontologia e Saúde do Idoso realizado na UnATI, em época que trabalhava na Fundação Dr. Thomas, me possibilitou a aquisição de novos conhecimentos sobre o envelhecimento e um maior contato com os seus projetos e, com isso, implementar ações que contribuíram com a melhoria da qualidade de vida dos idosos ali atendidos. Sob minha coordenação foi criada a Sala de Estimulação Cognitiva e oferecidos cursos de alfabetização, oficinas da memória, oficinas de música, gincanas esportivas adaptadas, etc.

Em decorrência da continuidade da minha atuação junto às pessoas idosas ou pertencentes à terceira idade e ainda acompanhando as atividades desenvolvidas pela FUnATI, resolvi desenvolver como trabalho final do meu doutoramento a seguinte Tese: A qualificação dos servidores e dos professores para atuarem na FUnATI/AM é realizada através da formação continuada, especialmente, em nível de especialização.

A relevância do estudo recai sobre o fato de a Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUnATI) ser a única instituição do gênero que atua como um Centro de referência de ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde voltados para questões inerentes ao envelhecimento e na formação de recursos humanos na área de Gerontologia e Saúde do Idoso, na condição de Fundação. Por isso mesmo, com autonomia jurídica, administrativa, financeira e pedagógica para desenvolver um processo de ensino que promova a formação de formadores que possam atuar com maior competência na educação de pessoas idosas, levando em consideração que esse tipo de educação deve ser menos disciplinar, menos acadêmica e mais associada às necessidades dos idosos, identificadas pela instituição e, se for o caso, apontar novos caminhos para a referida formação.

Para dar conta dos objetivos, refletir, confirmar ou negar a Tese levantada, foram elaborados os seguintes questionamentos:

1. Quais as questões que fizeram surgir a preocupação com as pessoas idosas?

2. Quando se iniciam as ações voltadas para o amparo e a educação de idosos e quais os instrumentos legais que orientam a questão do envelhecimento no Brasil?
3. Quais as iniciativas e instituições voltadas para a atenção e a educação de idosos no Amazonas?
4. De que modo a FUnATI/AM realiza a processo de ensino para a formação de formadores que irão atuar junto à pessoa idosa?
5. Qual o perfil requerido aos professores de idosos que atendem as demandas preconizadas pelas políticas brasileiras e que podem se constituir em referência para a formação continuada de professores na FUnATI/AM?

O desenvolvimento das questões levou à seguinte estrutura do estudo:

Introdução - Neste item, a fim de bem situar o leitor, apresentamos os motivos, os objetivos e a Tese afirmada.

1. Abertura do caminho e o caminhar – tem por finalidade mostrar o objeto e o campo da pesquisa, isto é, o percurso metodológico do desenvolvimento do estudo.
2. O “estado da arte” ou revisão da literatura - visando reunir referências sobre o estado atual do conhecimento a respeito da questão investigada, adquiridas através de pesquisas e leituras relacionadas ao tema.
3. Questões Teóricas – onde são apresentadas, de forma resumida, algumas percepções e atitudes a respeito da velhice ao longo dos tempos; a questão do envelhecimento no Brasil e alguns instrumentos legais voltados para estabelecer a dignidade do idoso; o problema da educação do e para os velhos; a função das Universidades Abertas e da Terceira Idade, em geral e no Amazonas e; a função e atuação da Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade – FUnATI.

1 ABERTURA DO CAMINHO E O CAMINHAR

Do ponto de vista epistemológico, toda pesquisa nos coloca diante dos problemas das relações entre o pensamento e a ação na vida social. Também coloca em questão o problema da objetividade e da subjetividade, da relação da consciência e da práxis, porque toda realidade social é constituída de fatos e o próprio objeto da pesquisa é obtido por cortes na realidade sociocultural. Por conta disso podemos afirmar com Minayo (2004, p. 17) que a pesquisa é a atividade básica da ciência na indagação sobre o mundo e sobre o próprio homem em busca da apreensão, compreensão e construção da realidade. Assim podemos dizer com Ander-Egg (1978, p. 28) que a pesquisa deve configurar-se como um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”.

Pesquisa-se para entender uma realidade, encontrar e determinar os múltiplos fatores da situação ou do problema e compreender sua complexidade para, a partir dessa compreensão, divulgá-la, explicá-la aos outros e, posteriormente, aplicá-la ao campo de estudo (BRITO, 2016, p. 13).

O ciclo da pesquisa é um processo em espiral que se inicia com uma pergunta ou um problema e se encerra com um produto provisório, mas capaz de resolver o problema ou originar uma nova investigação. Para isso o investigador recorre à observação e à reflexão para elaborar uma compreensão dos fatos e dos pontos de vista expressos nas pesquisas realizadas, visando apreender o sentido ou significado inerente ao caso, tendo em vista a experiência dos sujeitos, as teorias e a legislação pertinente, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados para explicitá-lo e propor ações voltadas para o mesmo, se for o caso.

No desenvolvimento de uma pesquisa ou de um trabalho, a metodologia tem por finalidade apreender o real, circunscrever as informações, os dados e os fatos em sistemas significativos e fazer “enunciados existenciais singulares, afirmando acontecimentos observáveis e controláveis intersubjetivamente, quer diretamente perceptíveis, quer indiretamente inferíveis” (BRUYNE, 1977, p. 201). Orienta, segundo Brito (2016, p. 41) “na utilização dos procedimentos de coleta das informações pertinentes à problemática geral e ao problema específico”, tornando possível ao pesquisador apreender informações do real para transformá-las em dados e circunscrevê-los em sistemas significativos, visto que os fatos sociais “não são dados

objetivos, mas constituídos ou pelos atos da consciência do sujeito” (CAPALBO, 1979, p. 29).

O estudo teve como campo de pesquisa a Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade - FUnATI/AM, instituição mantida pelo Governo do Estado do Amazonas, criada em 2007 com a denominação de UnATI e transformada em 2018, em Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUnATI), com a finalidade de promover a “capacitação de profissionais, de pessoas idosas, familiares, estudantes e todos os demais interessados no processo do envelhecimento, com informações inerentes à gerontologia como campo multidisciplinar” (Estatuto da FUnATI, p. 3). Como fonte de informações, as ideias de autores recolhidas em bibliografia definida e documentos inerentes ao tema, assim como falas de pessoas que atuam na instituição: Reitor e 04 Coordenadores.

Por se tratar de um estudo bem delimitado, com contornos bem definidos e visar a descoberta, enfatizar a interpretação em contexto e buscar retratar a realidade de forma completa e profunda, a pesquisa que embasa o trabalho foi realizada através de Estudo de Caso, a partir dos pressupostos da Fenomenologia¹ que tem como princípio fundamental a busca do sentido da coisa investigada. Este tipo de estudo que tanto pode ser simples e específico, quanto complexo e abstrato, precisa ser bem delimitado e ter contornos bem definidos porque se constitui numa unidade dentro de um sistema mais amplo, cujo interesse incide naquilo que ele tem de particular, de único. Conforme Brito (2016, p. 52), o Estudo de Caso

Visa a descoberta: mesmo que o investigador parta de alguns pressupostos teóricos iniciais deverá estar sempre atento aos novos elementos importantes que podem surgir durante o estudo; enfatiza a interpretação em contexto; busca retratar a realidade de forma completa e profunda; usa uma variedade de fontes de informação e diferentes momentos; revela experiências vicárias e permite generalizações; procura apresentar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.

A caminhada sob a orientação dos princípios da fenomenologia que postula para o processo de construção de conhecimentos a volta às “coisas mesmas”² em sua complexidade, sem “pré-conceitos” ou “pré-juízos”, envolveu uma trajetória que

¹ Fenomenologia – palavra de origem grega formada por duas outras: *fenômeno* = aquilo que se mostra, e *logia* = logos, pensamento. Significa capacidade de refletir sobre um fenômeno, sobre aquilo que aparece, isto é, compreender o que são as coisas e como elas se mostram a cada um de nós.

² Em fenomenologia, quando se diz coisas, não se está falando apenas de coisas físicas, mas também das abstratas, das culturas, dos eventos, em fatos que não são de ordem estritamente física.

foi em busca da apreensão da realidade para, em seguida, interpretar e compreender os nexos dos fenômenos presentes nas questões levantadas e na trama sociocultural que envolvem a instituição em estudo. Nela se buscou enxergar, descrever, diferenciar e compreender o que se colocou diante de nós a fim de que fosse possível a apreensão do sentido de ser do estudo.

Para tanto, seguindo a orientação de Husserl (2006, p. 27), procuramos colocar entre parênteses, ou seja, suspender através da *epochê* ou *redução fenomenológica*³, os juízos “a priori” ou preconceitos para que a investigação se ocupasse, apenas, com as operações realizadas pela nossa consciência visando as manifestações expressas pelos sujeitos, pelos documentos e pelas teorias a respeito da intencionalidade e do sentido das ações desenvolvidas pela FUnATI/AM. A especificidade do estudo não recaiu apenas no tema ou no espaço que envolveu a pesquisa, mas também no modo de olhar da pesquisadora para os vividos, ou seja, para o fluxo imanente das vivências ali realizadas. Isto porque

em cada consciência teórica, que envolve os atos de considerar de maneira investigativa, estão presentes as condições para descrever, explicar e conceituar. [...] cada ser humano, individualmente, possui essas características que são desenvolvidas em função das vivências de cada um. Por isso mesmo, cada ser humano deve examinar e ser examinado em função de suas características próprias, suas vivências qualitativamente diversas (BRITO, 2016, p. 20).

As apreensões são apresentadas em estilo narrativo, de forma fidedigna, visando mostrar os múltiplos aspectos que envolvem o problema estudado e analisado qualitativamente, pois esse tipo de análise possibilita trabalhar com o universo de motivos, aspirações, valores e atitudes e o aprofundamento do mundo dos significados das ações e das relações humanas ali desenvolvidas, a partir da perspectiva dos documentos, dos teóricos e dos participantes. Para analisar qualitativamente buscou-se aporte na análise de conteúdo que tem por “objetivo a superação da incerteza, a compreensão crítica do sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (BRITO, 2016, p.58), a fim de passar dos elementos descritivos à interpretação e compreensão do problema estudado.

³ Epochê ou Redução fenomenológica – é a operação pela qual a existência efetiva do mundo exterior é posta entre parênteses.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura, ou como preferem alguns, o “estado da arte” é, segundo Brito (2016), a etapa do trabalho em que se reúne as referências ao estado atual do conhecimento sobre um determinado objeto ou questão que está sendo investigada, adquiridas através de leituras críticas relacionadas ao tema e às perguntas que se quer responder. Por conta disso, nesse item, será apresentado a produção que, de alguma forma, apresenta relação com a problemática do estudo, que se encontram no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, na BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e no Google Acadêmico, tendo como descritores: “formação, professores, Terceira Idade”, “UNATI”, “educação pessoas velhas” e “educação idosos”. Os levantamentos foram realizados nos meses de abril e maio de 2019 e retomados em março e abril de 2022.

A pesquisa envolveu, inicialmente, a leitura dos títulos, eliminando aqueles que não estavam alinhados com a temática. Em seguida, após a identificação dos estudos sobre a temática, foi realizada a leitura dos resumos visando excluir os que não possuíam afinidade com o tema. Ao fim dessa etapa restaram 10 trabalhos relacionados mais diretamente com o tema.

Utilizando o descritor “**formação de professores de Terceira Idade**”, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, foram identificadas as Dissertações de:

1. CALDERARO, DANIELLE BORGES. Dissertação de Mestrado intitulada: **Processo educacional para idosos estruturados em universidades da Cidade de São Paulo**, 21/02/2018, defendida junto ao Mestrado em CIÊNCIAS DO ENVELHECIMENTO, Instituição de Ensino da UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof^a. Alzira Altenfelder Silva Mesquita. Esse trabalho teve o objetivo de verificar e analisar as propostas de atendimento/educação para idosos nos programas de Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) das Universidades de São Paulo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, com exploração de campo e uso de entrevistas semiestruturadas. As análises foram realizadas tendo por base a análise de conteúdo preconizada por Bardin (2011). Os resultados mostraram que os programas educacionais para idosos na Cidade de São Paulo, em sua maioria, possuem propostas pedagógicas semelhantes, tendo como principais objetivos, a socialização, atualização, promoção da qualidade de vida, inserção do idoso na sociedade.

Os trabalhos a seguir, por serem anteriores à plataforma sucupira, não possuem os resumos no banco de dados.

2. CHIEREGATI, BÁRBARA BORGES E JESUS. **DOCÊNCIA: UM OLHAR PARA A TERCEIRA IDADE** (01/08/2012). Mestrado em EDUCAÇÃO da UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO, Campo Grande. Biblioteca Depositária: Padre Félix Zavattaro (**Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**).
3. FERNANDES, CARIM FERNANDA. **O lúdico na faculdade da terceira idade: uma abordagem neuropsicológica**. 01/03/2006 117 f. Mestrado em PSICOLOGIA DA SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO, São Bernardo do Campo. Biblioteca Depositária: UMESP (**Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**).
4. VITAL, SANDRA SUZIGAN. **O professor na universidade da terceira idade: estudo das competências e características de um perfil docente** (01/12/2002). Mestrado em EDUCAÇÃO da PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL E BIBLIOTECA DO SEMINÁRIO – PUC-CAMPINAS (**Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**).

Com os descritores “**educação pessoas velhas**” e “**UNATI**”, ainda no mesmo Banco de Dados, foi localizada:

1. A Tese de Denise de Barros Capuzzo, **Elementos para a educação de pessoas mais velhas** (2012), que considerou o aumento da perspectiva de vida e o engajamento dos idosos pela busca de seus direitos e das políticas públicas existentes. A autora notou expressiva demanda na área da educação com vistas à universalização do acesso ao saber e, conseqüentemente, à abertura de programas de Universidades Abertas da Terceira Idade. A pesquisa trabalhou com as seguintes questões: quem são os profissionais responsáveis pela educação de idosos? Existe uma formação de educadores específica para pessoas velhas?
2. CAPUZZO, DENISE DE BARROS. **Elementos para a educação de pessoas velhas**' 01/08/2012 138 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC Goiás (**Trabalho anterior à Plataforma Sucupira, conseqüentemente sem resumo no Banco de Dados**).

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, utilizando o descritor “Educação Idosos”, encontramos a Dissertação de:

1. GONÇALVES, EDYANE MARIA DE SOUZA. **Aprendizagem e Construção dos Saberes Docentes na Prática da Educação com Idosos** (Taubaté, SP., 2015). Esta pesquisa teve como objetivo investigar como um grupo de docentes de diferentes áreas do conhecimento articula seus saberes no trabalho que desenvolvem com idosos. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso, realizada em programa de educação permanente para idosos, que utiliza como instrumentos a técnica do grupo focal, a entrevista de história de vida e a observação sistemática. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo e discutidos a luz de teóricos da área de formação de professores. Constatou-se que aprender e se desenvolver faz parte de um processo contínuo da formação docente e que, trabalhar com essa população favorece o autodesenvolvimento do docente, estimulando-o a ser responsável por sua aprendizagem continuada e estar aberto às novas experiências. Conclui-se que, embora nem todos tenham formação e conhecimentos específicos em gerontologia educacional a articulação dos saberes desses docentes se relaciona às suas experiências de vida e à formação inicial, como importantes bases do trabalho na docência. Os achados deste estudo corroboram os resultados de outras pesquisas sobre a necessidade de formação de recursos humanos na área gerontológica, para atender as demandas da população que envelhece como as da área educacional.

Utilizando o descritor “**Formação de professores e educação UNATI**”, na plataforma do Google Acadêmico, encontramos no site da SCIELO, na Revista Educação e Realidade, vol.40, nº 1, Porto Alegre, 2015 o Artigo:

CACHIONI, Meire et al. Metodologias e Estratégias Pedagógicas utilizadas por Educadores de uma Universidade Aberta à Terceira Idade. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 81-103, Mar. 2015. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362015000100081&lng=en&nrm=iso>.access on 27 May 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623645741>.

Resumo: O estudo buscou caracterizar as estratégias pedagógicas utilizadas nas atividades educativas em um programa de educação permanente para idosos. Sendo um estudo de caráter exploratório-descritivo, conclui que durante o processo educacional, deve-se encorajar uma apropriação ativa e crítica, em vez do acúmulo estático de conhecimento por parte das pessoas idosas.

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES na busca com o **Descritor Formação de Professores Terceira Idade** identificou-se 146.322 trabalhos, dos quais quatro (4) foram selecionados por desenvolverem estudos mais próximos da temática.

Descritor 1 - Formação de Professores Terceira Idade:

1. CALDERARO, DANIELLE BORGES. **Processo educacional para idosos estruturados em universidades da Cidade de São Paulo.** 21/02/2018, 123 f. Mestrado em Ciências do Envelhecimento da UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU, São Paulo. Biblioteca Depositária: Prof^a. Alzira Altenfelder Silva Mesquita.

Resumo: O envelhecimento populacional constitui uma realidade mundial e evidencia a importância da preparação das sociedades para proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos idosos. O idoso tem na educação uma ferramenta para novas oportunidades e a possibilidade de transformação por meio do aprender com questões culturais, sociais e biológicas. As Universidades Abertas se apresentam como um espaço propício para os idosos ampliarem relações sociais, culturais, qualidade de vida, tendo em vista a valorização pessoal, a convivência em grupo e o contato constante com as mudanças que acontecem no mundo, além de auxiliar na formação de um indivíduo com consciência de suas responsabilidades e direitos. Esse trabalho tem objetivo de verificar e analisar as propostas de atendimento/educação para idosos nos programas de Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) das Universidades de São Paulo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva e com exploração de campo e uso de entrevistas semiestruturadas com 10 idosos, 5 professores e 5 coordenadores pertencentes a projetos de extensão universitária da Cidade de São Paulo - UNATI. As análises foram descritivas com base em análise de conteúdo preconizada por Bardin (2011). Os resultados mostraram que os programas educacionais para idosos na Cidade de São Paulo, em sua maioria possuem propostas pedagógicas semelhantes. Concebendo como principais objetivos, a socialização, atualização, promoção da qualidade de vida, inserção do idoso na sociedade. Os coordenadores e professores, mostraram-se integrados em relação aos objetivos, propostas e desenvolvimento das atividades dos programas. Os idosos participam parcialmente das decisões referentes aos programas, porém apresentam grande satisfação com as propostas disponibilizadas.

Palavras-chave: Educação; Universidade Aberta à Terceira Idade; Envelhecimento.

2. CHIEREGATI, BÁRBARA BORGES E JESUS. **Docência: Um olhar para a Terceira Idade** (01/08/2012), 73 f. Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande. Biblioteca Depositária: Padre Félix Zavattaro (**Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**).
3. FERNANDES, CARIM FERNANDA. **O lúdico na faculdade da terceira idade: uma abordagem neuropsicológica** (01/03/2006), 117 f. Mestrado em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. Biblioteca Depositária: UESP (**Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**).

4. VITAL, SANDRA SUZIGAN. **O Professor na Universidade da Terceira Idade: Estudo das Competências e Características de um Perfil Docente** (01/12/2002), 83 f. Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central e Biblioteca do Seminário - PUC-CAMPINAS (**Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**).

Pesquisa com o **Descritor 2: Educação pessoas velhas**, localizou-se o seguinte trabalho:

CAPUZZO, DENISE DE BARROS. **Elementos para a educação de pessoas velhas**' 01/08/2012 138 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC Goiás (**Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**).

Com o **Descritor 3: UNATI**, foram identificados 121 trabalhos, dos quais selecionamos um (1)

CAPUZZO, DENISE DE BARROS. **Elementos para a educação de pessoas velhas**' 01/08/2012 138 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC Goiás (**Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**).

Após a análise das produções, notou-se carência de obras relacionadas ao tema proposto e que, ainda, há espaço para estudos relacionados à formação de docentes para o trabalho com idosos. Por conta disso, espera-se com esta pesquisa ampliar os conhecimentos sobre as Universidades Abertas da Terceira Idade e sobre o processo educativo do idoso e para o idoso desenvolvido por elas, em especial no Estado do Amazonas.

3 QUESTÕES TEÓRICAS

Na construção do conhecimento as teorias possibilitam a realização de três importantes tarefas: integração do que já se conhece por meio de generalizações ou de princípios gerais que descrevem associações entre variáveis e entre conceitos; explicação sobre as relações entre os fenômenos observados que permite realizar prognósticos; levantar hipóteses sobre o desconhecido, com base em pesquisa empírica a partir de princípios cientificamente fundamentados. Possibilitam, também, a sua aplicação a realidades particulares visando a solução de problemas.

A escolha dos teóricos que irão espargir luzes ao trabalho recaiu, de forma especial, sobre: Simone de Beauvoir, Cícero, Pierre Vellas, Meire Cachioni, Dina Frutuoso, Teresinha Carvalho e Francisco Imbernón visto que os conhecimentos e as reflexões apresentadas em suas obras vão ao encontro da nossa percepção e compreensão a respeito do tema.

3.1 O ENVELHECER: UM BREVE CAMINHAR PELA HISTÓRIA

Não reconhecemos a velhice em nós, nem sequer paramos para observá-la, somente a vemos nos outros, mesmo que estes possuam a mesma idade que nós.

Simone de Beauvoir

Na teia da vida, o homem é apenas um fio e a existência humana caracterizada por, pelo menos, três fases: infância, maturidade e velhice. Na tessitura desse fio o envelhecimento deve ser considerado “como um processo progressivo de mudança, geralmente ligado à passagem do tempo, tornando-se aparente depois da maturidade e desembocando invariavelmente na morte” (LANSING, apud BEAUVOIR, 2018, p. 15). O estudo aqui desenvolvido procura trazer à luz qual a postura adotada pela humanidade diante do inexorável processo de envelhecimento e como foram e estão sendo tratadas as questões do respeito, do cuidado e da educação destinada às pessoas envelhecidas, caracterizadas ao longo do tempo como: velhas, idosas, terceira idade.

Por ser um fato natural, o processo de envelhecimento faz parte da humanidade de todos os tempos, espaços e culturas e ocorre independentemente da vontade humana. Por isso mesmo, a condição dos velhos não foi, não é e não será a

mesma em toda parte e nem em todas as épocas. Nascer, crescer, envelhecer e morrer tem a ver com o ciclo biológico próprio do homem e dos demais seres vivos. Contudo, as diversas etapas da vida humana não têm a ver, apenas, com as questões biológicas, mas, também, com as questões sociais e culturalmente construídas no percurso da história fazendo com que o pêndulo da balança da velhice penda ora para o negativo, ora para o positivo.

Segundo alguns estudiosos, as características dessa faixa etária e o seu percurso até se afirmar no imaginário cultural parece estar associada a momentos históricos, culturas, saberes médicos, movimentos políticos e interesses distintos, intimamente relacionados com o processo de ordenamento social.

De todas as realidades, a velhice é, talvez, aquela de que conservamos por mais tempo, ao longo da vida, uma noção puramente abstrata [...]. O adulto se comporta como se não tivesse que ficar velho nunca. [...] o sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera; não sabemos quem somos, se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha, reconheçamo-nos neles. Isso é necessário, se quisermos assumir em sua totalidade nossa condição humana. [...] Somos todos nós os interessados (BEAUVOIR, 2018, p. 8/11).

Por ser o resultado do prolongamento de um processo, uma realidade que transcende a história vivida de forma variável, conforme contexto social, a velhice só pode ser compreendida em sua totalidade, ou seja, com suas peculiaridades biológicas, psicológicas e sociais que modificam a relação do indivíduo com o tempo, com o mundo e com a sua própria história. Enquanto viventes, somos todos “a morada da futura velhice”. Só não ficará velho quem fenecer antes. Apesar disso, o que parece claro é a nossa recusa em nos reconhecer no velho que iremos ser, quando nada deveria ser mais evidente.

3.1.1 Questão Biológica do Envelhecimento

O envelhecimento é um fenômeno universal e verdade biológica inelutável para todos os seres vivos. No ser humano, de acordo com Ribeiro (2012, p. 14), está associado ao aumento da fragilidade a doenças em função das modificações nas moléculas que compõem as células, tecidos e órgãos corporais. Por conta disso, o processo de envelhecimento não pode ser interrompido ou revertido porque não existem procedimentos terapêuticos anti-envelhecimento. O que é possível fazer é desacelerar o processo, ou seja, “protelar o aparecimento de algumas disfunções

relacionadas à idade através de comportamentos preventivos, que envolvem comer bem, se exercitar regularmente e não usar ou abusar de substâncias como o cigarro e o álcool” (RIBEIRO, 2012, p. 14).

O olhar para a velhice em todos os povos antigos, segundo Simone de Beauvoir, está relacionado à medicina e a magia. Somente com Hipócrates é que a medicina conquista a sua independência e originalidade, tornando-se ciência e arte edificada pela experiência e pelo raciocínio. Conforme o médico grego, assim como a doença, a velhice que, para ele, tem seu início aos 56 e é resultado de uma ruptura do equilíbrio do organismo. Em seus aforismos compara as etapas da vida humana às quatro estações do ano e a velhice ao inverno e “aconselha aos velhos a moderação, mas também sugere que não interrompam suas atividades” (BEAUVOIR, 2018, p. 21).

No século II, ao fazer uma síntese geral da medicina antiga Galeno afirmará, ao conciliar a teoria dos humores com a do calor interior, que todas as funções fisiológicas ficam reduzidas ou enfraquecidas na velhice, sendo necessário por isso mesmo, “aquecer e umidificar o corpo do velho, por isso é necessário que ele tome banhos quentes, que beba vinho e também que seja ativo” (BEAUVOIR, 2018, p.22). Suas ideias foram absorvidas e divulgadas durante séculos, inclusive pela Igreja, pelos judeus e árabes islâmicos, fazendo com que na Idade Média o desenvolvimento da medicina fosse praticamente nulo e a velhice muito mal conhecida.

A partir do século IX, a escola Médica de Salerno (Itália), onde nasceu e se desenvolveu a medicina ocidental, as questões da saúde e da longevidade passam a ser bem mais estudadas e consideradas. No século XIII, Roger Bacon sugeria controle dietético, repouso, exercícios moderados e bons hábitos de higiene como forma de prolongar a vida. Mas será no final do século XV que surgirá a primeira obra (monografia) sobre a patologia da velhice, intitulada de *Gerontocomia*, escrita pelo médico Zerbi.

No século XVI, Paracelso dá origem ao diagnóstico clínico e à administração de medicamentos altamente específicos, o que era incomum à época. Entendia que a doença é o resultado do ataque de agentes externos ao corpo e não um estado de ser. Introduziu o heléboro negro pela primeira vez na farmacologia europeia, prescreveu a dosagem correta para aliviar certas formas de arteriosclerose e recomendou o uso de ferro para "sangue pobre". A ele é atribuída a criação dos

termos: química, gás e álcool. No seu entendimento o homem é um composto químico e a velhice o resultado de uma intoxicação. Até então a velhice é tratada como questão de higiene, sendo raros os diagnósticos e as indicações terapêuticas.

Numerosas obras sobre a velhice aparecem no século XVII, mas não despertam interesse. No século XVIII, no entanto, os estudos sobre a velhice foram beneficiados com o progresso da Anatomia que surgiu a partir do desenvolvimento da autópsia. Merecem destaque neste particular, o trabalho de Fischer, Diretor do Serviço de Saúde da Rússia que, rompendo com as ideias de Galeno, descreve sistematicamente a involução senil dos órgãos e a obra do italiano Morgagni, chamado de pai da patologia moderna, publicada em 1761 que dedica parte dos estudos à velhice.

Ainda no século XVIII, Gerard Van Swieten, entende a velhice como uma espécie de doença incurável e descreve algumas das mudanças anatômicas acarretadas pela velhice. Borelli e Baglivi, ao introduzirem na medicina as ideias de La Mettrie afirmam que: assim como uma máquina utilizada durante muito tempo se gasta, também o organismo se degrada ao longo do tempo. Essa teoria conservou defensores até o século XIX. Nessa mesma época Stahl irá defender que existe no homem um princípio vital cujo enfraquecimento acarreta a velhice e a morte. Neste período três livros marcam, conforme Beauvoir (2018), a antecipação das descobertas dos séculos XIX e XX: o estudo fisiológico e clínico, baseado em observações, do médico americano Rush; o do alemão Hufeland, que afirma ser o organismo dotado de certa energia vital que se esgota com o tempo; e o de Seiler, obra dedicada inteiramente à anatomia dos velhos.

No início do século XIX a medicina começa a se beneficiar do progresso da fisiologia e de outras ciências experimentais. Isto possibilita que estudos sobre a velhice comecem a ser desenvolvidos de forma mais sistemática e possibilitem que Prus, em 1840, escreva o primeiro tratado sistemático sobre as doenças da velhice. É nesse período que a Geriatria, ou seja, os estudos geriátricos começam a ser desenvolvidos, favorecidos pela criação de asilos onde muitos velhos eram reunidos favorecendo, com isso, a coleta de dados clínicos sobre os idosos. A partir de então a medicina preventiva cedeu lugar à terapêutica, a preocupação com a cura.

No fim do século XIX e no século XX, multiplicaram-se as pesquisas. Boy-Tessier em 1895, Rauzier em 1908, Pie e Bemamour em 1912 lançaram na França grandes obras de síntese. Muito importantes, também, foram, na

Alemanha, a obra de Bürger, na América os trabalhos de Minot e de Metchnikoff, os dois publicados em 1908, e o do zoologista Child, em 1915 (BEAUVOIR, 2018, p. 26).

Em decorrência do aumento do número de idosos em todo o mundo, a importância desses estudos no século XX, torna-se inconteste. De acordo com dados históricos, foi em 1903, que Élie Metchnikoff, fisiologista russo, sucessor de Pasteur, defendeu a ideia da criação de uma nova especialidade, a Gerontologia (do grego *gero* = envelhecimento + *logia* = estudo), como uma disciplina científica (multi e interdisciplinar) que estuda o processo de envelhecimento enquanto fase final do ciclo de vida em suas dimensões biológica, psicológica e social. Para ele,

a velhice é uma doença infecciosa crônica caracterizada por degeneração ou por enfraquecimento de elementos nobres e pela atividade excessiva dos macrófagos. Tais processos causariam um distúrbio no equilíbrio das células que compõem o organismo e dariam origem a uma luta interna que conduziria ao envelhecimento. Uma vida longa e uma velhice saudável dependeriam de evitar e de retardar esse processo (SILVA, 2016, p. 209).

O desenvolvimento dos estudos sobre a senescência ao ganhar maior dimensão e desenvolvimento no século XX, levou, segundo Freitas (2013, p.63), o médico fisiologista austríaco estabelecido nos Estados Unidos, Ignatz Nascher, a estabelecer em 1909 novas bases clínicas para a identificação da velhice que rompe com as opiniões prevalentes sobre o envelhecimento (senescência) e, com isso, cria a Geriatria (grego *géron* = velho, idoso + *iatria* = médico, aquele que cura) para designar o estudo clínico da velhice. Para ele, segundo Silva (2016, p. 210), “a velhice não é naturalmente um estado patológico e pode ser resgatada do desastre e da ruína”. A preocupação com essa questão, Nascher fundou, em 1912, a *Sociedade de Geriatria de Nova York*; em 1914, publicou o livro *Geriatrics: the diseases of old age and their treatment, including physiological old age, home and institutional care, and medicolegal relations*; em 1917, foi o primeiro editor da sessão de Geriatria, criada pelo *The Medical Review of Reviews*, a primeira instituída para dar vazão ao conhecimento produzido.

A ênfase nos processos fisiológicos e nos mecanismos do envelhecimento desafiou o "modelo patológico" do envelhecimento, foco principal dos pesquisadores médicos da época, inclusive Élie Metchnikoff, e fez com que a partir de 1920 começassem a surgir as primeiras pesquisas e observações sobre Psicologia do envelhecimento humano, merecendo destaque a pioneira investigação de Stanley

Hall, realizada em 1922, que gerou a publicação do livro *Senescence, the last half of life*, a mais completa obra sobre o assunto já publicado por um cientista social até aquele momento. Hall sugere em sua obra, que o envelhecimento é um processo múltiplo em que os organismos, por não serem iguais, envelhecem em tempos e ritmos diferentes, por isso mesmo não se tornam necessariamente comprometidos ao mesmo tempo, do ponto de vista intelectual (SILVA, 2016, p.210).

O que as observações e os estudos evidenciam são importantes diferenças entre os sujeitos de uma mesma idade. A idade cronológica e a idade biológica estão longe de coincidir sempre: a aparência física informa mais que os exames fisiológicos sobre a nossa idade. Esta não pesa da mesma maneira sobre todos os ombros. A senescência, diz o gerontologista americano Howell, 'não é uma ladeira que todos descem com a mesma velocidade. É uma sucessão de degraus irregulares onde alguns despenham mais depressa que outros' (BEAUVOIR, 2018, p. 35).

3.1.2 Concepções, Imagens e Atitudes sobre a Velhice

As concepções, as imagens, as atitudes em relação à Velhice nada mais são do que o resultado de uma construção social e temporal construídas no seio de uma dada sociedade em função de valores e princípios próprios, atravessados por questões culturais, sociais e ideológicas. Por conta disso, a velhice não se apresenta, apenas, como uma verdade empírica, biológica, mas também sociocultural por quanto sempre ocorre no seio de uma sociedade e depende estreitamente de sua natureza e do lugar que nela ocupa o indivíduo velho. Assim, para compreender melhor o problema da velhice é indispensável examinar o lugar destinado aos velhos e a representação que deles se faz em diferentes tempos e lugares porque a compreensão da sua realidade e trajetória exige a identificação das ações e das atitudes positivas ou negativas que as várias comunidades humanas adotaram através do tempo e, a partir delas, tentar destacar as constantes e as diferenças para mostrar

o que a condição do velho comporta de inelutável, em que medida e a que preço poderiam ser amenizadas as dificuldades e qual é, portanto, a parte de responsabilidade para com o idoso que se pode atribuir ao sistema no qual vivemos (BEAUVOIR, 2018, p. 14).

A forma de perceber o envelhecimento não foi única para todos os povos. A partir da visão de alguns expoentes da história universal, pode-se fazer uma breve retrospectiva histórica sobre o processo de envelhecimento, considerando as épocas

vivenciadas por estes personagens. Se a questão da última idade for olhada de um ponto de vista exterior, conforme faz Simone de Beauvoir em sua obra “A Velhice”, é possível verificar que os mais velhos ocupam, dependendo da cultura, a mais alta ou mais baixa situação da escala social.

Em geral, as sociedades primitivas, principalmente àquelas desprovidas de língua escrita, cujo conhecimento era e é transmitido oralmente, tinham e tem uma postura positiva em relação aos velhos e os adotavam e adotam como sábio por serem eles os responsáveis pela transmissão para a comunidade dos saberes tradicionais adquiridos ao longo da vida porque, segundo entendiam e entendem, sem suas memórias e seus conhecimentos a coletividade seria incapaz de dar continuidade às tradições e às atividades que exigem prescrições ritualísticas só conhecidas pelos anciões. Em muitas dessas sociedades os idosos asseguraram e asseguram através do tempo e no momento presente, a coesão da comunidade. Foram e em muitos casos ainda são, os guardiões de tradições e sabedoria e os melhores árbitros em caso de conflito. Contudo, em algumas delas, onde a tradição oral e a magia não têm muita importância, o velho muitas vezes foi e é considerado um fardo e seus conhecimentos e experiências, nada valem. Em outras, a idade não constitui nem decadência e nem fonte de prestígio e a condição do velho dependerá muito mais de suas capacidades e de sua fortuna. Nas sociedades sedentárias a condição dos velhos era melhor que nas nômades porque, como se locomoviam constantemente, os idosos sem condições de acompanhar o grupo eram quase sempre abandonados à sua própria sorte.

Nessas sociedades as percepções sobre a velhice e as atitudes em relação a ela são diversas, singulares e contingentes. “O estatuto do velho nunca é conquistado por ele, mas lhe é outorgado” (BEAUVOIR, 2018, p 91). É a coletividade, em função do seu sistema de valores, que define o sentido e o valor da velhice e decide o destino do idoso: matar, deixar morrer, considerá-lo um fardo, dar-lhe o mínimo vital, assegurar um fim confortável integrado à comunidade, prestigiá-lo e honrá-lo.

Nas sociedades ditas civilizadas, tanto nas mitologias quanto na literatura e na iconografia, a imagem da velhice varia de acordo com os tempos e os lugares. O velho, enquanto conserva uma eficácia permanece integrado à coletividade e não se distingue dela, é um adulto de idade avançada, mas quando perde suas capacidades torna-se praticamente um objeto. Contudo, a contribuição positiva do idoso para a

coletividade não está na força e na saúde, como nas sociedades primitivas, está em sua memória e sua experiência.

Na antiga China, o filósofo Confúcio nascido nos meados do século VI (551 a. C.), pregava que todos os elementos de uma família deveriam obedecer aos mais velhos. Tal entendimento estava alicerçado em princípios ligados às tradições e crenças chinesas comuns que favoreciam uma lealdade familiar forte, veneração dos ancestrais, respeito com os idosos e a família como base para um governo ideal. Tal autoridade atribuída por Confúcio à velhice era associada não a força, mas à experiência e à posse da sabedoria. A autoridade do patriarca não diminuía com a idade e a velhice nunca é vista como flagelo, mas sim como “vida sob sua forma suprema” (BEAUVOIR, 2018, p.97).

Na realidade temos pouca informação sobre o lugar dos velhos entre os povos da Antiguidade. Sabemos, contudo, que para muitos povos do Ocidente a velhice era vista, ora como portadora de conhecimentos e de equilíbrio, ora como uma fase penosa da vida e o pior dos infortúnios do homem. Conforme Beauvoir (2018, p. 97), o primeiro texto conhecido dedicado à velhice que traça um quadro sombrio da velhice encontra-se no Egito e foi escrito em 2500 a. C. pelo filósofo e poeta Ptah-hotep, que assim se expressa:

Como é penoso o fim de um velho! Ele se enfraquece a cada dia; sua vista cansa, seus ouvidos tornam-se surdos; sua força declina; seu coração não tem mais repouso; sua boca torna-se silenciosa e não fala mais. Suas faculdades intelectuais diminuem, e lhe é impossível lembrar-se hoje do que aconteceu ontem. Todos os seus ossos doem. As ocupações que até recentemente causavam prazer só se realizam com dificuldade, e o sentido do paladar desaparece. A velhice é o pior dos infortúnios que pode afligir um homem. O nariz entope, e não se pode mais sentir nenhum odor (BEAUVOIR, 2010, p. 97).

Isto não significa que em todo o Egito Antigo prevalecesse essa forma negativa de enxergar a velhice, nem que ela se encontre apenas entre o povo egípcio. Conforme dados históricos, esse entendimento permeia o pensamento dos povos em qualquer época e está relacionado ao sentido e ao valor atribuídos à velhice pelas sociedades. É um fato que transcende a História.

Para o povo judeu, cuja existência tem origem em Abraão, os ancestrais eram mensageiros de Deus. Para ele a longevidade era a suprema recompensa da virtude. Por conta disso, o velho era tratado com respeito e dignidade e tinha um papel importantíssimo na vida social, religiosa e política.

Meu filho, cuide de seu pai na velhice e não o abandone enquanto ele viver. Mesmo que ele fique caduco, seja compreensivo e não o despreze enquanto você está em pleno vigor, pois a caridade feita ao pai não será esquecida e valerá como reparação pelos pecados que você tiver cometido. Como acharás tu na tua velhice, que o não ajuntaste na tua mocidade? Quão belo é às cãs o juízo, e aos anciãos o ter conhecimento do conselho! Quão bem parece a sabedoria nos velhos, e a inteligência, e o conselho nas pessoas da alta jerarquia! A experiência consumada é a coroa dos velhos, e o temor de Deus é a sua glória (Eclesiastes, 25:5-8).

A questão da velhice pode ser vista, também, em Levítico 19:32: “diante das cãs te levantarás, e honrarás a face do velho. Abençoada por Deus, a velhice exige obediência e respeito”; em Josué 12:12: “com os idosos está a sabedoria, e na abundância de dias, o entendimento”; no Provérbio 16:31: “os cabelos brancos são uma coroa de honra: é no caminho da Justiça que essa coroa é encontrada”; nos Salmos 71:9: “não me rejeites no tempo da velhice; não me desampares, quando se for acabando a minha força” e 92:14: “na velhice ainda darão frutos; serão viçosos e florescentes”.

Diferente disso, vamos encontrar em Eclesiastes 12, uma visão espontânea da velhice que contrasta com a visão social descrita anteriormente. Vejamos o que diz:

Lembra-te do teu Criador nos dias da tua mocidade, antes que venham os maus dias, e cheguem os anos dos quais dirás: Não tenho neles prazer; antes que se escureçam o sol, a lua e as estrelas do esplendor da tua vida, e tornem a vir as nuvens depois do aguaceiro; no dia em que tremerem os guardas da casa, os teus braços, e se curvarem os homens outrora fortes, as tuas pernas, e cessarem os teus moedores da boca, por já serem poucos, e se escurecerem os teus olhos nas janelas; e os teus lábios, quais portas da rua, se fecharem; no dia em que não puderes falar em alta voz, te levatares à voz das aves, e todas as harmonias, filhas da música, te diminuirão; como também quando temeres o que é alto, e te espantares no caminho, e te embranqueceres, como floresce a amendoeira, e o gafanhoto te for um peso, e te perecer o apetite; porque vais à casa eterna, e os pranteadores andem rodeando pela praça; antes que se rompa o fio de prata, e se despedace o copo de ouro, e se quebre o cântaro junto à fonte, e se desfaça a roda junto ao poço, e o pó volte à terra, como o era, e o espírito volte a Deus, que o deu. Vaidade de vaidade, diz o Pregador, tudo é vaidade.

Na Grécia Antiga, encontramos na história e na literatura divergências no modo de conceber essa aventura individual que é a velhice, a idade avançada (*géra*, *géron*). Conforme dito por Beauvoir (2018), a velhice como categoria social, tinha na Grécia um papel honorífico e estava associada à sabedoria, a experiência e a honra. Nos tempos heroicos, o chefe da Pólis, o rei, era assistido por um conselho consultivo de anciões, *Gerúsia* (γερουσία = senado), composto por vinte e oito membros

(*gerontes*), todos com mais de 60 anos que ali permaneciam até a morte. Além de funcionar como Tribunal Supremo, a *Gerúsia* tinha funções administrativas e legislativas e poderes para condenar o próprio rei. A velhice era a principal qualificação para ser um de seus membros que ali permanecia até a morte. Na Élide, por exemplo, 90 *gerontes* faziam parte da *Gerúsia*.

Do ponto de vista de alguns poetas gregos, a velhice como aventura individual apresenta-se tanto negativa quanto positivamente. No século VI a. C., Minermo, sacerdote em Crotona, canta os prazeres da juventude e do amor e diz detestar a velhice e preferir morrer a envelhecer. Para ele,

quando a juventude desaparece, mais vale morrer que viver. Pois muitos infortúnios apoderam-se da alma humana: destruição do lar, miséria, morte dos filhos, deficiências, não há ninguém a quem Zeus não envie infortúnios em abundância. [...] ‘Uma vez chegada a dolorosa velhice, que torna o homem feio e inútil, as inquietações malignas não deixam mais seu coração e os raios do sol não lhe trazem nenhum conforto. Ele é antipático às crianças e as mulheres o desprezam. Foi assim que a velhice foi doada por Zeus – cheia de dores. [...] Pudessem eu, sem doença e sem tristeza, encontrar aos 60 anos a Parca e a morte’ (Idem, p. 105).

É nessa perspectiva que Teógnis de Megara encara a sua velhice: ‘Infeliz de mim! Desgraça! Ó juventude! Ó velhice que tudo altera! Esta se avizinha; aquela distancia-se’ (BEAUVOIR, 2018, p. 106). Anacreonte também fala da velhice como o lugar da perda “de tudo o que fazia a doçura de viver; ele descreve com dor o reflexo que seu espelho lhe devolve: cabelos fanados, têmporas grisalhas, dentes estragados, e se lamenta da morte próxima” (Ibidem).

Em Esparta, sociedade sustentada na força dos jovens e adultos, a velhice era honrada. Dispensados das obrigações militares, os homens de 60 anos ou mais eram encarregados de manter a ordem, formar a juventude e ajudar na administração da cidade como membro da *Gerúsia*, composta por 28 anciãos escolhidos entre eles.

Em Atenas, as Leis de Sólon, sustentadas em valores éticos e políticos conferiram grandes poderes às pessoas idosas. Sólon diz ser desejável viver até os 80 anos e afirmava que não parava de aprender enquanto a sua velhice avançava. Naquela época, o Areópago, antigo supremo Tribunal de Justiça de Atenas, conhecido pelo senso de justiça e pela integridade, era composto por velhos arcontes (pessoas sábias ou magistrados com mais de 60 anos). Essa situação perdurou até 508/507 antes de Cristo, quando Clístenes estabeleceu a Democracia Ateniense. Ela traz

mudanças no poder da velhice e em algumas formas de honrá-la. Apesar disso as pessoas idosas ainda conservam alguns poderes.

Em Tucídides e Isócrates é possível verificar que nas questões dos cuidados para com os idosos que exigia uma decisão do poder público, os juízes julgadores deveriam ter mais de 60 anos, idade exigida, também, para os exegetas encarregados de interpretar o direito. Na sociedade, muitas vezes o velho era chamado para interpretar sonhos e oráculos. O enfraquecimento de sua autoridade pública leva a que, também, na vida privada o respeito diminua. Essa postura aparece com clareza, conforme Beauvoir, em Xenofonte. Diz ele: Quando, então, os atenienses, a exemplo dos lacedemônios⁴, respeitarão os mais velhos, eles, que começam a desprezar os anciãos nos próprios pais?’

A tragédia⁵, criada por Ésquilo (524/455 a. C), gênero dramático que trata das ações e dos problemas humanos de natureza grave, apesar de retratar as tristezas dos velhos, quase sempre confere grandeza e nobreza aos anciãos. Nela o velho é sujeito, ou seja, é apresentado tal como existe na realidade. No *Agamêmnon*, diz Ésquilo:

Nós, velha carne, insolventes,
ali deixados pela expedição,
permanecemos, a guiar
com nossos bastões nossa força pueril;
pois a jovem seiva do coração,
quando começa a brotar, é como se fora senil;
Ares ali não tem lugar. Quem é um velho?
Seca a sua folhagem
Caminha ele com três pés e,
Não mais forte que uma criança,
Qual um sonho em pleno dia, divaga.
(CÍCERO in BEAUVOIR, 2018, p. 108).

Na Comédia⁶, criada por Aristófanes (dramaturgo e maior representante da comédia antiga), a representação da velhice é variável. Ora o velho é apresentado como sujeito real que merece respeito, ora como objeto de divertimento para o público ateniense em espetáculos que apresentavam os velhos como ridículos e decrépitos.

⁴ Espartano. Natural ou habitante da Lacedemônia, Lacônia ou Esparta.

⁵ Gênero dramático que trata das ações e dos problemas humanos de natureza grave, geralmente termina com personagem principal morto ou sem seus entes queridos. Deriva da poética e da tradição religiosa da Grécia Antiga e possui raízes no ditirambos - cantos e danças realizados em homenagem e honra ao deus grego Dionísio.

⁶ Termo de origem grega (komoidía, de kômos, que significa festa, e oidós = cantor). Designa um subgênero dramático que se opõe a tragédia e cujo conteúdo apresenta a vida e as ações quotidiana do homem.

Na Comédia *Os Acarnenses*, sem dissimular a decadência dos velhos, toma partido deles contra os jovens e reivindica o respeito aos anciãos:

Nós, os anciãos, os ancestrais, temos muito de que nos queixar de nossos concidadãos. Longe de termos recebido de vós a recompensa e o tratamento dignos de nossas façanhas nos combates navais, sofreremos um destino miserável. Na nossa idade, vós nos arrastais até os tribunais; permitis que jovens oradores, fedelhos inexperientes, zombem de nós, ao passo que não valemos mais nada, com nossa surdez e nossa elocução trêmula... Velhice caduca, permanecemos diante das leis gravadas nas tábulas de preda, sem perceber mais que as sombras da justiça (ARISTÓFANES in BEAUVOIR, 2018, p. 110/111).

Para Menandro (342/291 a. C.), **sucessor de Aristófanés** e principal autor da última fase da evolução dramática ateniense e principal influenciador dos romanos Plauto e Terêncio, não é desejável o atingimento de uma idade demasiadamente avançada porque quem vive muito tem uma velhice penosa e morre desgostoso. Entende que a velhice é uma força exterior maléfica que investe contra os indivíduos:

Velhice, tu que és a inimiga do gênero humano, és tu que devastas toda a beleza das formas, tu transformas o esplendor dos membros em peso e a rapidez em lentidão. Uma vida longa é coisa penosa. Ó pesada velhice! Nada tens de bom para os mortais, mas pródigas dores e males. E, no entanto, todos nós almejamos alcançar-te, e nos esforçamos para ir ter contigo (MENANDRO in BEAUVOIR, 2018, p. 113).

Ao refletirem sobre a velhice, Platão e Aristóteles, filósofos referências da Antiguidade, apresentam compreensões distintas sobre a velhice e sobre o papel do velho na sociedade. Para Platão, como a virtude emana do conhecimento da verdade e este só é alcançado através de uma educação que tenha seu início na criança e frutifique aos 50 anos, somente neste momento o homem filósofo estará apto a se tornar guardião da Pólis. Incentivador de atitudes propícias à prevenção da saúde e da profilaxia afirma que devemos nos preparar para o envelhecimento desde a juventude. Em um dos diálogos apresentados entre Sócrates e Céfalos, na sua obra *A República*, Platão elogia a velhice dizendo:

Quanto mais se enfraquecem os outros prazeres – os da vida corporal tanto mais crescem, em relação às coisas do espírito, minhas necessidades e alegrias. [...] A velhice faz nascer em nós um imenso sentimento de paz e de libertação (PLATÃO, 2000, p. 3).

Em outro diálogo, Céfalo diz a Sócrates que cada vez mais os prazeres do corpo cedem lugar ao desejo, ao deleite e ao prazer da conversa. Na continuação do diálogo afirmam:

Sócrates - Em verdade, Céfalo, eu aprecio conversar com os velhos. Penso que devemos aprender com eles, pois são pessoas que nos antecederam num caminho que também iremos trilhar, para isso conhecermos como é: áspero e árduo ou tranquilo e cômodo. [...]

Céfalo – Agrada-me. Sócrates, expressar meu pensamento. Cultivo o hábito de encontrar-me com pessoas da mesma idade. A maior parte de nós lamenta-se com saudades do prazer da juventude, ou recordando os gozos do amor, da bebida, da comida e de outros da mesma espécie, e agastam-se, como quem ficou privado de grandes bens, e vivesse bem então, ao passo que agora não é viver. Alguns lamentam-se ainda pelos insultos que um ancião sofre dos seus parentes, e em cima disto entoavam uma litania de quantos males a velhice lhes é causa. A mim afigura-se, ó Sócrates, que eles não acusam a verdadeira culpada. Porque, se fosse ela a culpada, também eu havia de experimentar os mesmos sofrimentos devido à velhice, bem todos quantos chegaram a esta fase da existência. Ora eu já encontrei outros anciãos que não sentem dessa maneira, entre outros o poeta Sófocles [...] Quando as paixões cessam de nos repuxar e nos largam, acontece exatamente o que Sófocles disse: somos libertos de uma hoste de déspotas furiosos. [...] Mas, quer quanto a estes sentimentos, quer quanto aos relativos aos parentes, há uma só e única causa: não a velhice, ó Sócrates, mas o caráter das pessoas. Se elas forem sensatas e bem-dispostas, também a velhice é moderadamente penosa; caso contrário, ó Sócrates, quer a velhice, quer a juventude, serão pesadas a quem assim não for (Ibidem, p. 7/8).

Na República platônica do rei filósofo, os mais velhos devem ocupar cargos que requeiram sabedoria e prudência: os corregedores que controlam os magistrados devem ter entre 50 a 75 anos; os guardiões de leis entre 50 e 70 anos e os homens com mais de 60 anos não devem mais participar dos cantos e das bebedeiras dos banquetes, e sim presidi-los e evitar os excessos.

Em *As Leis*, escrita aos 80 anos de idade, volta a tratar da questão da velhice e fala das obrigações dos filhos para com os seus velhos pais; presta culto aos antepassados e diz que: ‘não podemos possuir nenhum objeto de culto mais digno de respeito do que um pai ou um avô, uma mãe ou uma avó oprimidos pela velhice’ (PLATÃO, 1999, p. 121).

Para Aristóteles a velhice não deveria ser entendida como doença, pois não é algo contrário à natureza. Todavia, os males que atingem o corpo afetam o indivíduo como um todo. Por conta disso é preciso que o corpo esteja são para que a velhice seja feliz, sendo a cultura o melhor conforto para a velhice. Segundo afirma:

Uma bela velhice é aquela que tem a lentidão da idade, mas sem deficiências. Ela depende ao mesmo tempo das vantagens corporais que se poderia ter e,

também do acaso. [...] É preciso ter atingido uma certa idade para possuir a *frenosis*, esta sabedoria prudente que permite conduzir-se com equidade, e para ter acumulado experiência, saber incomunicável porque vivenciado – e não abstrato. Entretanto, a seguir, o declínio do corpo acarreta o do indivíduo inteiro. [...] Porque viveram muitos anos, porque muitas vezes foram enganados, porque cometeram erros, porque as coisas humanas são, quase sempre, más, os velhos não têm segurança em nada, e seu desempenho em tudo está manifestamente aquém do que seria necessário (ARISTÓTELES in BEAUVOIR, 2018, p. 116).

Por enxergar os velhos como indivíduos enfraquecidos, Aristóteles postula o afastamento dos *gerontes* do poder. Segundo ele, aos velhos só se deve pedir sábios conselhos e sentenças corretas. “O ideal seria que todos os cidadãos fossem homens de alta virtude, e que, em sistema de rodízio, cada um governe e seja governado” (BEAUVOIR, 2018, p. 117).

Na Grécia do século I, depois de Cristo, com Plutarco (filósofo moralista e sacerdote de Delfos), que morreu aos 80 anos, vamos encontrar uma compreensão melancólica da velhice muito próxima de Aristóteles que parece perpassar toda a Antiguidade. Comparando a velhice ao outono Plutarco afirma:

Ora, parece que o outono é como a velhice do ano que completa sua revolução: pois a umidade ainda não veio, e o calor se foi ou já não é forte e, sinal de frigidez e de secura, este outono predispõe os corpos às doenças. Ora, será necessário que a alma se conforme e sinta disposições do corpo e que, estando os espíritos enrijecidos e embrutecidos, a virtude de adivinhar se ofusque e se embace, assim como, nada mais, nada menos um espelho todo embaçado de névoa? (PLUTARCO in BEAUVOIR, 2018, p. 118).

Na Roma Antiga, a conservadora, coerente e ordeira República era conduzida pelo poderoso Senado (*Senatus*), palavra derivada de *senex* (homem velho), formado por uma assembleia ou conselho de anciãos de ricos proprietários fundiários, com imensas prerrogativas, entre as quais: a direção de toda a diplomacia romana e dos comandos militares; a administração das finanças e o julgamento dos delitos graves.

Não se chega às altas magistraturas senão numa idade bastante avançada: a “carreira das honras” é cuidadosamente regulamentada, a tal ponto que é impossível fazer uma carreira fulgurante. Por outro lado, o voto dos velhos tem mais peso que o dos outros cidadãos (BEAUVOIR, 2018, p. 119).

Com a decadência do sistema oligárquico haverá, também, a perda do domínio dos idosos junto ao Senado que passa, então, às mãos dos militares, ou seja, de homens mais jovens. É nesse cenário de fortes mudanças que surge em 44 a.C. a obra *De Senectude*, um tratado sobre a velhice, escrito pelo estadista, orador e filósofo

romano Marco Túlio Cícero, aos 63 anos de idade. Talvez esta seja a mais importante obra sobre o envelhecimento da Antiguidade que transpõe espaços e atravessa os tempos e nos chega trazendo reflexões imensuráveis e defesa da velhice que nos mostra o olhar e as atitudes para com os velhos naqueles tempos.

O tratado sobre a velhice parece ter como principal escopo, demonstrar que a idade não desqualifica os senadores e, conseqüentemente, os velhos. Suas extraordinárias reflexões e seu entendimento sobre a velhice em *De Selectude*, apresentados através de diálogos, à maneira grega, tem como protagonista seu amigo Marco Catão e os jovens homens públicos Lélío e Cipião, procuram demonstrar que Catão, um velho de 80 anos, ainda estava em plena posse de suas faculdades mentais.

Os argumentos dos diálogos procuram desfazer através de exemplos colhidos na vida romana da época, nas suas leituras gregas e a vida de eminentes personagens, os motivos que, para muitos velhos, a velhice é uma etapa da vida deplorável. Os motivos são agrupados em quatro ordens de queixas: “os velhos são afastados dos negócios e das atividades correntes; o corpo do velho torna-se fraco e sujeito a doenças; a idade priva o velho dos deleites e dos prazeres do corpo; a morte não está distante” (PLATÃO, 1999, p. 34/35).

A empreitada coloca o homem na Natureza, com nascimento, crescimento e morte, de cujo destino não é possível libertar-se e afirma que a vida humana é uma passagem, e a terra não uma casa perene para habitar, mas uma pousada, um refúgio onde paramos por algum tempo. Nesse refúgio passageiro a sabedoria está em compreender e aceitar o inexorável fim, não do homem, mas do indivíduo. Uma vida satisfeita e feliz, independentemente da idade precisa, conforme Cícero, ser soerguida na

obediência às leis da Natureza e no conformismo estóico da finitude humana. A Natureza é a grande mestra da vida e deve ser seguida e obedecida como a um preceito divino; lutar contra ela é esforço vão e inglório; se a infância, a adolescência e a maturidade do homem foram sabiamente ordenadas, por quê a última quadra, a velhice, seria descuidada? Sendo a vida humana um produto da Natureza, é compreensível que tenha um fim, tal qual ocorre com os produtos da terra e os frutos das árvores (PLATÃO, 1999, p. 34).

Em Cícero o envelhecer é tão próprio da natureza humana quanto o nascimento e é algo que todos almejam, mas ao ficarem velhos, lamentam-se sem compreender que a sabedoria está em aceitar o inexorável fim, não do homem, mas do indivíduo. Para aqueles que não encontram em si mesmos as razões para uma

vida feliz e satisfeita todas as idades são penosas; ao contrário, os que buscam os bens dentro de si mesmos não podem ver como um mal o que, por imposição da Natureza, lhes está reservado. A boa e tranquila velhice irá depender de como cada homem constrói o seu percurso de vida. Desde que o velho não renuncie a exercitar-se e enriquecer a sábia maturidade, a velhice jamais o despojará, ao contrário, pode melhor provê-la para que possa melhorar aconselhar e levar à resolução de grandes problemas. Entende, contudo, que nem todos podem ser Cipiões e Máximos, nem Platão que escreveu o *“Paratenaico”* aos 94 anos de idade e nem Leontino Gorgias que completou 107 anos estudando e trabalhando e que perguntado por que queria viver tanto, respondeu: ‘Até agora não tenho do que me queixar da velhice’.

Todavia, reconhece que para aqueles que não possuem, eles próprios, qualquer recurso para viver bem e com felicidade, mesmo para um sábio a velhice pode ser uma idade dolorosa. Também há velhos tão débeis e doentes que são incapazes de exercer qualquer ofício ou função. No entanto, são muitos que, mesmo na riqueza, julgam a velhice pesada e incomoda.

Consules próximos ao meu Consulado costumavam reclamar não só da carência dos deleites, sem os quais intolerável julgavam a vida, mas também porque não mais tinham o apreço daqueles que costumavam cortejá-los. A mim me parecia que não acusavam o que deveria ser acusado, e isto porque, se tal acontecesse por culpa da velhice, o mesmo aconteceria a mim e a outros velhos, e a muitos conheci que lamento algum tinha da velhice e não consideravam um mal verem-se livres dos laços dos deleites, nem eram menosprezados pelos amigos de outrora. Onde concluo que as queixas devem recair não sobre a idade, mas sobre os hábitos. Os velhos moderados, tratáveis e cordatos suavemente passam a velhice; a impertinência e a rabugice a todos enfadam, estejam na idade em que estiverem (PLATÃO, 1999, p. 63).

Por isso considera um privilégio a velhice que a si própria defende, que mantém a ascendência sobre os seus até o último alento, e afirma:

Assim como louvo a um jovem que tem algo do velho, também me causa agrado o velho que tem alguns traços do moço. E o que tem tal natureza poderá ser velho de corpo, jamais o será de espírito. [...] a vida que levei ao longo dos anos permite que ainda trabalhe, pois quem vive em estudos e trabalho não sente quando chega à velhice: pouco a pouco, sem sentir, se vai envelhecendo; não se alquebranta num repente, mas sim à força de muito viver (Ibidem, p. 110).

Segundo Cícero, os principais defeitos apontados nos velhos são: mau humor, rabugice, irritabilidade fácil e aflição, mas que na verdade tais defeitos não

são inerentes aos velhos, mas aos indivíduos em geral, e que as melhores armas para tornar melhor a vida do velho são o conhecimento, o cuidado com o corpo e a prática das virtudes que, cultivadas em qualquer idade, dão bons frutos no término de uma existência. Uma vida bem vivida pode levar a uma velhice pacífica e suave. Segundo afirma são apontadas quatro causas que podem tornar a velhice infeliz.

A primeira delas diz respeito ao afastamento da pessoa idosa da administração dos negócios levando-a ao recolhimento. Não esqueçamos que o seu tratado não expressa a realidade dos despidos de conhecimentos e de recursos, mas a daqueles que se encontram em boa situação social. Nessa perspectiva afirma não haver

Nenhuma razão para os que negam à velhice o manejo dos negócios, [...] Os assuntos graves não se administram com a força ou o brusco movimento corporal, mas com a prudência, a autoridade e a ponderação. Tais qualidades não se perdem, mas, ao contrário, aumentam e se aperfeiçoam com a idade. [...] Não são nem a força, nem a agilidade física, nem a rapidez que autorizam as grandes façanhas, mas sim *a sabedoria, a clarividência, o discernimento*. Se não fossem os velhos, os nossos antepassados não teriam instituído o supremo conselho, o *Senado*. [...] A temeridade é própria dos moços e a prudência é dom dos velhos (Ibidem, p. 81/82).

A segunda, a debilidade do corpo que, no seu entendimento, como a natureza dota cada idade de qualidades próprias, a fraqueza das crianças, o ímpeto dos jovens, a seriedade dos adultos, a maturidade da velhice são etapas naturais da vida que devem ser apreciadas cada qual em seu tempo. Deve-se usar das forças enquanto se tem e quando elas faltarem não se deve esmaecer.

Se assim fosse, os jovens deveriam menosprezar a infância e os homens maduros a juventude. A idade tem seu curso certo e determinado e é uno e simples o caminho da Natureza, de tal modo que a delicadeza é própria das crianças; o arrojo, dos jovens, a gravidade, da idade viril; a maturidade natural da velhice. [...] mesmo não tendo as mesmas forças aos 88 anos, minha energia corporal não se abateu de toda na velhice. [...] Contanto que cada uma tenha suas forças, mesmo moderadas, e que se esforce nos limites delas, não há de se desejar mais. [...] (Ibidem, p. 103).

Afirma que gosta de descobrir “o verdor” num velho jamais envelhecido em seu espírito, e que não há melhor tarefa a ser realizada pelo homem do que, mesmo sem o vigor físico, mas com vigor intelectual, instruir os adolescentes para formá-los e prepará-los para os deveres de seus futuros encargos.

No que se refere ao terceiro argumento contra a velhice, o impedimento do desfrute de quase todos os prazeres dirá que:

a busca desenfreada da volúpia é uma paixão possessiva, sem controle que corrompe o julgamento, perturba a razão e turva os olhos do espírito. [...] que não há maldade ou atrevimento que não seja excitado pelo desfrute dos prazeres; que os estupros, os adultérios e todas as infâmias são atrativos do deleite desenfreado; [...] não pode ter lugar a temperança onde a leviandade domina, nem a virtude pode tomar assento no reino dos prazeres. [...] Na verdade, o deleite serve de empecilho ao bom juízo, é inimigo da razão, ofusca os olhos do entendimento e não tem qualquer relação ou contato com a virtude (Ibidem, p. 113/114).

Diferentemente dos prazeres dos jovens e dos adultos, os prazeres da velhice estão livres das obrigações da volúpia, da ambição, das rivalidades e das paixões o que permite vislumbrar melhor os prazeres do espírito, da experiência acumulada, de uma autoridade natural e de uma vida equilibrada voltada mais para o prazer da conversação, não apenas com os velhos, mas, também com os jovens, do que para os deleites do corpo, do beber e comer.

A juventude, estando mais próxima dos prazeres mundanos, talvez com eles se deleita mais; a velhice, tendo-os mais afastado, desfruta-os na medida do necessário. [...] Que são, pois, os prazeres de festins e jogos, comparados com os prazeres do espírito? [...] Se faz velho quem aprende muitas coisas ao longo dos dias. Que maior prazer pode existir do que o prazer do espírito? (p. 126). [...] Bom proveito façam os moços de suas armas, dos seus cavalos, de suas lanças e clavas, de seus jogos e banhos e corridas! Deixem a nós, os velhos, os jogos de mesa, se causarem agrado, pois bem felizes somos sem as violentas e ágeis ocupações da juventude (PLATÃO, 1999, p. 126).

Quanto ao quarto motivo para se temer a velhice, a proximidade da morte, Cícero diz ser lamentável que a humanidade, após longa caminhada no tempo, não tenha aprendido a olhar a morte como fato natural da vida e a velhice como a cena final da peça que constitui a existência. Por isso mesmo, devemos nos contentar com o tempo que nos é dado a viver, seja ele qual for sem nos apegar desesperadamente à vida, mas, tão pouco, renunciar à vida que nos resta. Segundo argumenta

Na velhice a melhor maneira de encarar o término de nossos dias é, estando em completo juízo e apurados todos os sentidos, deixar que a Natureza desfaça a obra que ela mesma construiu. [...] Quem será tão insensato, ainda que seja moço, que pense que vai viver eternamente! Por que fazer disso motivo de queixa à velhice, se é um risco que a juventude também compartilha com a velhice? O velho, de fato, não tem esperança de longa vida futura. Em tal, está melhor do que o moço porque o que este espera, o velho já conseguiu. O moço espera longa vida; o velho já a teve. Que há de mais natural morrerem os velhos? (Ibidem, p. 151).

Todavia, para não causar preocupação exagerada, o problema da finitude do homem que acontece com a morte, deve ser pensado e tratado desde a tenra idade como algo natural porque, mesmo sem saber o dia, a morte virá para todos. Diante dessa realidade, como pode viver tranquilo aquele que teme a morte, que a cada hora nos ameaça?

Diferente disso, Plínio, o Velho, afirma que uma vida breve é o maior benefício que a natureza nos pode dar, porque na velhice os sentidos são embotados, os membros entorpecidos, a visão e a audição diminuídas, as pernas enfraquecidas e os dentes caem.

Os jovens poetas Horácio e Ovídio, encaram a velhice não como uma condição geral, mas como uma aventura individual e expressam o amargor que ela lhes inspira. “Com a velhice, desaparece tudo que fazia a doçura de viver. [...] A triste velhice chega, banindo os amores folgazões e o sono fácil” (BEAUVOIR, 2018, p. 127). Públio Ovídio Naso (um dos maiores poetas romanos do final do século I a.C. e início do século I d.C., assim como Décimo Júnio Juvenal (poeta e retórico romano, autor das Sátiras do final do século I e começo do século II), estão entre aqueles que tratam a velhice como sendo a fase da vida em que

os velhos são todos parecidos; sua voz treme, e os membros também; nem mais um fio de cabelo no crânio polido; o nariz é úmido como o das criancinhas. Para mastigar o pão, o pobre velho só tem gengivas sem dentes. [...] Seu paladar entorpecido não lhe permite mais saborear como outrora os vinhos e as iguarias. Quanto ao amor, faz muito tempo que o esqueceu... [...] O preço de uma longa vida são as perdas constantemente renovadas, os lutos contínuos e a velhice em trajes negros, em meio a uma eterna tristeza (BEAUVOIR, 2018, p. 128).

Na continuidade da extensa caminhada, Sêneca, preceptor de Nero, expressa nas *Epístolas a Lucídio*, cem anos mais tarde, ideias semelhantes às de Cícero a respeito da velhice e, conseqüentemente, também a respeito do Senado. Segundo ele, a velhice é boa como tudo que é natural e não acarreta nenhuma decadência. Nas *Epístolas* 12 e 20 diz:

Acolhamos bem a velhice, amemo-la; ela abunda em doçuras, se dela soubermos tirar partido. [...] é uma época delicada, aquela na qual deslizamos no declive dos anos, num movimento que ainda não tem nada de brutal [...] A alma está no seu verdor e desabrocha, por não ter mais com o corpo grande comércio (SÊNeca apud, BEAUVOIR, 2018, p. 127).

Conforme aponta Beauvoir (2018), tanto os autores gregos quanto os romanos não abrem praticamente nenhum espaço para a velhice destituída de importância social. Quando o fazem, diferentemente da velhice do sábio, do homem abastado, a colocam como o pior dos males. Também não há quase nenhum espaço destinado à mulher velha. Quando dela tratam, a retratam com repugnância porque, para eles, a sua aparência é hedionda. Horácio, por exemplo, diz que a “velhice cava rugas em sua frente... seus seios são flácidos como as mamas de uma jumenta” (BEAUVIOR, 2018, p. 128). Ovídio, em sua obra “Os tristes”, diz que a velhice é impiedosa e evoca com melancolia o futuro rosto de Perila, a mulher amada, dizendo:

esses traços encantadores se alterarão com o desgaste dos anos; fanada pelo tempo, essa frente ficara sulcada de rugas; essa beleza se tornará a vítima da impiedosa velhice, que passo a passo, sem ruído avança. Dir-se-á: ela era bela. E tu hás de desolar-te, de acusar teu espelho de infidelidade (Ibidem, p. 129).

O esmaecer do mundo antigo é marcado, principalmente, pela invasão dos bárbaros e o triunfo do cristianismo. Com o domínio dos bárbaros, cuja sociedade era dominada por guerreiros e conquistadores que viviam para lutar, os homens morriam muito cedo, por isso mesmo, os velhos eram pouco numerosos e a velhice destituída de importância e significado. Tudo indica que também o cristianismo que se impôs no seio do Império Romano não promoveu ganhos significativos para a velhice. Apesar de renovar, em princípios, a tradição do *Decálogo*⁷ que ordena a honra aos pais, o culto da família não tinha praticamente nenhum lugar numa época em que o ideal era ascético. Nesse período dominado pela Igreja, destacam-se com ações positivas destinadas aos velhos, a criação de asilos e hospitais, a partir do século IV.

Na Idade Média, onde os vestígios sobre a questão da velhice são muito pobres e nos chegamos, quase sempre, através da literatura e da iconografia, o homem idoso sem capacidade física para realizar o duro trabalho com a terra foi, com raríssimas exceções, excluído da vida social e muitas vezes levados à mendicância. Esse desfavorecimento e descaso com a velhice não ocorria, apenas, na pobreza, mas, também, na nobreza, ou seja, em todos os setores da sociedade. O mundo material na Idade Média era muito mais rude do que no mundo antigo porque as

⁷ Segundo o livro do Êxodo, os dez mandamentos ou preceitos da lei de Deus, escritos em duas tábuas de pedra e entregues a Moisés no monte Sinai.

técnicas regrediram, as castas foram degradadas, as cidades despovoadas, a sociedade ruralizada e a classe média desaparece.

Durante o Baixo Império e a alta Idade Média, os velhos foram mais ou menos excluídos da vida pública: os jovens conduziam o mundo. [...] O homem experiente tinha aí muito pouco espaço. No século VII, Khindaswintz foi eleito rei aos 79 anos pelos visigodos, e deu à coroa seu prestígio. Carlos Magno reinou até os 72 anos. São as únicas exceções que conheço. Até mesmo os papas, nesta época, são, na maioria, homens jovens (BEAUVOIR, 2018, p. 133).

A partir do século VIII, como nos mostra Beauvoir (2018), com o surgimento da sociedade feudal e a organização da vassalagem, o papel do idoso é muito apagado, contudo a ligação de vassalagem subsiste até a morte, apesar de relegada à sobra, não desaparece quando a idade torna o cavaleiro incapaz. Em muitas histórias, em muitos casos os heróis são dotados de longevidade e os anos vividos não são fardos. Neste período o velho é quase sempre representado nos afrescos, ou por um trabalhador agrícola, ou por um velho sábio, como é o caso do palácio dos doges (magistratura) em Veneza (séc. IX), onde a velhice era honrada.

Os casos mais conhecidos sobre uma pessoa velha retratados em escritos são o do Rei Arthur⁸; Lancelote; Guinevra; Gauvin que tinham mais de 60 anos e agem como se estivessem na força da idade. A literatura da alta Idade Média não demonstra interesse pelos velhos. A única exceção é Carlos Magno⁹, cujos feitos aparecem em vários escritos que atravessam os tempos. Em *La Geste du Roi*, por exemplo, inúmeras narrativas compostas nos mosteiros, o apresentam como um magnífico velho de barba e cabelos brancos, e olhos brilhantes.

A literatura dos séculos XI, XII e XIII nos ensina muito pouco sobre a velhice. Como nos séculos anteriores ela não se interessa pelo assunto, mas na medida em que, especialmente, os clérigos passam a tratar da questão, demonstram uma atitude negativa em relação a ela. Esse período continua a ressaltar e a exaltar os valores da juventude e da bravura não encontrados nos velhos, tidos como detentores de “mãos geladas e nervos enferrujados”. Mesmo entre os plebeus, a dureza da sociedade obriga os homens de idade a se afastarem da vida ativa. No meio rural o destino do velho não era diferente, a vida dos velhos se resumia em trabalho e dor, e o pai enfraquecido é destituído dos bens e frequentemente

⁸ Rei Arthur

⁹ Carlos Magno

maltratado por seus herdeiros. Isto parece ter ocorrido, conforme os escritos, em toda a Europa.

Os velhos que não tinham família, ou que esta não podia sustentar, eram socorridos pelo senhor, ou pelo mosteiro; os monges tinham enfermarias onde recolhiam doentes e indigentes. Nas cidades, a Corporação vinha em auxílio dos membros que ficavam incapazes de trabalhar. [...] Mas no conjunto, esses auxílios eram totalmente insuficientes. Os velhos eram reduzidos à mendicância, que, por falta de outros, foi mais tolerada naquela época do que em qualquer outra. A situação dos velhos, em todos os setores da sociedade, aparece, portanto, como extremamente desfavorável. Tanto entre os nobres quanto entre os camponeses a força física prevalecia: os fracos não tinham lugar (BEAUVOIR, 2018, p. 138).

A nova postura da Igreja, ao colocar o Cristo Redentor na centralidade do cristianismo, esmaece a figura de Deus Pai. Como Cristo só viveu 33 anos, a velhice é esquecida e a infância, a juventude e idade madura passam a ser santificadas e a velhice é colocada como o momento de assegurar a salvação.

A forma de olhar para a velhice será significativamente modificada a partir do século XIV, com o nascimento da burguesia e o conseqüente renascimento da vida urbana. Até então apenas o adulto merecia consideração. A prosperidade da burguesia leva à acumulação das riquezas fazendo com que nas classes abastadas, a condição dos velhos seja modificada, porque através da acumulação eles podem tornar-se poderosos. Dante Alighieri (1265-1321), o maior poeta italiano da literatura medieval e autor do poema épico “A Divina Comédia”, encara a velhice de um ponto de vista religioso e espiritualista. No *Festim*, ele compara

a linha da vida humana a um arco que sobe da terra ao céu, até um ponto culminante, de onde principia a descida. O zênite situa-se nos 35 anos. Depois, o homem declina lentamente. Dos 45 aos 50 anos, é o tempo da velhice. A seguir, é a grande velhice. Se essa souber ser sábia, esse fim será pacífico. Dante compara o grande velho a um navegador que baixa docemente sua vela quando enxerga a terra, e lentamente alcança o porto. Estando a verdade do homem no além, ele deve aceitar serenamente o fim de uma existência que não foi outra coisa senão uma breve viagem. Atingir pacificamente o porto, eis qual deve ser – pensam os clérigos e as almas piedosas – a principal preocupação das pessoas velhas; a última idade aparece essencialmente como o tempo em que nos preparamos para a morte (BEAUVOIR, 2018, p. 148/149).

Em toda Europa surgem obras que seguem nessa mesma direção e, apesar dos distintos olhares para a velhice, até o final da Idade Média, a precariedade da vida continuava e a longevidade era rara, tanto entre os homens quanto entre as

mulheres. Quando Carlos V morreu em 1380, com 42 anos, era considerado um velho sábio.

Apesar de ter prolongado as tradições da Idade Média, a Renascença, especialmente no século XV e XVI, procura, através de uma ideia nova e harmoniosa do homem, promover o humanismo. Mas quanto à velhice em si mesma, a literatura dessa época muitas vezes parece não ter maior benevolência do que nos séculos anteriores. Contudo, ao lado das obras que apresentam os velhos, mulheres e homens, como objetos sem dignidade e valor, um pequeno número de obras os integram à comunidade humana e procuram mostrar que envelhecer faz parte de todo ser vivente e aconselham os jovens a aproveitarem seus dias, pois a velhice os espera.

Dedicam-se a essa tarefa, entre eles, Erasmo de Rotterdam, cujas reflexões apresentam ensinamentos de moral e civilidade procurando mostrar a sociedade um espelho de si mesma. Nessa empreitada trata em um de seus *Colloquia* dos anciãos e fala de um modelo de ancião que aos 66 anos não tem rugas nem cabelos brancos, não usa óculos e tem tez florescente; Jacques Yver que, em *Le Printemp* aconselha os jovens a aproveitarem seus belos dias, porque a velhice não tarda; Pierre de Ronsard dedicando parte importante de sua obra à velhice, trata a velhice das prostitutas com repugnância e diz que a juventude está ameaçada por um futuro de tristeza e feiura e, tratando de sua própria velhice, rebela-se contra o peso dos anos que o faziam sofrer e diz que: ‘o verdadeiro tesouro do homem é a verde juventude. O resto de nossos anos não são mais que invernos’ (Idem, p. 164); Também Théodore Agrippa d'Aubigné ao lançar um olhar direto sobre a realidade da velhice, a compara ao inverno, mas, a partir de sua própria experiência, faz deste a estação do lazer sereno e não uma frieza estéril. Para ele: “O inverno de tudo frui; bem-aventurada velhice. A estação do desfrute e não mais dos labores” (Idem, p. 166).

Michel de Montaigne, no entanto, recusa-se tanto a exaltar quanto zombar da velhice, procurando compreendê-la na sua realidade. Não acredita que a velhice o tenha enriquecido:

Quanto a mim, tenho por certo que, a partir dessa idade, tanto o meu espírito quanto meu corpo diminuíram mais que aumentaram, e recuaram mais do que avançaram. É possível que, para aqueles que empregam bem o tempo, a experiência e a ciência cresçam com a vida; mas a vivacidade, a prontidão, a firmeza e outras particularidades muito mais nossas, mais importantes e essenciais, se fanam e se enfraquecem (Idem, p. 166).

Segundo Beauvoir, desde o Egito Antigo até o renascimento

Os clichês se perpetuam, em parte porque o velho sofre um imutável destino biológico. Mas também, não sendo agente da História, o velho não interessa, não nos damos ao trabalho de estudá-lo em sua verdade. E, além disso, há na sociedade uma determinação que é a de silenciar sobre ele. Seja exaltando-o, seja aviltando-o, a literatura o dissimula em clichês. Esconde-o, ao invés de revelá-lo (BEAUVOIR, 2010, p. 171).

Após uma passagem rápida pela Idade Média aporta-se no século XVII, início da modernidade para encontramos a visão a respeito da velhice e o tratamento dado a ela. Na Inglaterra no século anterior, houve um grande aumento populacional nas cidades em função das migrações de trabalhadores rurais para áreas urbanas em busca de trabalho. Como nem todos conseguiam, aumentou consideravelmente o número de pessoas que ficavam perambulando pelas ruas inglesas, gerando diversos problemas sociais. Isto fez surgir, em função de ações conjuntas entre a realeza e o parlamento, em 1601, no final do reinado da Rainha Elizabeth, a Lei dos Pobres (Old Poor Law), aperfeiçoando outra norma de 1597 e tinham por objetivo principal prestar assistência social para aqueles indivíduos que comprovadamente não possuíam condições de sustentar a si próprios e nem parentes e amigos a quem pudessem recorrer, e encarregava a Igreja de cuidar dos desvalidos e dos velhos.

A Lei consolidou a ideia de que o Governo é responsável pelos pobres. Nessa perspectiva concedia auxílio financeiro para aqueles que não tinham trabalho ou condição de sustentar seus filhos; determinava que os homens capazes prestassem serviços para a Igreja, em asilos e albergues e; obrigava as crianças a frequentar a escola. Os recursos apenas possibilitavam de forma precária, a sobrevivência dessas pessoas. Contudo, talvez seja possível dizer que a referida lei é o embrião do que hoje se chama de Estado do Bem-Estar Social.

Conforme Beauvoir, o século XVII foi muito difícil para a humanidade, a média de vida se encontrava entre 20 e 25 anos; metade das crianças morriam antes de um ano; a maior parte dos adultos entre 30 e 40 anos. A dureza do trabalho, a subalimentação, a falta de higiene levavam a que as pessoas envelhecessem muito cedo. Camponesas com 30 anos já estavam enrugadas e prostradas. Mesmo os abastados: reis, nobres e burgueses, morriam entre 48 e 56 anos. O respeito recaía sobre o homem opulento, o proprietário, o dignatário, e não a idade enquanto tal; a

velhice em si mesma não inspirava nenhuma consideração. Os miseráveis e os velhos eram socorridos pela Igreja, mas a ajuda era insuficiente.

A velhice da mulher continua a inspirar horror, enquanto a dos homens presta-se a menos sarcasmo. Ao denunciar os estragos que a velhice proporciona, William Shakespeare, poeta, dramaturgo e ator inglês, compara a existência humana ao desenrolar do ano, ou de um dia ou, ainda, dos dois ao mesmo tempo e afirma que a velhice é o inverno, o crepúsculo da vida no qual desaparecerão todas as riquezas da juventude. Segundo afirma, a velhice não é limite da condição humana, mas a sua verdade; é a partir dela que devemos procurar compreender o homem em sua aventura terrestre.

Na metade do século XVIII, “o tempo da vida ativa” prolongou-se e o estado parece ter reconhecido que todo homem possui o direito à existência, pelo menos foi o que afirmaram os magistrados reunidos em *Speehamland*, em 1785, quando aprovaram a Lei 1782 que estabeleceu: “se um homem não pode ganhar a vida trabalhando, a sociedade deve assegurar sua subsistência. A assistência pública foi reformada nesse sentido: a miséria dos deficientes e dos velhos foi um pouco atenuada” (BEAUVOIR, 2018, p.190).

Em toda a Europa, nesse período, em função de uma melhor higiene irá ocorrer um crescimento e rejuvenescimento da população, e, ao contrário dos anos anteriores a 1749, haverá um aumento significativo da população envelhecida, especialmente nas classes privilegiadas visto que, entre os camponeses, a velhice continuava a chegar muito cedo. Vergado pelo duro trabalho, já aos quarenta anos começa a decadência física, e “o velho que não fosse sustentado pela sua família, só poderia contar com os auxílios que a Igreja lhe prestava” (Ibidem).

Com o reforço da assistência pública a miséria dos deficientes e dos velhos foi atenuada levando a que, mais tarde, os adultos passassem a reconhecer-se na velhice e, com isso, valorizá-la. “Os sexagenários misturavam-se à vida social: iam ao teatro, frequentavam os salões. [...] uma bela memória fazia com que o convívio social deles fosse apreciado” (Idem, p. 191). A importância dada ao idoso entre 1789 e 1790 levou a que, em todas as festas, ele ocupasse lugar de honra e presidisse os eventos.

As mudanças ocorridas na Europa, no início do século XIX, especialmente o aumento populacional em geral e das pessoas envelhecidas em particular, vão ter significativas influências na condição dos velhos e na ideia que a sociedade faz da velhice. Esse crescimento populacional ligado ao progresso da ciência leva a que os

“mitos da velhice” sejam substituídos pelos conhecimentos, especialmente os da área da medicina. Também imprimirão mudanças significativas no curso da vida humana que possibilitarão ressignificar a palavra velhice, que passa a ser entendida como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais.

Conforme Hareven (1995), até o início do século XIX, as sociedades pré-industriais não faziam uma separação nítida e nem estabeleciam especializações funcionais para cada idade. Fatores demográficos, sociais e culturais combinavam-se de tal modo que a diversidade de idades entre as crianças de uma mesma família, a ausência da regulamentação de um tempo específico para o trabalho e a coabitação de famílias extensas, não favoreciam a fragmentação do curso da vida em etapas determinadas. É somente nesse século que irá surgir, de forma gradual, as diferenciações entre as idades.

O reconhecimento da velhice como uma etapa única é parte tanto de um processo histórico amplo – que envolve a emergência de novos estágios da vida como infância e adolescência –, quanto de uma tendência contínua em direção à segregação das idades na família e no espaço social (SILVA, 2008, p.45).

A partir do século XX e florescer do século XXI, ao mesmo tempo em que a sociedade possibilita a longevidade, ela nega aos velhos o seu valor e sua importância social. A ênfase é dada à juventude, à beleza, à autonomia, à independência e à habilidade de ser produtivo ou reprodutivo. Estar ou ser velho, assume uma conotação negativa, remetendo à perda de atributos pela sociedade, mas, também, pelo próprio idoso. Portanto, o conceito de velhice é uma construção social que envolve valores e expectativas que a sociedade tem sobre as pessoas que chegam a certa idade. Na atualidade, apesar de ainda permanecerem velhos estereótipos sobre a velhice, conceitos como o do “envelhecimento ativo”, fazem surgir novos paradigmas para a compreensão positiva do envelhecimento.

Sabemos que o estudo sobre a velhice ou *senescência* ou *senectude*, resultante do somatório de alterações orgânicas, funcionais e psicológicas próprias do envelhecimento e a preocupação com a educação das pessoas idosas são bastante recentes. Em termos gerais o processo vem se desenvolvendo de forma gradual e, simultaneamente, com as grandes transformações sociais, econômicas e demográficas ocorridas a partir do final do século XIX, especialmente, na área médica.

Nesse período penetrou também no discurso de legisladores sociais, o que possibilitou a criação de instituições específicas para o atendimento dessa faixa etária.

Os estudos desenvolvidos levaram a que, em 1928, fossem criados os primeiros grupos de pesquisa na Universidade de Stanford, nos EUA, sobre aprendizagem, memória e tempo de reação; a fundação, em 1946, da *Gerontological Society of America*, a *American Geriatric Society* e a *Division of Maturity and Old Age* da *American Psychological Association*. Tais ações foram motivadas pelo aumento do interesse sistemático da ciência pela velhice, pelas projeções demográficas indicativas da aceleração do processo de envelhecimento populacional que os EUA e outros países industrializados estavam sofrendo e que viriam a se acelerar nas décadas seguintes.

O processo de industrialização e a criação de pensões foi uma resposta às modificações e aos problemas surgidos ao longo dos séculos XIX e XX, inclusive na definição da velhice como categoria etária diferenciada. Ao período marcado pela caracterização da velhice como categoria social, tendo por base o processo de degeneração física e de invalidez (carente, dependente e improdutivo) e aquisição de direitos específicos tais como pensões e aposentadorias seguiu-se um período no qual a sua importância social cresce consideravelmente.

De acordo com Lenoir (1979), a generalização dos sistemas de aposentadoria como o fator responsável pela modificação dos regimes de cuidado da velhice na França, entre 1945 e 1960, faz nascer a distinção entre velhice e indigência, assim como possibilitar o surgimento de instituições destinadas à gestão da velhice e às dirigidas ao cuidado da indigência. Tal processo de distinção aprofunda a autonomia da primeira em relação à segunda. Groisman (1999) e Debert (1999) destacam as décadas de 60 e 70 como o segundo período mais marcante para a história da velhice. Nesse período, a unificação dos discursos especializados a colocam como problema coletivo com plena visibilidade social.

Ainda conforme Lenoir (1979), o termo terceira idade foi criado pelo médico gerontologista francês **Jean-Auguste Huet**, em 1956. Em uma Assembleia Municipal de Paris, ao tratar dos direitos dos aposentados, referiu-se àqueles que faziam parte desta classe como sendo pessoas que vivem a sua “troisième âge”, ou seja, a sua “terceira idade”. A partir de então tornou-se corrente associar essa expressão à primeira fase do envelhecimento. Dedicando-se à questão da terceira idade Huet trabalhou no sentido de implementar organizações e expedientes que visassem o

bem-estar e o cuidado dos idosos, o que o levou a fundar em 1961, a Sociedade Francesa de Gerontologia.

Segundo alguns estudiosos do envelhecimento, as mudanças que surgem sobre a questão nos cenários francês e inglês por volta de 1950 e irá se legitimar a partir da década de 1980, decorrem dos estudos desenvolvidos pela Gerontologia e pela Geriatria; da forma de enxergar e tratar a velhice; dos novos sistemas de aposentadoria que se estendem a todas as classes de trabalhadores; a reorganização dos agentes de gestão que dão início a elaboração de uma política da velhice, trazendo consigo a noção de terceira idade.

A velhice se caracteriza por mudanças físicas no organismo do indivíduo que podem alterar as suas funções biológicas e comportamentais, as percepções, os sentimentos, os pensamentos, as ações e reações, assim como produzir alterações dos papéis sociais que resultam das mudanças bio-psicológicas relacionadas ao avanço da idade. Sob o ponto de vista biológico, os geriatras dividem as idades do ser humano em: primeira idade: 0 - 20 anos; segunda idade: 21 - 49 anos; terceira idade: 50 - 77 anos; quarta idade: 78 - 105 anos.

Em geral a literatura sobre o envelhecimento tem classificado didaticamente essa faixa etária da seguinte forma: 60 a 74 anos como **idosos** participantes da terceira idade; 75 a 90 anos como anciãos; 90 anos em diante como velhice extrema. Para melhor compreensão da questão se faz necessário estabelecer a distinção entre os termos envelhecimento, velhice, idoso e terceira idade, todos eles referentes ao mesmo fenômeno.

A palavra **envelhecimento** diz respeito ao processo natural do envelhecer do organismo através de alterações no corpo e na mente do organismo humano desde o nascimento, ou seja, envelhecemos conforme vivemos. A expressão **velhice** representa um estado, uma condição do indivíduo na última fase do processo do envelhecer, independente de condições de saúde e hábitos e que pode vir acompanhado de perdas psicomotoras, sociais, culturais, etc. O vocábulo **idoso** como sujeito do envelhecimento, como já foi dito, foi criado na França em 1962, e é utilizado em substituição aos termos velho e velhote, para designar qualquer indivíduo acima de 60 anos de idade.

O termo **terceira idade**, criado na França nos anos 60 para designar uma parcela da população idosa que está no início do processo de envelhecimento e tem tido a felicidade de viver uma vida produtiva, adquirir experiências significativas com

mais possibilidades e oportunidades para aprender, expandir os horizontes, com 60 anos ou mais, com boa qualidade de vida, condições de autonomia para cuidar de sua própria vida, foi adotado pela Organização Mundial da Saúde – OMS, a partir de 1982, para designar as pessoas na faixa etária de 65 anos nos países desenvolvidos e 60 anos nos países em desenvolvimento.

Como sugere “L’invention du troisième âge”, a palavra **terceira idade** emerge em meio a debates acerca da responsabilidade social e a necessidade de políticas públicas que contemplem a situação das pessoas acima de 60 anos e realiza um corte na ideia de velhice, promovendo uma separação entre os jovens velhos e os mais velhos. Infelizmente a palavra **velhice** ainda carrega, até hoje, uma série de conotações pejorativas que estigmatizam a pessoa idosa. Diferente disso, o termo terceira idade traz consigo uma conotação menos excludente e faz uma ponte entre o passado e o presente, assim como a juventude estabelece uma ponte entre o presente e o futuro. Sendo no presente que os dois se encontram.

A modificação da sensibilidade investida sobre a velhice acabou gerando uma profunda inversão dos valores a ela atribuídos: antes entendida como decadência física e invalidez, momento de descanso e quietude no qual imperavam a solidão e o isolamento afetivo, passa a significar o momento do lazer, propício à realização pessoal que ficou incompleta na juventude, à criação de novos hábitos, *hobbies* e habilidades e ao cultivo de laços afetivos e amorosos alternativos à família (SILVA, 2008, p.161).

Segundo Lenoir (1979), a nova categoria etária, “terceira idade”, não substitui ou nega a categoria velhice ou idoso, é uma nova categoria que representa o tempo entre a maturidade e a velhice. Sua autonomia torna-se visível no espaço social com a reorganização dos agentes especializados e com a aposentadoria das camadas médias urbanas, grupo social que possuía hábitos culturais diferenciados, aspirações e necessidades de consumo mais sofisticadas, que passaram a ser atendidas por novas agências especializadas que passaram a oferecer, além de vantagens financeiras, serviços diferenciados como clubes, férias programadas, alojamentos especiais, atividades de lazer e grupos de convivência.

Em decorrência dessas novas necessidades, se fez necessário a aquisição de conhecimentos especializados em ciências humanas e biológicas que pudessem identificar e descrever com mais precisão as condições de vida e os desejos desses sujeitos. Com isso, as necessidades psicológicas e culturais passaram a ganhar destaque, o que estimulou o surgimento das universidades e dos espaços de

convivência específicos para esta faixa etária. A partir de então, a designação 'velho' não é mais adequada para nomear esses sujeitos e seu estilo de vida porque o termo “velho” estava fortemente associado aos sinais de decadência física e incapacidade produtiva, sendo utilizado para designar de modo pejorativo sobretudo os velhos pobres.

A partir da década de 60, com vistas à transformação da imagem das pessoas envelhecidas, o termo velhice começa a desaparecer da redação dos documentos oficiais franceses e, posteriormente de outros países, entre eles o Brasil, que passam a substituí-lo pelo termo “idoso”, menos carregado de estereótipos. Mais tarde, as mudanças demográficas com o aumento da população envelhecida, traz consigo novo estilo de vida das camadas médias que passam a assimilar as imagens de uma velhice associada à arte do bem viver, faz surgir a categoria “terceira idade”, indicativa de uma nova e positiva imagem da velhice.

Todos os estudos e todas as mudanças ocorridas, levaram a que durante a Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento da População, ocorrida em Viena, em 1982, a Organização das Nações Unidas (ONU), aprovasse através da Resolução 39/125, o Plano Internacional de Ação sobre o envelhecimento. Nele estabeleceu que nos países em desenvolvimento, a pessoa é considerada idosa (que tem muito tempo de vida) quando possui 60 ou mais anos de idade e que nos países desenvolvidos a idade limítrofe é de 65 anos. A Organização Mundial da Saúde (OMS), segue o mesmo entendimento da ONU de que nos países em desenvolvimento, idoso é todo indivíduo com 60 anos ou mais.

Com base nessas organizações, praticamente o mundo todo passou a desenvolver políticas de atenção ao envelhecimento. Apesar de todos os esforços e dos ganhos significativos, a humanidade ainda não conseguiu uma significativa integração de grupos etários mais jovens com os mais velhos. O que parece estar prevalecendo é a qualificação do potencial da juventude em detrimento da velhice, vista ainda por muitos como improdutiva e decadente.

3.2 O ENVELHECIMENTO NO BRASIL

Eu não tinha este rosto de hoje, assim calmo, assim triste, assim magro, nem estes olhos tão vazios, nem o lábio amargo.

Eu não tinha estas mãos sem força, tão paradas e frias e mortas; eu não tinha este coração que nem se mostra.

Eu não dei por esta mudança, tão simples, tão certa, tão fácil: Em que espelho ficou perdida a minha face?

Cecília Meireles

O estudo do envelhecimento pode oferecer subsídios não apenas para os profissionais que pretendem melhor compreender esse fenômeno e envidar esforços visando o equacionamento da problemática da velhice em nossa sociedade, mas também para cada um de nós, em qualquer idade. Não podemos esquecer que é o sentido que os homens conferem à sua existência e ao sistema global de valores o que define o sentido e o valor da velhice. No Brasil a idade estabelecida para que uma pessoa seja considerada idosa apresenta dubiedade. A Constituição Federal Brasileira menciona a “terceira idade” com início aos 65 anos. O Código Penal Brasileiro refere-se à idade de 70 anos, existindo aí um desencontro. Todavia, ao acompanhar o disposto na Resolução 39/125, que estabelece o Plano Internacional de Ação sobre o envelhecimento e as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), tanto a Política Nacional do Idoso, quanto no Estatuto Idoso, estabelecem a faixa etária de 60 para que uma pessoa seja considerada idosa.

Conforme o Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), no Brasil, país em desenvolvimento,

Até as décadas de 1940 e 1950, o Brasil apresentava um padrão demográfico relativamente estável. [...] As transformações no padrão demográfico até então vigente iniciaram-se de forma tímida, a partir dos anos 1940, quando se nota um consistente declínio dos níveis gerais de mortalidade, não acompanhados, concomitantemente, por uma redução dos níveis de natalidade. Esse quadro de mudanças se acentuou após a década de 1960, em decorrência de quedas expressivas nos níveis de fecundidade, redução esta que, quando comparada com situações vivenciadas por outros países, mostra o Brasil realizando uma das transições da fecundidade mais rápidas do mundo (IBGE, 2016, p. 8).

Ainda segundo o IBGE, as transformações ocorridas levaram a uma das mais importantes modificações estruturais da sociedade brasileira quanto à redução na taxa de crescimento populacional e alterações na estrutura etária, levando a um crescimento mais lento do número de crianças e adolescentes, em relação ao aumento da população em idade ativa e da população idosa. Até o final dos anos 1970, a estrutura etária da população brasileira era predominantemente jovem. A partir de 1991, ocorre um decréscimo da população de (0 a 14 anos) e um crescimento da população em idade ativa (15 a 59 anos), que pulou de 85,1 milhões para 126,0

milhões de pessoas. Também houve o aumento da população idosa (60 anos ou mais).

Em 2018, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), o Brasil tinha mais de 28 milhões de pessoas nessa faixa etária, número que representa 13% da população do país. E esse percentual tende a dobrar nas próximas décadas levando a que, até 2030, o Brasil tenha “a quinta população mais idosa do mundo”. A relação entre a porcentagem de idosos e de jovens, chamada de “índice de envelhecimento”, deve aumentar de 43,19%, em 2018, para 173,47%, em 2060 modificando de forma bastante significativa o formato da pirâmide etária, que segue a tendência mundial de estreitamento da base (menos crianças e jovens) e alargamento do corpo (adultos) e topo (idosos).

Em decorrência das modificações demográficas do país e das orientações da Organização das Nações Unidas (ONU) e da OMS, o Brasil cria a

LEI N. 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994*

Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Finalidade

Artigo 1º - A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Artigo 2º - Considera-se idoso, para os efeitos desta Lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade.

Visando uma maior atenção a esta faixa etária e assegurar os direitos das pessoas idosas, entre eles à saúde, ao trabalho, à assistência social, à educação, à cultura, ao esporte, à habitação e aos meios de transportes, assim como promover condições para a sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, criou o Estatuto do Idoso.

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Conforme estudo do IBGE (2016, p. 101), em decorrência das alterações da dinâmica demográfica brasileira, cada vez mais os idosos vão adquirindo um lugar significativo na estrutura populacional. Por isso mesmo se faz necessário que a sociedade brasileira tenha consciência das implicações dessa nova situação populacional e veja a velhice não

como término, mas como um recomeçar com características e valores próprios; é uma nova forma de olhar o mundo. Uma sociedade equilibrada seria aquela em que o exemplo dos idosos seria capaz de mostrar às novas gerações que os verdadeiros valores são os decorrentes da afetividade bem direcionada e da sabedoria, resgatando a solidariedade e o respeito àqueles que ajudaram a construir o mundo, tal como o conhecemos (IBGE, 2016, p. 103).

3.2.1 Primeiras Ações em Favor do Idoso no Brasil

No Brasil, o Serviço Social do Comércio – SESC, entidade de direito privado de natureza assistencial, é o pioneiro no desenvolvimento de trabalho social com idosos. Desde 1960 desenvolve programas de preparação para a aposentadoria, de lazer, de atividades físicas, e divulgação científica sobre cuidados com a saúde no envelhecimento dos trabalhadores no comércio e seus dependentes.

Conforme Diretrizes Gerais de Ação do SESC (2010, p. 10) o Serviço Social do Comércio foi criado em 13 de setembro de 1946, como “resultado da ação de empresários e organizações sindicais, sob o comando de João Daudt d’Oliveira”, com o objetivo de atender “às necessidades sociais urgentes dos trabalhadores no comércio, procurando enfrentar seus problemas, reduzir ou aliviar suas dificuldades”. Conforme consta no seu site, “além de resgatar o valor social dos idosos, as ações do Sesc privilegiam a cidadania e a educação por meio de projetos adaptados às diferentes culturas das regiões, [visando] estimular o desenvolvimento individual e

coletivo do idoso na sociedade; promover sua autoestima e integração em diferentes ambientes e; reconstruir sua autonomia por meio de cursos, esportes e atividades”.

Posteriormente, a partir de 1982, a questão da educação de idosos passa a permear os espaços das universidades, tendo por suporte o modelo francês.

3.2.2 Amparo às Pessoas Idosas no Brasil

A preocupação com a velhice no Brasil, segundo alguns estudiosos, tem início no Rio de Janeiro, em 1890, com a criação do Asilo São Luiz para idosos desamparados, e a criação em 1909, de um pavilhão para velhos não desamparados. A Geriatria como disciplina científica, que marca também uma preocupação com a velhice, surge no início do século XX, na Europa e nos Estados Unidos quando em 1904, Metchnikoff criou o termo Gerontologia, e Nascher, em 1909, o termo Geriatria. Tanto a Geriatria, quanto a Gerontologia brasileiras receberam influências europeias, especialmente, das francesas. Em 1961, foi criada a Sociedade Brasileira de Geriatria e, em 1978, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

As preocupações do Estado brasileiro com as pessoas envelhecidas presentes na Constituição de 1988 podem ser identificadas nos

Art. 203, inciso V - A garantia de um salário de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de promover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 230 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Ao tratar da Educação brasileira a Constituição não faz qualquer referência ao idoso. Vejamos:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

Do mesmo modo que a Constituição Federal, a Lei nº 9394/96 - Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira, não faz qualquer destaque para a educação do idoso, apenas repete o texto da Constituição.

3.2.2.1 Política Nacional do Idoso – Lei nº 8.842/1994

A preocupação com a educação voltada para o idoso e a educação do próprio idoso está expressa de forma clara na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, ao criar uma Política Nacional do idoso e o Conselho Nacional do Idoso. A referida Lei, além de expressar preocupação com o cuidado e o amparo do idoso, expressa, também, preocupação com a educação sobre e para o idoso. Vejamos o que diz:

Da Finalidade

Artigo 1º - A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Dos Princípios

Art. 3º A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei.

Das Diretrizes

Art. 4º Constituem diretrizes da política nacional do idoso:

- I - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;
- II - participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;
- III - priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;
- IV - descentralização político-administrativa;
- V - capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;
- VI - implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada nível de governo;
- VII - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;
- VIII - priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família;
- IX - apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.

Parágrafo único. É vedada a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social.

A preocupação com a educação voltada e destinada ao idoso está posta no capítulo IV, item III, ao estabelecer como ações Governamentais na área da educação:

- a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;
- d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;
- f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber.

3.2.2.2 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Criado em 1994, tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, somente foi implementado através do Decreto nº 4.227, de 13 de maio de 2002. Teve sua primeira revogação em 17 de junho de 2004, pelo Decreto nº 5.109, que também fora revogado pelo atual Decreto 9.893, de 27 de junho de 2019. É um órgão permanente, paritário e de caráter deliberativo, integrante da estrutura organizacional do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos destinado:

Art. 2º O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa é órgão deliberativo destinado a:

I - exercer, em âmbito federal, as atribuições previstas no:

a) art. 7º e no inciso V do caput do art. 8º da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994;

b) art. 7º e no parágrafo único do art. 48 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; e

c) art. 4º da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010;

II - prestar assessoramento aos conselhos locais da pessoa idosa, sem violar a sua autonomia legal;

III - apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos do idoso, com a indicação das medidas a serem adotadas nas hipóteses de atentados ou violação desses direitos;

IV - realizar pesquisas e estudos sobre a situação do idoso no Brasil; e

V - manifestar-se sobre as questões demandadas pelo Ministro de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos ou pelo Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

3.2.2.3 Estatuto do Idoso

Talvez, o mais importante instrumento legal voltado para os idosos, foi aprovado pela Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que assim dispõe:

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Nele a questão do direito à educação está posta nos artigos 20 a 25 do Capítulo V - Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Vejamos:

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

Art. 25. As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais (Redação dada pela lei nº 13.535, de 2017).

Parágrafo único. O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

Em 2005, três anos após a aprovação do Plano Internacional sobre o envelhecimento, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em abril de 2002, em

Madri, durante a Assembleia Mundial do Envelhecimento, realizada no período de 8 a 12 de abril de 2002, o Brasil edita o seu Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa, como resultado do esforço conjunto do governo federal, Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI) e dos movimentos sociais, com o objetivo de promover ações que levem ao cumprimento do Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003) e estabelecer as estratégias sistêmicas de ação.

No item 4, ao tratar dos espaços institucionais, afirma que

[...] as áreas de educação e de ciência e tecnologia também precisam ser acionadas e se engajarem, para produzir informações e formação adequadas ao novo perfil demográfico do país, atendendo ao diagnóstico da situação atual de pouco conhecimento específico e de falta de preparação dos profissionais.

Ao indicar as ações estratégicas, afirma a necessidade de capacitação de 20 mil cuidadores de idosos, utilizando-se, inclusive, a rede de agentes de saúde; capacitação de gestores e dirigentes de instituições de atendimento ao idoso; capacitação de todos os integrantes dos conselhos estaduais e municipais instalados e em funcionamento.

Estes dispositivos legais têm sido os grandes eixos orientadores do desenvolvimento de políticas e de programas de ações para o atendimento a este segmento populacional. Nesse sentido, é possível afirmar que a partir do final da década de 90 instaura-se um marco legal significativo para a velhice no Brasil, na medida em que começam a proliferar programas socioculturais de abrangência nacional e local para o amparo, o cuidado, a capacitação e a formação do idoso.

3.3 EDUCAÇÃO CONTINUADA

A educação, conforme Abbagnano (1995, p. 12), se refere à vida ou a sobrevivência de qualquer grupo humano, assim como à formação e ao desenvolvimento individual da pessoa humana que pode assumir formas e modalidades diversas, dependendo do grau de desenvolvimento dos diversos grupos humanos. Mas, em essência, é sempre a mesma coisa, isto é, a transmissão da cultura do grupo de uma geração a outra, através da qual as novas gerações adquirem

a habilidade necessária para manejar as técnicas que condicionam a vivência do grupo.

Conforme ensina Jaeger (2001), todo povo que atinge um certo grau de desenvolvimento sente-se naturalmente inclinado à prática da educação. Ela é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite a sua peculiaridade física e espiritual e eleva a sua capacidade de conhecer a um nível superior, tendo em vista a consecução de um fim através de uma prática social concreta. Conforme Carpa Blanca (in Imbernón, 2000, p. 20), “a educação é o que de menos material existe, mas o mais decisivo no futuro de um povo, já que é sua fortaleza espiritual; e, por isso, não podemos permitir que a educação se torne um privilégio”. É preciso decidir se ela visará a igualdade ou a exclusão; se será agente de transformação ou de transmissão.

O presente estudo, ao tratar da formação de professores para atuarem junto à Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUnATI), enquadra-se na perspectiva da formação continuada como um processo permanente de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional, atualização, aprofundamento das temáticas e dos saberes, realizada após a formação inicial, visando assegurar um ensino de melhor qualidade aos educandos. Tem como característica básica a continuidade de ações educativas que possibilitam a transformação ou o aperfeiçoamento profissional através do desenvolvimento de novas habilidades. Essa categoria do estudo será orientada, especialmente, pelas ideias de Francisco Imbernón, expostas na sua obra: *Formação Continuada de Professores*.

Conforme explicita o autor, “a formação inicial de professores foi exercida, de uma forma ou de outra, desde a Antiguidade, desde o momento em que alguém decidiu que outros educariam os seus filhos e esses outros tiveram que se preocupar em fazê-lo” (IMBERNÓN, 2010, p.13). Tudo indica que a era da formação continuada tem o seu desenvolvimento a partir de 1970 e terá a sua culminância nos anos de 1980. Essa afirmação não implica dizer que não tenha tido esforços anteriores, apesar de esporádicos, de grupos e instituições, especialmente dos professores seguidores da pedagogia de Dewey, Freinet e Montessori.

Nascida com o objetivo de adequar os professores àqueles tempos e facilitar um constante aperfeiçoamento de sua prática educativa e social a fim de adaptá-la às necessidades presentes e futuras, a educação continuada de professores terá significativos avanços a partir dos anos de 1980, por conta,

especialmente, das políticas institucionais que levaram à realização de centenas de programas e cursos, na expectativa de que ocorressem mudanças significativas nas atitudes dos professores e que essas fossem repassadas para a sala de aula. Nesse momento,

as universidades começam a criar programas de formação continuada de professores, que são situados, em sua maioria, em modalidades de treinamento e de práticas dirigentes próprias do modelo de observação/avaliação e não na perspectiva em que a reflexão e a análise são meios fundamentais para a formação (IMBERNÓN, 2010, p.17).

Como é possível verificar, o autor expressa uma crítica ao modelo de educação continuada observação/avaliação onde “o formador ou o administrador é que seleciona as atividades formadoras, supostas como as que deverão ajudar os professores a alcançar os resultados esperados” (IMBERNÓN, 2010, p.18). É seu entendimento de que a educação continuada deve ser desenvolvida na perspectiva de reflexão/análise e não através de um modelo de treinamento com cursos padronizados que leva os professores a adquirirem conhecimentos ou habilidades a partir da formação decidida por outros.

A década de 1990, conforme Imbernón (2010), apesar de grandes confusões e de discursos simbólicos sobre o modelo de formação baseado no “treinamento”, foi um período produtivo e bastante criativo para a educação continuada de professores, cujas contribuições e reflexões ainda estamos assimilando. Apesar da “mistura do modelo de treinamento com os planos de formação, [essa foi uma] época em que se inicia uma nova maneira de enfocar, de analisar e de praticar a formação dos professores” (IMBERNÓN, 2010, p. 22).

Tempos diferentes para a educação e para a formação, o século XXI parece não mais impulsionar de forma significativa a questão da educação continuada. Ao considerar o sistema educacional do século passado obsoleto dá início a “uma crise da profissão do ensinar”, fazendo surgir a necessidade de uma nova forma, não apenas de ver a educação e a formação, mas, também o papel dos professores e dos alunos. A partir dessa situação, há uma redução da formação continuada, ou seja, da educação “de toda a vida”. Nesse período

ganha espaço a opção de não se querer analisar a formação somente como domínio das disciplinas científicas ou acadêmicas, mas, sim, de propor a necessidade de estabelecer novos modelos relacionais e participativos na prática da formação. Isso nos leva a analisar o que aprendemos e o que nos falta aprender (IMBERNÓN, 2010, p. 23).

Apesar disso, nos últimos anos uma série de variáveis, entre elas as rápidas mudanças sociais e a falta de delimitação clara das funções dos professores estão levando a educação continuada a inclinar-se novamente para

um modelo aplicativo-transmissivo (e volta ao passado ou de “volta ao básico”, de loções-modelo, de noções, de ortodoxia, de professor eficaz e bom, de competências que devem ser assumidas para ser um bom professor, etc.). Ou seja, a ação do formador se dá em direção da solução dos problemas dos professores, em vez de se aprofundar em um modelo mais reflexivo, como, por exemplo, com pesquisa-ação (Idem, p. 23).

Se a essência da educação é o “ser” projeto e a da aprendizagem é ser desenvolvida de maneira dialógica, sustentada em habilidades acadêmicas e práticas, a educação continuada como aperfeiçoamento não pode ser diferente, devendo ser realizada, por isso mesmo, através de situações problemas que ocorrem em contextos sociais e educacionais determinados, possibilite reflexões que pondere sobre as ações, o que “requer dar a palavra aos sujeitos da ação e responsabilizá-los por sua própria formação e desenvolvimento dentro da instituição educacional na realização de projetos de mudança” (Idem, p. 54).

Deste modo, tanto a educação em geral quanto a educação continuada deve ser uma forma de preparação para o indivíduo vivenciar a cultura, participar do mundo. Deve ser

produtora de sentido, ao facilitar que cada indivíduo reconstrua conscientemente seu pensamento e ação por meio de um processo coletivo de descentralização e reflexão sobre a própria experiência e a dos demais e tenha autonomia intelectual para analisar criticamente os processos e os conteúdos socializadores recebidos e articulá-los (IMBERNÓN, 2000, p. 189).

Nos últimos anos do século XX, tornou-se forte, nos mais variados setores profissionais e nos setores universitários, especialmente em países desenvolvidos, a questão da formação continuada como um requisito de atualização constante, aprofundamento e avanço nas formações dos profissionais. Essa necessidade foi incorporada, também, aos profissionais da educação, o que exigiu o desenvolvimento de políticas nacionais ou regionais em resposta a problemas característicos dos sistemas educacionais. Essa preocupação entrou em pauta mundial pela conjunção das pressões do mundo do trabalho e pela constatação, pelos sistemas de governo, dos precários desempenhos escolares de grandes parcelas da população. Tal situação faz surgir políticas públicas e ações políticas na direção de reformas

curriculares e de mudanças na formação dos docentes, ou seja, dos formadores das novas gerações.

No Brasil, assistimos à assimilação dessa posição, porém concretamente ampliou-se o entendimento sobre a educação continuada, com esta abrangendo muitas iniciativas que, na verdade, são de suprimento a uma formação precária pré-serviço e nem sempre são propriamente de aprofundamento ou ampliação de conhecimentos. Isso responde a uma situação particular nossa, pela precariedade em que se encontram os cursos de formação de professores em nível de graduação (GATTI, 2008, p. 57).

Ainda conforme Gatti, a constatação, por vários meios (pesquisas, concursos públicos, avaliações), de que os cursos de formação básica dos professores não vinham e não vêm propiciando base sólida para a atuação profissional fez surgir várias iniciativas públicas de formação continuada no setor educacional, não propriamente de atualização e aprofundamento de conhecimentos, mas no sentido de suprir aspectos da má-formação anterior e as políticas implementadas sob essa denominação passaram a

cobrir, entre nós, cursos especiais de formação em nível médio ou superior para docentes atuantes nas redes municipais ou estaduais de educação básica que não tinham essas titulações, na ideia de que essa formação seria continuada por ser realizada “em serviço”. Seria uma formação complementar dos professores em exercício propiciando-lhes a titulação adequada a seu cargo, que deveria ser dada nos cursos regulares mas que lhe é oferecida como um complemento de sua formação, uma vez que já está trabalhando na rede. São projetos elaborados sob a coordenação do poder público, dentro de especificações bem definidas (Idem, p. 65).

A partir dos anos de 1986 a expansão da oferta de programas ou cursos de educação continuada foi exponencial. Isto porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) passou a instigar, especialmente os poderes públicos, quanto a essa formação. Diz ela no Art. 62:

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009) (BRASIL, 1996).

As preocupações da área educacional quanto aos processos de educação continuada ofertados, preocupação apropriada pelos poderes públicos, levou a formulação de vários instrumentos legais para orientar o fazer educativo nessa área,

entre eles, o Decreto nº 6.755 de 2009 – que trata da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica que estabelece:

Art. 8º - O atendimento às necessidades de formação continuada de profissionais do magistério dar-se-á pela indução da oferta de cursos e atividades formativas por instituições públicas de educação, cultura e pesquisa, em consonância com os projetos das unidades escolares e das redes e sistemas de ensino.

[...]

§ 2º As necessidades de formação continuada de profissionais do magistério serão atendidas por atividades formativas e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado.

A Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, do Conselho Nacional de Educação que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, ao tratar da Formação Inicial e Continuada, no Capítulo IV, assim estabelece:

Art. 56. A tarefa de cuidar e educar, que a fundamentação da ação docente e os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação instauram, reflete-se na eleição de um ou outro método de aprendizagem, a partir do qual é determinado o perfil de docente para a Educação Básica, em atendimento às dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas.

§ 1º Para a formação inicial e continuada, as escolas de formação dos profissionais da educação, sejam gestores, professores ou especialistas, deverão incluir em seus currículos e programas: a) o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania; b) a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional; c) a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino; d) a temática da gestão democrática, dando ênfase à construção do projeto político-pedagógico, mediante trabalho coletivo de que todos os que compõem a comunidade escolar são responsáveis.

Art. 57. Entre os princípios definidos para a educação nacional está a valorização do profissional da educação, com a compreensão de que valorizá-lo é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental.

§ 2º Os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, vinculados às orientações destas Diretrizes, devem prepará-los para o desempenho de suas atribuições, considerando necessário: a) além de um conjunto de habilidades cognitivas, saber pesquisar, orientar, avaliar e elaborar propostas, isto é, interpretar e reconstruir o conhecimento coletivamente; b) trabalhar cooperativamente em equipe;

[...]

d) desenvolver competências para integração com a comunidade e para relacionamento com as famílias (BRASIL, 2010, p. 78).

Ao definir as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, a

Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação estabelece no Capítulo VI – da Formação Continuada dos profissionais do Magistério:

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente.

[...]

Art. 17. A formação continuada, na forma do artigo 16, deve se dar pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação.

§ 1º Em consonância com a legislação, a formação continuada envolve:

[...]

II - atividades ou cursos de atualização, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas e máxima de 80 (oitenta) horas, por atividades formativas diversas, direcionadas à melhoria do exercício do docente;

III - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;

IV - cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior;

V - cursos de especialização lato sensu por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior e de acordo com as normas e resoluções do CNE;

[...]

Esses e outros instrumentos legais indicam que a questão do formador na educação continuada passa a ser olhada com mais cuidado e atenção, com orientações mais claras, visando cada vez mais orientar no sentido de uma melhor qualificação desses processos formativos, na melhor qualificação dos formadores.

3.3.1 Educação Continuada e o Envelhecimento

O Plano de Ação Internacional Sobre o Envelhecimento foi estabelecido na Assembleia Mundial da ONU, realizada em Viena, através da Resolução nº. 35/129, de 11 de dezembro de 1980. Segundo afirma,

o Plano de Ação Internacional deverá ser considerado parte integrante das principais estratégias e programas internacionais, regionais e nacionais formulados em resposta a importantes problemas e necessidades de caráter mundial. Suas metas principais são fortalecer a capacidade dos países para

abordar de maneira efetiva o envelhecimento de sua população e atender às preocupações e necessidades especiais das pessoas de mais idade, e fomentar uma resposta internacional adequada aos problemas do envelhecimento com medidas para o estabelecimento da nova ordem econômica internacional e o aumento das atividades internacionais de cooperação técnica, em particular entre os próprios países em desenvolvimento.

A partir destas metas, estabelecem-se os seguintes objetivos concretos: a) Fomentar a compreensão nacional e internacional das consequências econômicas, sociais e culturais que o envelhecimento da população tem no processo de desenvolvimento;

b) Promover a compreensão nacional e internacional das questões humanitárias e de desenvolvimento relacionadas com o envelhecimento;

c) Propor e estimular políticas e programas orientados à ação e destinados a garantir a segurança social e econômica às pessoas de idade, assim como lhes dar oportunidades de contribuir para o desenvolvimento e compartilhar de seus benefícios; d) Apresentar alternativas e opções de política que sejam compatíveis com os valores e metas nacionais e com os princípios reconhecidos internacionalmente em relação ao envelhecimento da população e às necessidades das próprias pessoas de idade;

e) Estimular o desenvolvimento de ensino, capacitação e pesquisa que respondam adequadamente ao envelhecimento da população mundial e fomentar o intercâmbio internacional de aptidões e conhecimento nesta esfera.

No que se refere à educação, tratada no item III das RECOMENDAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO, área 3, letra g, afirma que as revoluções científicas e tecnológicas do século XX levaram a uma explosão de conhecimentos e de informações e mudanças sociais aceleradas, especialmente quanto ao aumento da expectativa de vida, fazendo com que as sociedades passassem a olhar com maior atenção para a questão da educação das pessoas envelhecidas ou em processo de envelhecimento. Por conta disso, devem ser desenvolvidos programas educativos tendo os idosos como professores e transmissores de conhecimentos, assim como alunos num processo de educação continuada, onde possam aperfeiçoar e transmitir conhecimentos e saberes advindos de suas vivências em sociedade. Para isso apresenta várias recomendações:

75. As ditas mudanças indicam que as estruturas educacionais da sociedade devem ampliar-se para dar resposta às necessidades educacionais de toda uma vida. Esse enfoque da educação parece sugerir a necessidade de uma educação continuada de adultos, que inclua a preparação para o envelhecimento e o uso criativo do tempo. Além disso, é importante que os idosos, da mesma forma que as pessoas de todos outros grupos de idade, tenham acesso a cursos básicos de alfabetização, assim como a todos os serviços educacionais disponíveis na comunidade.

Recomendação 45

Como direito humano básico, a educação deve ser proporcionada sem discriminação dos idosos. As políticas educacionais devem refletir o princípio do direito dos idosos à educação, mediante a atribuição apropriada de recursos e com programas de ensino satisfatórios. Deve-se tomar cuidado

em adaptar os métodos de ensino às capacidades dos idosos, de modo que eles possam participar equitativamente de qualquer tipo de educação que se ofereça e aproveitá-la. A necessidade da educação continuada de adultos em todos os níveis deve encontrar reconhecimento e estímulo. **Deveria ser considerada a possibilidade da educação universitária para idosos (grifo nosso).**

[...]

76. Existe também necessidade de educar a população em geral sobre o processo de envelhecimento. Esta educação deve começar na infância, para que o envelhecimento possa ser percebido plenamente como um processo natural.

Recomendação 47

De acordo com o conceito de educação ao longo da vida, promulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), programas de educação informal de base comunitária e de recreação para os idosos devem ser implementados a fim de desenvolver um sentido de autossuficiência e responsabilidade da comunidade. Tais programas devem contar com o apoio dos governos nacionais e das organizações internacionais.

[...]

Recomendação 49

Os governos e as organizações internacionais envolvidas com os problemas do envelhecimento devem iniciar programas para educar o público em geral sobre o processo de envelhecimento e sobre o envelhecimento propriamente dito. Tais atividades devem iniciar-se na infância e continuar em todos os níveis do sistema escolar formal. Deverá ser reforçada a função e a participação dos Ministérios da Educação nesse sentido, promovendo e facilitando a inclusão do tema envelhecimento nos currículos, como um aspecto do desenvolvimento normal e da educação para a vida do indivíduo que se inicia com a idade mais jovem, de forma que conduza o conhecimento mais profundo e para eventual mudança positiva nas atitudes estereotipadas das gerações presentes.

O Plano aponta, ainda, algumas questões a serem observadas quanto a capacitação e educação. Na recomendação 54 indica que, como o envelhecimento é um tema multidisciplinar, os programas de educação e capacitação deverão ser desenvolvidos de forma interdisciplinar e disponibilizados em todos os níveis. Também deverão ser empreendidos esforços para regulamentar os serviços de capacitação e ensino necessários ao desempenho das diferentes funções na área do envelhecimento. Diante disso, fazem as seguintes recomendações:

Recomendação 55

Organizações intergovernamentais e não-governamentais deverão tomar medidas necessárias para a capacitação de pessoal na esfera do envelhecimento e intensificar seus esforços para difundir informações sobre o envelhecimento, particularmente entre as próprias pessoas idosas [...].

Recomendação 59

Dever-se-á estimular a capacitação em todos os aspectos da gerontologia e da geriatria, e dar a devida importância nos planos de estudo de todos os níveis. Insiste-se aos governos e às autoridades competentes que estimulem as instituições novas ou as já existentes para que prestem especial atenção à capacitação adequada em gerontologia e geriatria.

Por entender que a investigação é fundamental na formulação, avaliação e execução de políticas e programas voltados para o envelhecimento, o Plano indica, ainda, ações de pesquisa sobre os aspectos sociais, econômicos e de saúde a fim de que os conhecimentos obtidos possam dar uma base científica mais sólida para o planejamento social efetivo, assim como para melhorar o bem-estar dos idosos.

Recomendação 61

Os estados, as organizações intergovernamentais e as organizações não-governamentais deverão estimular a criação de instituições especializadas no ensino da gerontologia, geriatria e psicologia geriátrica nos países em que não existam as ditas instituições.

Recomendação 62

Deverão promover-se intercâmbios internacionais e a cooperação em matéria de investigação, assim como a recopilación de dados em todas as esferas que tenham relação com o envelhecimento, a fim de proporcionar uma base racional para futuras políticas e medidas sociais. Deverá dar-se especial importância a estudos comparados e multiculturais sobre o envelhecimento. Deve ser destacada abordagens multidisciplinares.

Os representantes dos Governos reunidos na II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em abril de 2002 pela Organização das Nações Unidas, em Madri, Espanha, estabelecem através de uma Declaração Política, um novo Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento visando responder aos desafios feitos pelo envelhecimento da população no século XXI e promover o desenvolvimento de uma sociedade para todas as idades. No discurso de abertura da Assembleia, proferido por KOFI ANNAN, Secretário Geral das Nações Unidas, um belo sentido da velhice. Segundo ele,

Na África se diz que, quando morre um ancião, desaparece uma biblioteca. Talvez o provérbio varie de um continente a outro, mas seu significado é igualmente certo em qualquer cultura. As pessoas idosas são intermediárias entre o passado, o presente e o futuro. Sua sabedoria e experiência constituem verdadeiro vínculo vital para o desenvolvimento da sociedade.

Como lembra, passaram-se 20 anos desde a aprovação do primeiro documento mundial que serviu de orientação para as políticas sobre o envelhecimento. Mas como o mundo mudou, e de tal maneira, que se olharmos para trás quase não o reconhecemos, podemos enxergar razões fundamentais e imperiosas para voltarmos a refletir sobre a questão do envelhecimento, especialmente se voltarmos nossos olhos para a transformação demográfica sem precedentes pela qual está passando. A perspectiva é que “até 2050, o número de

idosos aumentará em aproximadamente de 600 milhões a quase 2 bilhões. No decorrer dos próximos 50 anos haverá no mundo, pela primeira vez na História, mais pessoas acima de 60 anos que menores de 15". Por isso mesmo torna-se necessário que o mundo entenda que as pessoas idosas não são uma categoria à parte.

Todos envelheceremos algum dia, se tivermos esse privilégio. Portanto, não consideremos os idosos como um grupo à parte, mas, sim, como a nós mesmos seremos no futuro. E reconheçamos que todas as pessoas idosas são pessoas individuais, com necessidades e capacidades particulares, e não um grupo em que todos são iguais porque são velhos.

No Art. 2º do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, os Membros da Assembleia celebram o aumento da expectativa de vida em muitas regiões do mundo como uma das maiores conquistas da humanidade e reconhecem que

o mundo está passando por uma transformação demográfica sem precedentes e que daqui a 2050, o número de pessoas acima de 60 anos aumentará de 600 milhões a quase 2 bilhões, e se prevê a duplicação do percentual de pessoas de 60 anos ou mais, passando de 10% para 21%. Esse incremento será maior e mais rápido nos países em desenvolvimento, onde se prevê que a população idosa se multiplique por quatro nos próximos 50 anos. Essa transformação demográfica apresentará para toda a sociedade o desafio de aumentar as oportunidades das pessoas, particularmente as oportunidades de os idosos aproveitarem ao máximo suas capacidades de participação em todos os aspectos da vida.

Nele reiteram, no Art. 3º, os compromissos assumidos nas principais conferências e cúpulas das Nações Unidas e na Declaração do Milênio, com respeito à promoção de ambientes internacionais e nacionais que promovam o estabelecimento de uma sociedade para todas as idades. Reafirmam os princípios e as recomendações contidos no Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, feito pela Assembleia das Nações Unidas, em 1982, e os princípios das Nações Unidas em favor dos idosos, aprovados pela Assembleia Geral, em 1991.

3.4 UNIVERSIDADE ABERTA

Como é sabido, a formação clássica, ou inicial, é desenvolvida nas universidades através de uma organização curricular composta por disciplinas. A formação continuada tem sido, quase sempre, desenvolvida desta maneira quando

deveria, conforme entendimento de vários pedagogos, ser empreendida a partir das necessidades dos processos educativos das instituições e em função de situações problemáticas e não de problemas genéricos.

Não há dúvidas, pelo menos desde a Grécia Antiga, de que, o que é comum a todos deve ser aprendido em comum. Isto implica dizer que, neste caso, o processo de formação deve ser realizado para dar solução a problemas genéricos, uniformes, padronizados. Diferente disso, a educação continuada como aperfeiçoamento ou atualização, conforme ensina Imbernón (2000, p. 54), deve ser realizada através de situações problemas que ocorrem em contextos sociais e educacionais determinados “e requer dar a palavra aos sujeitos da ação e responsabilizá-los por sua própria formação e desenvolvimento dentro da instituição educacional, na realização de projetos de mudança”.

A Universidade Aberta é uma instituição de ensino com uma política académica de portas abertas e com métodos pedagógicos específicos. A Universidade aberta nasceu das ideias lançadas pelo educador e historiador J.C. Stobart (foi um estudioso clássico, conferencista da Universidade de Cambridge, inspetor de escolas HM e o primeiro diretor de educação da BBC [em 1925 ingressou na BBC como seu primeiro Diretor de Educação. Ele foi responsável por dois programas de longa duração, *Children's Hour* e *The Epilogue*, em 1926). Em 1963 foi organizada na Inglaterra a “University of the air” que se transformou em 1969 na pioneira “The Open University” que iniciou seus cursos em 1970, consolidando-se como centro científico, na década de 1980.

São muitas as universidades com essa política e forma de atuação em todo o mundo, entre elas podemos citar: Greece Hellenic Open University; Open Universities Australia; Allama Iqbal Open University (Paquistão); Open University of Israel; Open University of Japan; The Global Open University Nagaland; The Intercultural Open University; Universidade Aberta de Portugal; Universidade Aberta do Brasil.

A Universidade Aberta em Portugal é uma instituição pública de ensino a distância, criada em 1988, e regulamentada pelo Decreto-Lei nº444/88, de 2 de dezembro. Aprovada pela Lei da Autonomia Universitária, de 25 de março de 1994, tem sua sede em Lisboa com delegações no Porto e em Coimbra. Em 2007 passou a oferecer os seus cursos em regime *online* através de uma plataforma de *e-learning*,

e, a partir de 2008, todos os seus cursos passaram a usar aquela plataforma tecnológica.

No Brasil, o Sistema Universidade Aberta foi “criado pelo Ministério da Educação em 2005, através de parceria firmada com a Associação Nacional dos Dirigentes Federais do Ensino Superior (Andifes) e Empresas Estatais no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação”, sendo oficialmente instituído por meio do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, que assim dispõe:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, na Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, bem como no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Art. 2º - O Sistema UAB cumprirá suas finalidades e objetivos sócio-educacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com polos de apoio presencial.

§ 1º - Para os fins deste Decreto, caracteriza-se o pólo de apoio presencial como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior.

§ 2º - Os pólos de apoio presencial deverão dispor de infra-estrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do Sistema UAB.

Art. 3º - O Ministério da Educação firmará convênios com as instituições públicas de ensino superior, credenciadas nos termos do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, para o oferecimento de cursos e programas de educação superior a distância no Sistema UAB, observado o disposto no art. 5º.

Art. 4º - O Ministério da Educação firmará acordos de cooperação técnica ou convênios com os entes federativos interessados em manter pólos de apoio presencial do Sistema UAB, observado o disposto no art. 5º.

Art. 5º - A articulação entre os cursos e programas de educação superior a distância e os polos de apoio presencial será realizada mediante edital publicado pelo Ministério da Educação, que disporá sobre os requisitos, as condições de participação e os critérios de seleção para o Sistema UAB.

Art. 6º - As despesas do Sistema UAB correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a seleção de cursos e programas de educação superior com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira.

Art. 7º - O Ministério da Educação coordenará a implantação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação dos cursos do Sistema UAB.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de junho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

É gerenciado atualmente pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES) e funciona através de parceria entre os três níveis de governo: federal, estadual e municipal e a participação das universidades públicas e demais organizações interessadas. Seu objetivo é ofertar ensino superior à distância com a finalidade de expandir e interiorizar cursos e programas de educação superior no País. Para isso são organizados Polos de Apoio Presencial (PAPs), nos municípios participantes, com salas de aula, laboratórios didáticos, tutores para os alunos, biblioteca e outros recursos.

3.4.1 Universidade Aberta da Terceira Idade

O que fazemos para os idosos, e com eles, não é feito em vão. [...] contribuir para melhorar a condição da velhice em nossa sociedade é uma tarefa que envolve espírito de justiça e solidariedade entre gerações. Este é o objetivo que eu mesmo destaquei quando criei em Toulouse a primeira Universidade da Terceira Idade. Desde então, a partir de nossa experiência, várias dezenas de universidades deste tipo foram criadas na França e no mundo inteiro. Este rápido desenvolvimento é extraordinário: é um sinal de mudança (VELLAS, 1977, p. 16).

Em 1968, na França, as preocupações com a *terceira idade*, levaram a criação das Universidades do Tempo Livre, pensadas pelos políticos franceses da educação, com o objetivo de fornecer a alfabetização, informações sobre saúde, educação religiosa e educação para o trabalho a adulto que, de alguma forma, foram desfavorecidos pelo sistema educacional, assim como ocupar o tempo livre dos aposentados e favorecer as relações sociais entre eles.

Todavia, foi o professor Pierre Vellas quem organizou com a ajuda da cooperação internacional em Toulouse, composta por pessoas de muitas nacionalidades, especialmente por alunos de pós-graduação, a *Université du Troisième Âge* (U3A, cuja inauguração ocorreria em 15 de maio de 1973, como um espaço da Universidade de Ciências Sociais de Toulouse).

Sei agora ter sido preparado desde a infância para interessar-me pelo envelhecimento. O relacionamento com meus avôs e idosos do local, no campo, onde desfrutava as férias, até os trabalhos desenvolvidos com grupos na Ásia e Birmânia, endereçaram-me para a temática (Idem, p. 19).

A criação da instituição surgiu após Vellas ter percorrido um longo caminho de pesquisas e observações junto a instituições, asilos, casas de repouso e similares, em várias partes do mundo, contactando diretamente com os idosos, dirigentes e funcionários, ele consolidou conhecimentos sobre a real situação dos idosos que envelheciam sem a dignidade inerente a pessoa humana. Conforme expressa em sua obra *Le troisième souffle* (O terceiro suspiro)

Era maio de 1973, e apenas 40 pessoas se inscreveram por ocasião da primeira oferta do programa. A imprensa local e internacional, noticiaram e fizeram tal alarde sobre a novidade que, seis meses mais tarde, em setembro de 1973, foram mais de mil os idosos inscritos (VELLAS, 1977, p. 146).

Conforme Cachioni (2018), mais de cinco mil programas espalhados por todo o mundo, em diferentes continentes, com milhares de pessoas idosas participando de atividades intelectuais e culturais, em busca de uma velhice bem-sucedida, certamente se quer sonhava Pierre Vellas.

Em entrevista em 2004, François Vellas (2004), filho de Pierre Vellas, afirma que desde o começo (1973/1974) já eram ofertadas várias atividades para a América Latina, África e Ásia. Nos anos de 1975 e 1976 a U3I estava presente na Suíça, na Bélgica, na Itália e no Canadá, principais países a difundir o programa devido a contatos pessoais do professor Pierre Vellas. Em poucas décadas, a U3I se estabeleceria em todo o mundo civilizado.

Inicialmente não se tratava de um programa voltado para pessoas idosas, mas sim, para aposentados que procuravam algo novo para fazer e não ficarem confinados em casa. As principais atividades desenvolvidas eram conferências e seminários em arte, literatura e relações internacionais, nas quais se abordavam problemas de todo o mundo, tais como paz internacional, objetivos a serem

alcançados na área da saúde, etc. Posteriormente, as iniciativas passam a atuar baseados no conceito de universidades abertas para todos, inclusive idosos. Conforme François (2004), para os participantes “era um sonho fazer aquilo, porque aqueles idosos não puderam frequentar a universidade quando eram jovens. Eles costumavam dizer: Nós nunca pudemos fazer isso antes”. Talvez seja possível dizer que a Universidade Aberta da Terceira Idade, além de ser um sonho que se tornou realidade é uma das inovações mais importantes do final do século XX.

Na América Latina, cabe ao Uruguai, o pioneirismo do Programa Universidade Aberta da Terceira, ali instalado em 1980, no Instituto de Estudos Superiores de Montevideu, tendo por base os princípios da UNI3 de Genebra. Posteriormente o programa chega ao Paraguai, Argentina, Chile, Panamá, Venezuela, México e no Brasil. O primeiro programa brasileiro com características de Universidade da Terceira Idade é o Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina (NETI), criado em 1982. “No entanto, foi no ano de 1990 que a Pontifícia Universidade Católica de Campinas abriu um programa que replicou o modelo francês” (CACHIONI, 2018, p. 62).

A expansão da iniciativa pelo mundo, teve por suporte o modelo francês que tem por base a associação das instituições universitárias para idosos com as universidades educacionais formais, com uma estrutura composta por professores, salas, equipamentos e organização de uma universidade. Todavia, apesar da importação do modelo francês, cada país fez as suas adaptações em função de sua cultura e necessidades. Por conta disso, apesar dos modelos serem, praticamente, idênticos nos objetivos, possuem importantes diferenças na organização e funcionamento. Havendo diversidade, inclusive, em um mesmo país, tanto pedagogicamente, quanto administrativamente.

O modelo britânico, nascido em Cambridge em 1981, apresenta substancial modificação do modelo francês, tanto no que se refere aos princípios, quanto a utilização dos espaços. Com uma organização mais independente e menos formal que o francês, desenvolve um trabalho que favorece a aproximação entre alunos e professores e permite maior participação dos discentes na organização e na gestão. Contam, também, com professores voluntários e desenvolvem programas mais voltados para a esfera social e recreativa. Com o passar do tempo ocorreu uma miscigenação entre os dois modelos que foram se adaptando aos diferentes contextos.

Hoje, o modelo francês predomina na Espanha, na Alemanha, na Suíça, na França, na Bélgica, na Polônia, em Portugal, no Japão, na Suécia, na Finlândia, na Argentina e no Brasil. O modelo inglês predomina na Grã-Bretanha, na Austrália, na Nova Zelândia e na República Tcheca. A mistura ou coexistência dos modelos francês e inglês existem principalmente nos Estados Unidos, no Canadá, na Holanda, na Itália e na China (CACHIONI, 2018, p. 58).

Diferente disso, o modelo chinês oferece uma diversidade de possibilidades educativas. A preocupação fundamental é com o desenvolvimento da cidadania, valorização da cultura e da harmonia corporal. Existem aproximadamente meio milhão de alunos idosos distribuídos nas várias Universidades da Terceira Idade.

Apesar das diferenças em termos de denominação, características socioeconômicas, recursos disponíveis e público alvo, essas instituições apresentam elementos comuns em seus discursos e propostas, que replicam as ideias de Pierre Vellas: preocupação com a qualidade de vida do idoso, promoção de saúde, participação e a autonomia, oferta de oportunidades educacionais e culturais que permitam desenvolvimento pessoal e coletivo, bem como inserção social dos idosos.

3.4.2 A Docência na Universidade da Terceira Idade

O envelhecimento do ser humano poder ser diferenciado, segundo Mascaro (1977), através de vários critérios, entre os quais: a idade cronológica, a biológica, a social e a psicológica. A idade cronológica tem por marco a idade da pessoa, que nem sempre condiz com a sua idade biológica; a idade biológica é determinada pela herança genética e pelo ambiente no qual a pessoa vive, diz respeito a mudanças fisiológicas, anatômicas, hormonais e bioquímicas do organismo; a idade social relaciona-se às leis, normas, crenças, estereótipos e eventos sociais que controlam, através do critério de idade, o desempenho dos idosos como sinalizador do que as pessoas, numa certa época histórica, num tipo de grupo social e cultural, devem ou não fazer; a idade psicológica que envolve mudanças de comportamento decorrentes das mutações e transformações biológicas da velhice, também influenciada pelas normas, demandas sociais e por componentes singulares da personalidade de cada indivíduo.

Foi necessário o aumento da longevidade saudável, ativa e produtiva para que houvesse mudança no foco da velhice doentia e derrotada que deveria recolher-se ao recesso do lar ou, então, dedicar-se ao lazer para ocupar seu tempo livre, para um novo foco na possibilidade de manutenção e ganhos em capacidades da pessoa

idosa. Isto porque era cada vez mais difícil negar a realidade perceptível de que o envelhecimento saudável e funcional se tornava uma experiência coletiva e usual.

Nesse cenário, gradualmente, os profissionais da Psicologia e da Educação passaram a considerar a continuidade do desenvolvimento intelectual e social nos anos da vida adulta e da velhice. Aos poucos, surgiram novos paradigmas científicos, que investiam na ideia de que o desenvolvimento é um processo contínuo, presidido por ganhos e perdas concorrentes, que ocorrem ao longo de toda a vida. Segundo esses novos paradigmas, em face das perdas normativas do envelhecimento, as pessoas podem beneficiar-se dos recursos educacionais, sociais, ergonômicos e arquitetônicos que a cultura lhes oferece, para otimizar suas capacidades mais desenvolvidas e preservadas, e para compensar o inevitável declínio de outras, mais dependentes da biologia. [...] embora seja real a tendência à perda lenta e gradual das funções cognitivas em decorrência do envelhecimento, uma parcela considerável da plasticidade intelectual se mantém nos anos iniciais e intermediários da velhice (NERI in CACHIONI, 2018, p.15).

Diante de problemas tão complexos, se fez necessário um olhar diferenciado para a educação do idoso. No entendimento de teóricos ela deve ser desenvolvida de forma multidisciplinar ou interdisciplinar, buscando vê-lo como um todo, “de modo que a atuação profissional no segmento de idosos seja baseada em um elo entre disciplinas díspares, mas com um objetivo em comum: atuar considerando a complexidade do envelhecimento e as múltiplas faces da velhice” (CACHIONI, 2018, p. 23).

O aumento do contingente de idosos nas populações fez nascer uma nova maneira de olhar para a velhice, vista agora como um momento da vida no qual se pode viver com prazer, satisfação, realização pessoal e de maneira produtiva. Decorrente dessa nova visão, passaram a ser buscadas novas posturas de atendimento e de oferta de serviços e de atividades ao idoso.

Os estudos, as pesquisas e as reflexões empreendidas a partir de então levaram a que, nos anos 70,

um grupo de reconhecidos acadêmicos, entre os quais, Paul B. Baltes, K. Warner Schaie, James Birren, Bernice Neugarten, Klaus Riegel e Matilda Riley, enuncie o envelhecimento como um processo que não implica, necessariamente, doenças e afastamento, e que a velhice, como fase de desenvolvimento humano, permite não só a ocorrência de perdas, mas também de ganhos. A educação é apontada como otimizadora das competências. Desenvolvimento e envelhecimento são reconhecidos como eventos correlatos (CACHIONI, 2018, p. 61).

A nova compreensão da aprendizagem e do desenvolvimento ao longo de toda a vida levou à mudança de paradigma sobre a velhice. Por conta disso, em 1972,

o relatório da UNESCO intitulado de “*Aprender a ser*”, lança as bases de uma Educação Permanente que coloca em questão os sistemas educativos tradicionais e a concepção de educação limitada no tempo, ou seja, por idade, fechada em um espaço escolar. Nele o ensino escolar é considerado não como um fim, mas um componente fundamental do ato educativo total, nas suas dimensões escolares e não escolares onde a educação é concebida como um contínuo existencial, cuja duração se confunda com a duração da própria vida.

O relatório também levou a que se percebesse que a oferta de educação não formal ou formal às pessoas mais velhas, pelas Universidades da Terceira Idade, não deveria ter por objetivos mantê-las ocupadas, satisfeitas e saudáveis, com menores custos pessoais e sociais, como se pensava à época da fundação das primeiras U3Is, mas como meio de acesso à informação sobre si mesmo, o mundo, a saúde e às novas tecnologias, assim como ao incentivo à participação social e estímulo à busca de conhecimentos.

Em 1993, o relatório da UNESCO sobre a educação para o século XXI, intitulado *Educação: um tesouro a descobrir*, volta a discutir, sob a liderança de Jacques Delors, a questão da educação sob a perspectiva da educação ao longo de toda a vida. Diz o relatório:

A educação ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas à medida que aumenta o papel que desempenha na dinâmica das sociedades modernas. Este fenômeno tem várias causas. A divisão tradicional da existência em períodos distintos — o tempo da infância e da juventude consagrado à educação escolar, o tempo da atividade profissional adulta, o tempo da aposentadoria — já não corresponde às realidades da vida contemporânea e, ainda menos, às exigências do futuro. Hoje em dia, ninguém pode pensar adquirir, na juventude, uma bagagem inicial de conhecimentos que lhe baste para toda a vida, porque a evolução rápida do mundo exige uma atualização contínua dos saberes, mesmo que a educação inicial dos jovens tender a prolongar-se. Além disso, a redução do período de atividade profissional, a diminuição do volume total de horas de trabalho remuneradas e o prolongamento da vida após a aposentadoria aumentam o tempo disponível para outras atividades (DELORS, 2012, p. 103).

3.4.3 A Pedagogia e a Educação do Idoso: algumas perspectivas

Nos séculos XVIII e XIX o olhar para a velhice estava voltado para a questão da saúde e da doença, o que levou a criação da geriatria como área da medicina destinada ao tratamento das doenças do envelhecimento. No início do século XX, as ciências humanas, sobretudo a psicologia e a educação, voltaram suas

preocupações para a psicologia infantil e a educação de jovens e adultos, o velho ainda não era objeto de estudo científico, a não ser pelas ciências médicas, em função de suas patologias. Apesar disso, em 1903, Elie Metchnikoff expressa e defende a ideia da criação da GERONTOLOGIA¹⁰, como ciência multidisciplinar e multiprofissional, tendo como objeto a descrição e explicação das mudanças típicas do processo de envelhecimento e de seus determinantes genético-biológicos, psicológicos e socioculturais. Todavia, foram as pesquisas neurocientíficas que fizeram surgir

o conceito da plasticidade cerebral, bem como a epigenética, evidenciando o continuum adaptabilidade do indivíduo em interação com seu meio, mostrando o que comanda o processo do envelhecimento é o cérebro, mas quem determina sua condição é a cultura. Desse ponto de vista, a Gerontologia se coloca também, na interdisciplinaridade das ciências da saúde física e mental, bem como nas ciências humanas e sociais (CARVALHO, 2020, p. 18).

A consciência de que o mundo inteiro está envelhecendo fez com que a II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, realizada em Madri em 2002 formulasse um Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento tendo em vista a integração entre envelhecimento e desenvolvimento, saúde e bem estar, e assegurar ambientes educativos voltados para a estimulação da autonomia funcional e cognitiva do idoso. Apesar de universal, em razão de fatores genéticos, fisiológicos, psicológicos, ambientais e culturais vivenciados pelos indivíduos, o processo do envelhecimento não é igual e nem acontece da mesma forma em todas as pessoas e em todas as sociedades. Por conta disso o tema envelhecimento, antes pertencente aos domínios da Geriatria, vem ganhando espaço em outras áreas do conhecimento objetivando a aquisição de saberes sobre o fenômeno do envelhecer e, principalmente, como envelhecer de forma saudável, autônoma e independente.

Como o viver é marcado por um processo de aprendizagens e reaprendizagens promovidas pela sociedade de forma complexa, contínua, individual e intransferível, na infância, na adolescência e na vida adulta, também o é na velhice. Por isso mesmo a necessidade de projetos pedagógicos especialmente destinados a idosos na condição de sujeitos da educação, que visem não somente facilitar o acesso a conhecimentos, mas, também, a aquisição de novas competências e habilidades a

¹⁰ Termo cunhado pelo russo Elie Metchnikoff, em 1903, a partir das expressões gero (velhice) e logia (estudo), propondo a criação de um campo de investigação dedicado ao estudo exclusivo do envelhecimento, da velhice e dos idosos.

fim de colocar o idoso como protagonista do seu próprio processo de envelhecimento porque, conforme vários estudiosos da questão, a capacidade de aprendizagem nem sempre é afetada pela idade, ao contrário, pode ser facilitada pela associação de experiências anteriores através do processo de assimilação. “Nenhuma necessidade é mais humana do que a de perceber o significado da própria experiência” (COSTA, 2001, p. 37).

Diante dessa compreensão se faz necessário a implementação de um novo processo educativo e de uma nova ação pedagógica para esse novo ator social, a pessoa idosa, onde a educação voltada para o envelhecimento ativo promova a compreensão de que a velhice é mais uma etapa de crescimento pessoal, cheia de experiências e interações que desenvolvem novos olhares sobre a vida, sobre si mesmo e sobre o outro. A disposição para adquirir novos conhecimentos, novos hábitos e realizar novas tarefas é elemento facilitador e fundamental para a aprendizagem de sua realidade que pode continuar sendo produtiva e feliz e lhe proporcionar qualidade de vida porque, aprender envolve incorporar eventos diferentes, em diferentes momentos das relações sociais e implica, acima de tudo, saber transformar em ações o que se aprendeu.

Visando estabelecer uma diferença entre a forma de desenvolver a educação da criança e do jovem (Pedagogia) e a da pessoa adulta e idosa, foi criado em meados do século XX, por Malcolm Knowles, o termo Andragogia (aner = pessoa adulta + ágein = guiar, conduzir), para significar a arte de orientar ou ensinar o adulto a aprender baseado na motivação e no autoconhecimento. A pequena repercussão do termo fez com que a palavra Pedagogia continuasse a ser utilizada para designar o modo de educar em qualquer idade.

Em 1970, conforme Cachioni (2018, p. 29), David Peterson utiliza, no contexto de um curso de doutorado em gerontologia, na Universidade de Michigan, o termo Gerontologia Educacional referindo-se à educação de idosos. Ainda na mesma década, 1976, o referido teórico define a Gerontologia Educacional como área de estudo e prática das tarefas de ensino a respeito de pessoas envelhecidas. Em 1980 o autor refaz sua definição para afirmar que a Gerontologia Educacional é a tentativa de aplicar o que se conhece sobre a educação e o envelhecimento visando a melhoria da vida dos idosos e, para uma melhor compreensão, elabora uma tríplice classificação do seu conteúdo:

1. Educação para os idosos são programas educacionais voltados a atender às necessidades da população idosa, considerando-se as características desse grupo etário.
2. Educação para a população em geral sobre a velhice e os idosos são programas educacionais que possibilitam à população mais jovem rever seus conceitos sobre a velhice e aos idosos rever o seu próprio processo de envelhecimento.
3. Formação de recursos humanos para o trabalho com os idosos: ocorre por meio da capacitação técnica de profissionais e da formação de pesquisadores (CACHIONI, 2020, p. 29).

Com adaptações locais, o modelo de Peterson foi desenvolvido nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Canadá voltados para dois focos: 1) centrado no levantamento das necessidades dos idosos e o estabelecimento de como a educação poderia participar da melhoria de suas vidas; 2) voltado para a atuação metodológica e os conteúdos destinados à formação de profissionais e voluntários para atuarem na educação de idosos.

Baseado em definições educacionais usadas na Inglaterra, Glendenning (1989) propôs, então, que as categorias da gerontologia educacional deveriam ser reagrupadas em duas. Uma seria a **gerontologia educacional**, que abrange os processos de aprendizagem dos adultos maduros e idosos. A outra seria a **educação gerontológica**, que focaliza a formação de recursos humanos em gerontologia (CACHIONI, 2018, p.30).

Nessa perspectiva, a Educação Gerontológica deve ocupar-se da formação especializada de profissionais para o cumprimento de papéis e tarefas específicas junto à clientela idosa, que cresce e ganha visibilidade social, sendo as Universidades Abertas da Terceira Idade os locais onde, preferencialmente, devem ser desenvolvidos programas educacionais dirigidos a essa faixa etária que envolva todas as etapas da vida e proporcione à pessoa envelhecida o aprendizado de novos conhecimentos que lhes possibilite autoconhecimento, empoderamento, emancipação, bem-estar físico e mental, assim como a redescoberta de novos sentidos para a vida e o protagonismo do seu próprio envelhecimento.

Na continuidade do processo de reflexão e construção do entendimento sobre a educação do e para o idoso, Glendenning e Battersby propõem, a partir da constatação de que a gerontologia educacional estava acentada em paradigmas tradicionais que, em vez de proporcionar autonomia e emancipação, levava mais à domesticação dos idosos, uma nova gerontologia educacional, denominada de *“gerogogia crítica”*. Por meio dessas reflexões, Lemieux irá propor a utilização do

termo *Gerontagogia*¹¹, como o mais adequado para designar uma ciência educacional interdisciplinar, cujo principal objeto de estudo é o processo de aprendizagem das pessoas idosas, preocupando-se principalmente com e os fatores relacionados ao envelhecimento, tendo por base a Gerontologia Educacional. A Geropedagogia traz como novidade a referência à natureza educacional da pessoa idosa.

Outros estudiosos da questão entendem que a educação do e para o idoso não deve ficar atrelada à Gerontologia, mas deve ter uma dimensão interdisciplinar envolvendo a antropologia, a filosofia, a psicologia, a sociologia, a história, a economia, entre outras, dependendo da local e da situação em que se encontrem os sujeitos que irão submeter-se a esse processo.

Para Garcia (1998), apesar de não se postular um superprofissional, é importante que o educador tenha condição de desempenhar com competência o trabalho com o idoso ou indivíduo pertencente a terceira idade. Por conta disso, um educador da terceira idade deve possuir, pelo menos, as seguintes características:

- Espírito vocacional e capacidade de integrar-se a qualquer modelo de velhice para organizá-la e introduzi-la na comunidade;
- Ser conhecedor do entorno para poder determinar a ação;
- Ter uma formação adequada em várias ciências que configuram o currículo do gerontólogo (por exemplo pedagogia, psicologia, medicina e sociologia) (CACHIONI, 2020, p. 31).

Conforme Cachioni, na Espanha, a formação de gerontólogos vem sendo realizada através de cursos superiores de “Animação Sociocultural”¹² visando a

promoção de atividades destinadas a ocupar criativamente, promover a interculturalidade, desbloquear a comunicação e facilitar as relações interpessoais, estimular as formas de educação permanente e criar condições para a expressão, iniciativa e criatividade individuais e de grupos. [...] não é somente um conjunto de práticas ou atividades, nem um método, um estilo ou técnicas, é um instrumento para atingir determinados fins, todos os elementos são importantes, enquanto se contextualizam num projeto global de intervenção (ANDER-EGG, 2000, p. 135).

Para o referido autor, a Animação Sociocultural tem uma intervenção educativa e política. Política na medida em que aspira a determinado modelo de sociedade e apresenta os meios para caminhar em direção à sua transformação

¹¹ Etimologicamente o termo vem do grego "geron" (maior idade) e "atrás" como verbo ou "agogia" como um substantivo (conduzir/dirigir) = "dirigindo um velho". É o critério de idade que diferencia a gerontagogia da pedagogia.

¹² Animação Sociocultural é, segundo a UNESCO, um conjunto de práticas sociais que têm como finalidade estimular a iniciativa, bem como a participação das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sócio-política em que estão integrados.

estrutural; educativa porque visa o aperfeiçoamento das pessoas e a mudança das suas mentalidades, valores e atitudes. É dessa perspectiva que a pedagogia apontada pelos pressupostos da animação sociocultural dirigida aos idosos deve ser ativa, participativa, organizada em torno das experiências pessoais, gratificante, construtiva e qualificadora. A formação fica entre a de educador e de agente social.

Nessa perspectiva, a UNESCO mantém um

um curso de formação de animadores socioculturais com os objetivos de: demonstrar que o adulto pode aprender em qualquer idade; demonstrar que todo espaço, não necessariamente a aula, é propício para que a aprendizagem ocorra; promover a atualização humanística, científica e tecnológica do adulto e recuperar a verdadeira imagem deste pela manifestação de seus interesses, experiências e valores (CACHIONI, 2018, p. 32/33).

Conforme Cachioni, na Universidad de la Coruña, na Espanha, no Curso de Especialização em Animação Sociocultural para a Terceira Idade, o profissional para atuar nessa área deve possuir os seguintes atributos:

Orientar-se na busca de um trabalho no âmbito gerontológicos; analisar as necessidades do coletivo de idosos; planejar programas em todas as áreas de atenção ao idoso e dinamizar grupos de idosos. Para tanto, o programa oferece uma grade curricular que abrange os seguintes módulos: a animação sociocultural e o perfil profissional; aspectos psicossociais do envelhecimento; habilidades para manejo de grupos, programas de animação socioculturais; planejamento e organização de programas, e recursos e orientação para o trabalho (Idem, p. 33).

O fato é que, independentemente do termo que se use, professor, educador, gerontólogo, animador sociocultural, etc., a formação especializada de profissionais para atuarem junto a terceira idade é cada vez mais exigida em qualquer lugar do mundo. A literatura internacional sobre as Universidades da Terceira Idade trata significativamente dos modelos, características dos programas e clientela, mas pouco se referem aos docentes envolvidos e suas experiências e formação gerontológicas.

No entendimento de Cachioni, o melhor panorama sobre esta questão foi traçado por Swindell e Thompson, em artigo publicado em 1995, escrito a partir da compilação de informações nas universidades da terceira idade em vários países do mundo. De acordo com tal compilação

Na Grã-Bretanha, Austrália e Estados Unidos, as atividades educacionais são geralmente conduzidas por professores voluntários e existe uma certa carência desses professores com formação superior. Na França, Bélgica, Suíça, Portugal e Holanda, o corpo docente é formado de educadores universitários remunerados e preocupados em manter um rigoroso padrão acadêmico de ensino. Na Alemanha, a preocupação central dos docentes é desenvolver programas e métodos de ensino especiais, adaptados às necessidades dos idosos. Na China, os programas são disputados por professores com alto nível de formação acadêmica. No Uruguai, parece haver grande preocupação em relação a formação de seus docentes e à metodologia por eles utilizadas nas atividades que são desenvolvidas (Idem, p. 33).

No Brasil, apesar do visível aumento na oferta de programas educacionais para pessoas dessa faixa etária, são raras as referências ao docente e não se tem, ainda, um conjunto de “práticas para a seleção, a formação e o acompanhamento do trabalho dos professores que atuam com esse público, nem se discutem sistematicamente os fundamentos e as práticas para ele” (Idem, p. 20). O país não tem uma área definida para a sua formação, quando existe está a cargo de poucos cursos de atualização oferecidos nas próprias universidades da terceira idade, dos núcleos de estudos gerontológicos na Universidade e dos cursos de Especialização em Gerontologia. Em sua pesquisa, Cachioni (Idem, p.34), identifica quatro programas que, em seus cursos, fazem alguma referência ao ensino para essa faixa etária. São eles:

1. Curso de Especialização em Gerontologia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que, dentre seus objetivos, destaca a necessidade de especializar professores para o magistério na área gerontológica e oferece a disciplina Educação Permanente;
2. Curso de especialização em Gerontologia da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, que oferece a disciplina Pedagogia para o Idoso;
3. Curso de Especialização em Gerontologia Social e
4. Curso de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que oferece a disciplina Ensino e Aprendizagem em Gerontologia.

Conforme pesquisas realizadas por alguns professores preocupados com a questão da educação do e para o idoso, a questão pedagógica é bastante preocupante. Inexiste uma pedagogia específica para o trabalho com o idoso e, com isso, dificuldades em lidar com as diferenças entre alunos e com as ferramentas teóricas. Os cursos são desenvolvidos através de puras transposições de métodos, técnicas e tecnologias de ensino utilizados nos cursos de graduação, pós-graduação ou do primeiro e segundo graus, inadequados para o ensino do adulto maduro e para a terceira idade; a maior parte dos professores faz parte do quadro de docentes da Universidade que abriga o curso; poucos tiveram algum tipo de formação em cursos

de gerontologia; a maioria adquiriu suas experiências de trabalho com pessoas idosas na própria UnATI.

3.4.3.1 A formação de professores para a educação do idoso (Educação gerontológica)

Sabendo-se que a educação é um processo vivido pelo indivíduo em contato não apenas com a escola, mas, também, com a família e as demais instituições sociais, durante toda a vida; sabendo-se também que a pedagogia utilizada nos cursos de graduação, pós-graduação ou do primeiro e segundo graus não é adequada para a terceira idade, parece correto pensar que as instituições que atuam junto a essa faixa etária desenvolvam cursos ou programas de formação profissional para que possam atuar de forma satisfatória no ensino e na administração.

Parece claro que a oportunização de educação ao idoso deve ser um empreendimento que deve situar a velhice em contexto educativo e pedagógico. Essa questão, conforme Cachioni (2018), foi tratada por Moody (1976), ao apresentar os principais paradigmas ou modelos de educação destinados à velhice. Em sua resenha destaca quatro modelos:

1º) o da rejeição – Educação do idoso é investimento desnecessário. Esse paradigma é fundamentado numa visão negativa da velhice que considera este grupo etário como improdutivo e dependente, o que leva à negligência, à marginalização;

2º) o de serviços sociais – Esse modelo une a educação à ideia de justiça social e vê os serviços educativos para os adultos maduros e idosos como um remédio. A velhice é vista como negativa, mas deve ser protegida pelo Estado com pensões, asilos, serviços e centros de atendimento. O idoso é um ser passivo, paciente, cliente. Não existe preocupação pedagógica, visto acreditar que eles não mais se desenvolvem;

3º - o de participação e atividade – Nega os modelos anteriores e coloca a educação como “meio de manutenção das habilidades e das experiências dos idosos para que possam intervir nos problemas da sociedade, por meio de programas educacionais organizados para eles e por eles” (CACHIONI, 2018, p. 49);

4º - o da autorização e de educação permanente – Reconhece os valores inerentes, direitos e oportunidades dos idosos. Nele a educação não visa divertir ou entreter o idoso, nem perpetuar ou reproduzir papéis desempenhados em outros

tempos da vida, mas de possibilitar que o indivíduo consiga manter seus níveis normais de funcionamento e desenvolvimento.

Conforme Cachioni (2018), como a organização de currículos e de metas educativas somente adquirem significados nos dois últimos modelos, quais seriam os objetivos e o perfil de um programa educacional desenvolvido numa universidade para essa clientela? No seu entendimento, como o que se deve buscar são programas educacionais que possibilitem aos idosos maior relação com outras gerações, capacidade de exigir seus direitos e autonomia de pensamento, como membros úteis da sociedade, é preciso levar em conta alguns pressupostos:

1. Os planos de educação e formação para adultos maduros e idosos constituem uma nova invenção social, política, econômica e cultural;
2. O conceito de educação permanente prevê que a educação e a aprendizagem são contínuas e acumulativas, e não um conjunto pontual de eventos institucionais;
3. A educação para idosos necessita de uma mudança da atitude social da própria clientela;
4. Deve possibilitar não só a divulgação do conhecimento, como também o desenvolvimento comunitário da sociedade, com a participação dos próprios idosos;
5. Deve realizar-se 'com', 'para' e 'pelos' idosos, potencializando sua participação;
6. Necessita da criação, desenvolvimento e institucionalização de uma metodologia adaptada às características da clientela, considerando-se os aspectos cognitivos, afetivos e ambientais;
7. A educação para adultos maduros e idosos deve pretender, no mínimo, incrementar os saberes e conhecimentos; incrementar os saberes práticos, o saber fazer, o aprender e seguir aprendendo e possibilitar o crescimento contínuo, as relações sociais e a participação social (CACHIONI, 2018, p. 50).

Nessa mesma perspectiva, ao tratar da função da universidade e do educador no trabalho direcionado aos idosos, Agostinho Both, em sua tese de doutorado (1998), afirma que: 1) o trabalho com os idosos deve ser constituído com eles e não para eles e não pode ser desenvolvido através de atividades mecânicas, de ações irrefletidas, mas por aquelas que deem respostas às suas necessidades biopsicossociais; 2) a educação universitária deve contribuir para que o idoso continue assumindo o sentido da geratividade; 3) a universidade deve proporcionar ao idoso o desenvolvimento de uma consciência da riqueza de sua vida pessoal e profissional e da importância da comunicação de sua experiência para outras gerações; a universidade deve possibilitar aos estudantes da terceira idade a oportunidade de se expressar, de aprender, de realizar suas aspirações educativas que foram impossíveis nas etapas anteriores de sua vida.

Desenvolvendo estudos e reflexões sobre essa questão, Norma Liliana Tamer, em artigo publicado em 1999, faz uma análise da capacidade de aprendizagem dos alunos do Programa Educativo de Adultos Mayores da Universidade Nacional de Santiago del Estero, na Argentina e afirma, ao fim, que as possibilidades de aprendizagem na velhice não dependem da idade, mas, sim, das condições em que esta se realiza. Nesse sentido apresenta alguns princípios básicos como referência para a organização de uma proposta educativa para “adulto maduro” e idosos. Segundo entende é necessário que a proposta:

- Tenha uma concepção realista da velhice. Entendê-la como parte do curso de vida com suas características específicas;
- Considere a educação na velhice como participativa e situacional. Os idosos são os verdadeiros sujeitos do próprio processo educativo, com sua experiência, podem ser atores da transformação de sua realidade histórico-social;
- Não se limite a um caráter de educação substitutiva ou complementar, entendê-la como um sistema com fundamentos, princípios e finalidades específicas;
- Promova no idoso, valores humanizantes, sem cair no assistencialismo e na tutela política (TAMER, 1999, p.126).

Em seus estudos sobre a Fundamentação didática dos Programas Universitários de Maiores, Manuel Velázquez Clavijo, conforme artigo publicado em 1999, afirma que em um Programa Universitário destinado aos idosos é fundamental que se leve em conta tanto o professor e o aluno, quanto o modelo didático e a concepção de aprendizagem que se defende. Por conta disso o tratamento didático que deve receber qualquer matéria de um curso destinado a idoso precisa levar em conta três aspectos: o humano; o paradigma no qual se fundamenta a didática; a concepção de aprendizagem.

1. Aspecto humano: o professor e o aluno – o modelo proposto, sustentado no enfoque da racionalidade prática, considera o professor como investigador e a aula como um lugar de encontro compartilhado onde as interações sociais são de fundamental importância para a aprendizagem; leva em conta não apenas o que ensinar, mas, também, o como, o quando e a avaliação, assim também quem ensina e quem aprende como protagonistas ativos do processo de ensino-aprendizagem. [...] é importante ter em conta que os idosos são alunos adultos e como tal aprendem de forma distinta das crianças, dos adolescentes e dos adultos. [...] a aprendizagem deve centrar-se no próprio educando, e na medida do possível, conduzido por ele como protagonista de sua própria formação;
2. Paradigma didático – O modelo proposto está assentado no paradigma ecológico, numa perspectiva integradora, real e profunda. Não se detém em superficialidades, nem se contenta com a identificação de relações entre comportamento observável do professor e rendimento acadêmico, senão que se adentra na análise psicossocial da rede de intercâmbios, ações e reações

que constituem a vida complexa da sala de aula. Por outro lado, põe de manifesto não só a complexidade psicossocial da aula e os determinantes que na realidade afetam as tarefas acadêmicas e o comportamento do aluno, senão também a distorção educativa que na prática sofrem os conteúdos e experiências de aprendizagem quando, vazios de significação para o aluno, se convertem em simples mercadorias ou valores de troca na transação de aquisições de certificados. [...] Este modelo não entende a aula exclusivamente como o lugar onde se transmite conhecimentos, senão como um cenário complexo onde ocorrem muitas coisas. A investigação destes fatores é um labor diário, difícil, que exige tempo e esforço, porém possibilita um conhecimento particularizado da situação que favorece a transmissão de conhecimentos. A sala de aula é concebida como o lugar de encontro, de interação social e de intercâmbio de conhecimentos, donde partindo de ideias prévias se chega a construir um novo conhecimento socialmente compartilhado.

3. Conceituação de aprendizagem – a concepção de aprendizagem que defendemos é a de aprendizagem significativa que deve ocorrer tendo por base três condições:

1ª – os novos materiais que vão ser aprendidos devem ser potencialmente significativos e não arbitrários, para poder ser relacionados com as ideias do aluno/a.

2ª – A estrutura cognoscitiva prévia do alunado deve possuir as necessárias ideias relevantes para que possam ser relacionadas com os novos conhecimentos.

3ª – O aluno/a deve manifestar uma disposição significativa para o aprendizado, o que postula a exigência de um comportamento ativo e a importância dos fatores de atenção e motivação (GRAVIJO, 1999, p. 145/145).

Nessa perspectiva a função do professor é, em primeiro lugar, garantir no aluno os esquemas mentais necessários para a adequada compreensão dos conteúdos do curso e afastar o abismo entre o que o aluno já sabe e o que necessita saber.

Através da obra *Geropedagogia: educar para envelhecer*, Teresinha Augusta Pereira de Carvalho, apresenta uma proposta pedagógica para a educação do idoso que, segundo afirma, poderia ser incorporada em um curso de Gerontologia Educacional. Como proposta educativa programática, como ela mesma define, a Pedagogia do Envelhecimento delineada por Carvalho coloca “o sujeito da educação na perspectiva de aprender a envelhecer e que, para isso, precisa adquirir novas habilidades (emocionais, cognitivas e sociais) de sustentabilidade à longevidade” (CARVALHO, 2020, p. 38).

Tem como pressupostos básicos o entendimento de que não é preciso esperar alcançar 60 anos para nos prepararmos para a velhice, assim como a compreensão de que o envelhecimento precisa ser vivido como processo natural que postula uma nova forma de ensinar emancipatória que possibilite incorporar ao paradigma do cuidado o do empoderamento, levando a pessoa idosa a desenvolver

novas habilidades e competências que as possibilite enfrentar a solidão, a discriminação, a vida improdutiva, a aposentadoria, as doenças, ou seja, a “vir a ser” a protagonista do próprio envelhecimento. Também possa orientar as demais gerações para uma melhor compreensão desse estágio da vida.

[...] não trata de ensinar aos idosos o caminho para rejuvenescer, tampouco para competir ou para empreender, mas levá-lo a compreender que a velhice pode ser uma etapa da vida para ser vivida positivamente e, encarar o envelhecimento como uma etapa de desenvolvimento para crescimento pessoal, um crescimento que pode e deve estar acompanhado de novas experiências, interação e integração ao meio onde a pessoa se encontra (CARVALHO, 2020, p. 38).

Construir uma forma de ensinar que retire da sociedade e da cultura os estereótipos associados ao envelhecimento levando a que as experiências vividas e os saberes acumulados passem a ser vistos como ganhos, do mesmo modo que as articulações entre educação e saúde não sejam mais vistas como educação sanitária. Contudo, para que a educação caminhe bem pela estrada do envelhecimento é preciso que se empreenda, segundo Carvalho (2020, p.40):

- a) ação geroeducativa do bem-estar do idoso com aquisição de competências e novas habilidades para aprender a envelhecer;
- b) Formação social do indivíduo para envelhecer;
- c) Programa pedagógico para a educação (formal ou informal) dos idosos, que se concretizará na dinâmica exigida por um programa da Gerontologia Educacional, em espaços formais ou informais. Isto porque, segundo entende, durante muito tempo, os campos da Gerontologia e da Educação tiveram pouca conexão.

Conforme entende Carvalho, embora a educação do idoso ainda se seja um campo emergente, ele se apresenta como um dos mais importantes instrumentos para a: manutenção das suas competências mental e social; condição para a construção da sua autonomia; valorização e desmitificação de preconceitos, tanto do idoso acerca de si mesmo quanto dos outros a seu respeito. É sustentada nesses princípios, nesses valores, nessa perspectiva e, colocando a Educação em Saúde como eixo que Carvalho (2020, p. 48) elabora, sustentada em seis pilares, a sua “Geropedagogia” ou Pedagogia do Envelhecimento, situando-a entre a Gerontologia e a Educação. Vejamos:

I Pilar - Educação Nutricional: alimentação saudável (aquisição e manutenção de hábitos alimentares) [...]

II Pilar - Educação Física: fornecerá os benefícios de um comportamento ativo no idoso que podem ser classificados nas esferas biológica, psicológica e social, destacando [...]

III Pilar - educação emocional e a saúde mental [...]

IV Pilar - Educação Cognitiva e o Desenvolvimento Cognitivo no Envelhecimento [...]

V Pilar - Educação Ecológica e o Desenvolvimento Humano no Envelhecimento [...]

VI Pilar - Educação Tecnológica/Digital [...].

De acordo com Cachioni, entre as Universidades da Terceira Idade que investigou no Brasil, duas apresentam preocupações claras com referenciais teóricos pedagógicos e metodológicos na construção de seus programas. São elas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC/Campinas e a Universidade de Passo Fundo – UPF. Com base em René Maheu (1973) e Martins de Sá (1997), explicita que a PUC-Campinas fundamenta seu

projeto no conceito de educação permanente, vista como processo contínuo e sem data certa para acontecer na vida das pessoas, que deve percorrer todo o seu ciclo vital e que deve ser uma dimensão da vida ou uma atitude diante da vida [...] o curso cumpre o papel sociopolítico da instituição universitária da educação popular. Dessa perspectiva, existe troca autêntica de saberes entre professor e aluno, num processo de transmissão e assimilação ativas. O professor tem o papel de auxiliar ou facilitar o acesso do aluno aos conteúdos, ligando-os com a sua experiência cotidiana, bem como o de proporcionar elementos de análise crítica, que permitam a ultrapassagem do 'eu expressivo' para o 'eu genérico ou social' (CACHIONI, 2018, p. 41).

A proposta pedagógica de programas para idosos na Universidade de Passo Fundo também está embasada, conforme a autora, na educação permanente. Sustentada no estudo de Palma (2000) nos diz que a proposta

adota a metodologia participativa problematizadora sugerida por Bordenave (1983), como referencial para a prática docente. [...] numa proposta pedagógica de educação permanente direcionada a adultos maduros e idosos, mas que pode abranger todas as idades, os envolvidos são o investigador-educador e o educando-ator, coparticipantes no processo de indagar e refletir acerca de sua própria realidade para descrevê-la e explicá-la, gerar conhecimento e atuar sobre ela. Isso ocorre porque, à medida que o homem reflete sobre o seu contexto e responde aos seus desafios, ele se compromete, cria cultura, constrói a si mesmo e torna-se sujeito (Ibidem).

Uma metodologia participativa e problematizadora exige que, conforme posto, o processo ensino-aprendizagem seja desenvolvido em cinco fases:

- 1) observação da realidade: seleção de um aspecto da realidade física ou social para observação e posterior manifestação;
- 2) identificação dos pontos-chave: separação no que foi observado, o que pode ser considerado relevante ou superficial;
- 3) Teorização: a busca de explicações teóricas sobre o problema, utilizando-se de leituras, pesquisas e dos saberes trazidos pelos participantes. O papel do educador-investigador é extremamente importante, principalmente para as pessoas idosas que não possuem o hábito de teorizar;
- 4) Proposição de hipóteses de solução: cultivo da originalidade e criatividade dos alunos. Levá-los, por meio da imaginação, pensarem de modo diferente;
- 5) Aplicação à realidade: é a fase da síntese, da proposição de solução viável para o problema.

Entende a autora que a utilização da metodologia participativa e problematizadora pelos programas das Universidades Abertas da Terceira Idade permite ao docente uma reflexão mais crítica sobre o seu fazer pedagógico, favorece mudanças em suas ações e amplia suas possibilidades de intervenção consciente no ensino nessa área. Sabe-se que são enormes os desafios a serem enfrentados na educação de idosos e na formação de professores para esse campo e essa faixa etária, mas alguns pressupostos já estão colocados e já existe consenso entre estudiosos e teóricos que as experiências e os conhecimentos acumulados mostram claramente que nesse processo de aprendizagem o aluno adulto maduro ou idoso deve ser o protagonista, enquanto o professor assume o papel de mediador. Como diz Simone de Beauvoir (2018, p. 503), “a maior sorte do velho, mas do que gozar de uma boa saúde, é sentir que, para ele, o mundo está ainda povoado de fins, a ausência de projetos mata o desejo de conhecer”.

3.5 UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE NO BRASIL

Enquanto U3Is conquistavam importantes espaços em várias universidades do mundo, alguns acontecimentos importantes aconteciam no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, entre eles as transformações na Previdência Social e

nas políticas de aposentadoria, com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social. Foi nessa época que surgiram os primeiros programas de cunho educativo para as pessoas envelhecidas.

Como já foi dito, o SESC foi o pioneiro nesse trabalho que, posteriormente encontrou solo fértil nas universidades. Nesse mesmo período foi incorporado o termo “terceira idade” em substituição a expressão “pessoas idosas”. Conforme Cachioni (2018), foi a Universidade Federal de Santa Catarina quem, em 1982, criou o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), ou seja, o primeiro programa brasileiro com características de Universidade da Terceira Idade. Mas fora a Pontifícia Universidade Católica de Campinas quem, em 1990, replicou o modelo francês.

Até 2017, no Brasil, éramos mais de duzentos programas para idosos funcionando junto às instituições de ensino superior, em sua maioria desenvolvidos como projetos de extensão universitária, com características de uma educação permanente de natureza não formal.

Apesar das diferenças em termos de denominação, características socioeconômicas, recursos disponíveis e público-alvo, essas instituições apresentam elementos comuns em seus discursos e propostas: preocupação com a qualidade de vida do idoso, promoção de saúde, participação e autonomia, oferta de oportunidades educacionais e culturais que permita desenvolvimento pessoal e coletivo, bem como inserção social dos idosos (Idem, p. 59).

Pesquisa realizada por Cachioni, em 2017, localizou 202 programas inseridos em universidade, faculdades, centros educacionais voltados para a terceira idade. Ao olhar para a origem e a estrutura dos programas, identificou seis modalidades de Universidades da Terceira Idade no Brasil. Segunda afirma:

os programas nasceram todos de maneira relativamente intuitiva, semelhante ao programa pioneiro de Toulouse, no sentido de que, em sua maioria, os coordenadores não eram especialistas em gerontologia ou em gerontologia educacional, mas sentiam um apelo pessoal proveniente do que identificavam como as necessidades dos idosos em suas cidades (Idem, p. 63).

Em sua pesquisa cujo objetivo fundamental era identificar quem “educa os idosos”, ou seja, quem são os docentes que atuam nas Universidades da Terceira Idade no Brasil, Cachioni nos apresenta um retrato bastante significativo da situação

da docência voltada para a educação de idosos nos programas voltados para este público. Segundo demonstra:

O grupo de 40 a 59 anos é o mais numeroso. Predominam professores nessa faixa de idade em cinco instituições estudadas: CREATI UNI3/UPF; NETI/UFSC; UnATI/USP-ESALQ; U3I/PUC-Campinas e U3I/UNIMEP. Essa ocorrência é provavelmente devida à própria novidade das universidades da terceira idade em solo nacional. Na impossibilidade de recorrer a professores formados nas especialidades conhecidas, tais como ensino pré-escolar, fundamental ou de segundo grau, em que já existe sólida tradição, as instituições recorrem a pessoas com maior experiência de vida (Idem, p.101).

Verificou, ainda, que a área de ciências humanas e sociais apresenta a maior concentração de docentes, sendo a área de ciências biológicas e saúde, a segunda nessa atuação.

Conforme é possível verificar, no Brasil, como em vários países do mundo, as universidades têm procurado desempenhar essa função através de programas voltados para a educação permanente de adultos e idosos tendo por pressuposto a noção de que a educação promove a saúde, o bem-estar psicológico e social e a cidadania dessa faixa etária, genericamente denominada de “terceira idade”. Esses programas devem oferecer oportunidades de desenvolvimento intelectual, físico e social. Daí a urgente necessidade de formação profissional para educar os idosos tendo por suporte, especialmente, os conhecimentos da gerontologia construídos nos mais de 30 anos, da Psicologia Cognitiva, da Gerontopedagogia ou Gerontologia Educacional e das Ciências da Informação. Isto porque,

em nosso país, a despeito do sensível aumento na oferta de programas educacionais para pessoas dessa faixa etária verificado nos últimos mais de 35 anos, ainda não há um ponto de vista nem um conjunto de práticas instituídas para a seleção, a formação e o acompanhamento do trabalho dos professores que lidam com esse público, nem se discutem sistematicamente os fundamentos e as práticas mais apropriadas para ele. Pensamos que as instituições que abrigam programas dessa natureza poderiam criar oportunidades para a especialização dos profissionais envolvidos no ensino e na administração de programas destinados a pessoa mais velhas (Idem, p. 19/20).

3.6 UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE NO AMAZONAS

O Amazonas possui uma área territorial de 1.559.167,878 Km², uma população estimada em 4.207.714 pessoas (2020) e uma densidade demográfica de 2,23 habitantes por km² (2010). Sua população, segundo o IBGE, é constituída por

maioria masculina, somando 50,5% da população do estado em 2015, enquanto as mulheres representam 49,5% dos residentes. Essa porcentagem indica uma diminuição de 0,2% da população feminina desde 2005. A população adulta, 18 e 59 anos, cresceu 2% em dez anos e representa 56,4% dos seus moradores. Tinha em 2018, conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, 390 mil pessoas com 60 anos ou mais, representando 10% da população do Estado. Somente no município de Manaus havia 237 mil pessoas idosas, ou seja, 11,1% da população da capital. Dos 390 mil idosos do Estado, 189 mil eram homens e 202 mil eram mulheres. Dos 237 mil de Manaus, 105 mil eram homens e 133 mil eram mulheres. Em 10 anos, ainda segundo o IBGE, enquanto a população acima de 60 anos cresceu 3,5%, a de crianças e adolescentes diminuiu proporcionalmente.

O envelhecimento e a longevidade, como é sabido, são fenômenos vinculados ao tempo de vida, que ocorrem como parte do desenvolvimento humano e fazem parte da realidade da maioria das sociedades. Como em outras partes do Brasil e do Mundo, no Amazonas e em Manaus o processo de envelhecimento populacional, fenômeno sócio demográfico caracterizado pelo crescimento proporcional de pessoas com idade avançada, impulsionou estudos e pesquisas multidisciplinares sobre o envelhecimento, assim como a organização de movimentos e instituições que procuram proporcionar aos idosos um envelhecimento mais sociável e sadio.

Essa preocupação com as condições de vida das pessoas idosas em Manaus, levou a professora Rita Puga, em 1987/1988, a coordenar uma pesquisa junto às instituições que desenvolviam programas sociais em Manaus: Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SEMAC); Legião Brasileira de Assistência (LBA); Asilo Dr. Thomas, hoje Fundação Dr. Thomas; Instituto de Previdência e Assistência Social do Amazonas (IPASEA), não mais existe; Centro Social Urbano (C.S.U.) e Academias. O resultado da pesquisa mostrou que o idoso morador da cidade de Manaus era um indivíduo sedentário e que

as mulheres se mostram mais ativas enquanto os homens mais preconceituosos no sentido de ser do sexo forte e não valorizarem várias atividades ocupacionais [...] o homem manauara em quase sua totalidade parece chegar a terceira idade parado no tempo, e se entregando a própria sorte da rotina diária (282/233).

Identificou, ainda, a necessidade de discussão em torno dos programas sociais desenvolvidos pelas instituições; a falta de preparação técnico-científica para

o entendimento da população de faixa etária superior a 50 anos; a não existência de preparação para o envelhecimento, o que muitas vezes precipita a precoce aceleração deste; a necessidade de criação de programas que estimulem a participação dos idosos em atividades físicas, sociais e culturais.

3.6.1 UFAM e Universidade Aberta da Terceira Idade

A centenária Universidade Federal do Amazonas – UFAM, conforme (BRITO, 2011), nasceu da transformação da Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, criada em 16 de novembro de 1908, em Escola Universitária Livre de Manaus, em 17 de janeiro de 1909, tendo à frente um grupo de idealistas capitaneado pelo visionário Tenente-Coronel Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves. “O dia 17 de janeiro de 1909 representa para o ensino superior do país, e para o Estado do Amazonas, um marco histórico memorável. Nasce neste dia, na cidade de Manaus, a primeira universidade brasileira!”.

Seguindo o caminho do pioneirismo, a Universidade Federal do Amazonas, por meio do PIFPS-U3IA-FEFF-UFAM, iniciou em 1993, portanto, há mais de 27 anos, “um trabalho sintonizado com a necessidade atual e futura de educação para o envelhecimento. A atuação do Programa ajuda a construir novas mentalidades sobre o envelhecimento e a transformá-lo em época da vida na qual é possível aprendizado, superação de limites, saúde, alegria e respeito ao próprio corpo” (PUGA, 2018), sendo de suma importância que a Universidade permaneça fazendo essa formação, uma vez que é detentora de uma vasta experiência.

Nos anos de 1987/1988, um grupo coordenado pela professora Dr^a. Rita Puga realizou uma pesquisa intitulada: *Imagens: Clínica, Psicomotora – Amostra da população de Manaus na faixa etária superior a 50 anos* com o objetivo de identificar e conhecer os trabalhos existentes, voltados para os idosos, e também compreender a questão do envelhecimento “no geral e com atividade física” em Manaus, na referida faixa etária e, com isso adquirir subsídios para o desenvolvimento de uma educação voltada para o envelhecimento e a construção de novas mentalidades sobre a velhice. Como resultado da pesquisa surge o Projeto “Idoso Feliz Participa Sempre”.

No período de 1989 a 1992, a professora e pesquisadora Rita Puga, procurou implementá-lo junto à SEDUC, à Prefeitura de Manaus e, mesmo na UFAM, sem conseguir êxito em sua empreitada. Mas, como não desistiu da busca, o Projeto

se tornou uma realidade em 1993, quando teve a sua implantação como Projeto de Extensão (PROEXT) e Assuntos Comunitários (PROCOMUN), para ser desenvolvido na Faculdade de Educação Física da Universidade do Amazonas. Conforme Puga (2018), tanto na pesquisa, quanto na implantação do Programa, foi fundamental o apoio e a participação do Dr. Aristóteles Alencar, renomado médico cardiologista e professor da UFAM.

Falando do nascimento do Programa, nos seus 25 anos, diz a Prof^a. Dr^a. Maria Luiz Bessa Rebelo:

Vi este projeto nascer! Como? O ano era 1988 e eu era Diretora de Pesquisa/PROPESP e, nessa função, atendi a jovem professora Rita Puga que vinha apresentar seus projetos de pesquisa e solicitar apoio aos mesmos. Chamava atenção a sua linha de pesquisa: idosos na cidade de Manaus! Esse tema não figurava entre as preocupações das políticas públicas nessa época e, muito menos era objeto de investigação de jovens pesquisadores. As pesquisas iniciais buscaram investigar as “Imagens clínica, psicomotora - amostra da população de Manaus de maiores de 50 anos” e, a pesquisa “Idoso Feliz Participa Sempre”. Os resultados do mapeamento da população acima de 50 anos em Manaus e as evidências de que o idoso integrado e participante é mais feliz e produtivo, encaminharam para a consolidação do projeto para o campo das atividades permanentes de Extensão da UFAM, desde 1993 (PUGA, 2018, p. 13).

Voltado para a capacitação e formação era necessário dispor de espaços para o seu desenvolvimento. Estes foram disponibilizados pela Faculdade de Educação Física da Universidade do Amazonas.

Começamos contando com as instalações da FEF (salas de aula, quadra coberta, piscinas, área verde) e sala dos professores, mas à medida que crescíamos em quantidade e propostas foi necessário novas iniciativas, relativas à estrutura física, ter instalações próprias e assim foram 2 anos para a conquista do prédio ou bloco Idoso Feliz Participa Sempre, no dia 22 de junho de 1996, na administração Eduardo Braga; a quadra Idoso Feliz Participa Sempre, em 2000, na administração Alfredo Nascimento; a ciclovia através de verbas do gabinete do deputado federal Humberto Michiles em 2006, a piscina, em 2007, com verbas do gabinete do senador Gilberto Mestrinho. O bloco, a quadra, a ciclovia e a piscina são legados de homens públicos, de movimentos sociais, de acadêmicos 3IA e da coordenação. Foram saltos significativos para melhoria das propostas para acadêmicos do PIFPS-U3IA-FEFF-UFAM (PUGA, 2018, p.13).

Quanto à questão pedagógica, tendo por base que os docentes podiam disponibilizar três (03) horas para a atividade de extensão, foram empreendidas ações no sentido de organizar o Programa com professores fixos e, também, com bolsistas.

As primeiras experiências do processo educativo de idosos ocorrido em 1993, contou com as seguintes disciplinas de extensão universitária:

Quadro 1 – Disciplinas de extensão universitária

1993/1		1993/ 2	
DISCIPLINA	C. Horária	Disciplina	C. Horária
Desenvolvimento Adulto	15 horas	Desenvolvimento Adulto	30 horas
Ginástica Gerontológica	15 horas	Elementos de Natação NI e NII	30 horas
Elementos de Natação	30 horas	Dança e Expressão	30 horas
		Recreação Gerontológica	30 horas

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

Posteriormente, em função das características dos alunos, foi necessário fazer modificações no programa e nas disciplinas. Por exemplo, a disciplina Desenvolvimento Adulto, transformou-se em Profilaxia do Envelhecimento e Questões sociais do Envelhecimento. Em decorrência da dificuldade dos idosos em manter o interesse e participação fora necessário, também, mudar a forma pedagógica de atuação dos professores. Em vez de disciplinas puramente teóricas, passou-se a desenvolvê-las como disciplinas transversais no interior de todas as disciplinas práticas.

Levando em consideração a importância da formação de pessoal para atuar junto aos idosos, foram realizados estágios e cursos em diversos níveis a fim de que pudessem adquirir uma fundamentação teoria básica que os levasse a refletir e adquirir sensibilidade para a questão da pessoa idosa. Com o estabelecimento de um calendário ficou mais fácil organizar e cumprir com eficiência as programações, expressas, em sua maioria, na categoria de projetos. Pois, há muito “existe, uma participação maciça do Centro Acadêmico da 3ª. Idade adulta (CATIA) nos vários projetos. O que é altamente relevante para o slogan idoso feliz participa sempre” (PUGA, 2008, p. 12).

Foi preciso definir calendários anuais, alterar disciplinas, desativar projetos que não deram certo, tais como alfabetização, línguas estrangeiras.....

Chegou a administrar o programa em 3 municípios: Itacoatiara, Manaus e Maués e auxiliar tecnicamente 5 co-irmãos, com o envio de bolsistas e depois com cinesociogerontólogas, entre 2000 a 2004. Esteve em eventos internacionais. Tudo

isso com a participação de pessoas comprometidas com o Projeto, dos mais diversos níveis acadêmicos de: Educação Física, Medicina, Enfermagem, Psicologia, Filosofia, Educação e Matemática; acadêmicos da 3.^a Idade Adulta voluntários no Centro Acadêmico, na Associação de Motricidade e Estudos Gerontológicos do Amazonas (AMEGAM).

Em 2018, o calendário e as disciplinas de extensão universitária, disponíveis para que os alunos da terceira idade montassem seus horários, era o seguinte:

Matrículas da **Universidade na 3.^a Idade Adulta** da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia UFAM
Completando 25 anos de sucesso: 1993-2018

Slogan: **3º milênio Educação é a saída**

Datas: 22 a 25 de janeiro de 2018

Local – Bloco Idoso Feliz - Faculdade de Educação Física e Fisioterapia UFAM

Horário – 8 às 12 e 13 às 17h

Faixa etária a partir de 30 anos, não perca esta chance, agora são 30 anos de investimento de preparação para autonomia na fase idoso, faça sua auto poupança em qualidade de vida e vitalidade

Disciplinas de extensão universitária: **Musculação Gerontológica, Caminhada, Gerontovoleibol, Natação, Dança Gerontológica, Ginastica Gerontológica, Educação Física gerontológica, Inclusão Digital.**

Monte seu horário de 2.^a e 4.^a; ou 3.^a e 5.^a, de 14 às 15; e 15 às 16 horas.

2. ^a e 4. ^a	Gerontovoleibol (14 às 15 feminino e 15 as 16h masculino) Caminhada Ecológica (T114 às 15h e T2 15 as 16) Musculação Gerontológica (14 as 15 e 15 às 16h - 2 turmas) Ginastica Gerontológica (14 as 15 e 15 às 16h - 2 turmas)
3. ^a e 5. ^a	Natação (15 as 16h) Hidromotricidade gerontológica (15 às 16h turma mista) Musculação Gerontológica (14 às 15h e 15 às 16 - 2 turmas) Ed. Física Gerontológica (14 as 15 e 15 às 16h – 2 turmas) Dança Gerontológica (14 as 15 e 15 às 16h - 2 turmas)

Requisitos: xerox da carteira de identidade e do comprovante de residência, uma foto 3x4, taxa 30 reais

Início 19 de fevereiro aula inaugural, 14 horas no auditório da Faculdade de Educação Física

E faça seu exame médico para comprovar que está apto (a) para o esforço físico entregando logo no mês inicial de aulas

No início da Caminhada, entre 1993 e 1995, o programa recebeu significativo apoio da PROCOMUM e da PROEXTI. Esta permanece apoiando até o momento.

3.6.2 UEA e Universidade Aberta da Terceira Idade - UnATI

A Universidade do Estado do Amazonas – UEA, regulamentada pela Lei nº 2.637, de 12 de janeiro de 2001, com a natureza jurídica de fundação pública, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 04.280.196/0001-76, foi instituída através do decreto nº 21.666, de 1º de fevereiro de 2001, com a finalidade de, conforme Art. 4º:

- I – Promover a educação, desenvolvendo o conhecimento científico, particularmente sobre a Amazônia, brasileira e continental, conjuntamente com os valores éticos capazes de integrar o homem à sociedade e de aprimorar a qualidade dos recursos humanos existentes na região;
 - II – Ministrar cursos de grau superior com ações especiais que objetivem a expansão do ensino e da cultura em todo o território do Estado;
 - III – realizar pesquisas e estimular atividades criadoras, valorizando o indivíduo no processo evolutivo, incentivando o conhecimento científico relacionado ao homem e ao meio ambiente amazônico;
- [...]

As investigações realizadas em 1999, através de um Projeto de pesquisa sobre indicadores gerontológicos no município de Itacoatiara e de Manaus foram preponderantes na construção dos alicerces e na posterior implantação e consolidação da Universidade Aberta da Terceira Idade na Universidade do Estado do Amazonas (UnATI/UEA), instituída em novembro de 2007, através da Resolução nº. 20/2007, do Conselho Universitário (CONSUNIV), como núcleo de ensino, pesquisa, extensão e assistência sobre questões relativas ao envelhecimento humano, ligado ao Gabinete da Reitoria da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), para atuar em parceria na Escola Superior de Ciências da Saúde – ESA.

Fora estruturada a partir dos princípios do Estatuto do Idoso, expressos no Capítulo V, Artigos 20 a 25, que trata da educação, cultura, esporte e lazer, assim como das orientações da Portaria nº 2.528/GM, que dispõe sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, cujo objetivo principal é recuperar, manter e promover a autonomia e independência do idoso, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Euler Ribeiro, seu idealizador e Reitor

Sua criação veio ao encontro das preocupações com a formação de recursos humanos; fomento a pesquisas especializadas no campo da ciência do envelhecimento, identidade e especificidade da variável étnica; na extensão e no atendimento às políticas públicas essenciais, com o compromisso de formação de massa crítica no conhecimento de Gerontologia para estabelecer junto as Unidades de Saúde e Educação, especialistas para o

atendimento específico para aqueles que tiveram o privilégio do envelhecimento (Entrevista realizada em).

Desde o início de suas atividades, 17 de novembro de 2007, a UnATI trabalha em constante parceria com: a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade de Brasília (UnB), a Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC), a Universidade de Leon (Espanha), a Universidade do Porto (Portugal), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e, mais recentemente, da Universidade de São Paulo (USP), por meio do seu Polo de Telemedicina.

Em 2011, com a alteração da Lei Delegada nº 114, de 18 de maio de 2007, pelo Decreto Lei nº 3.595 que dispôs sobre a estrutura da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a UnATI adquiriu status de órgão suplementar junto ao Gabinete da Reitoria.

**PODER LEGISLATIVO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO AMAZONAS
LEI Nº 3595 de 11/04/2011**

ALTERA, na forma que especifica, a Lei Delegada nº 114, de 18 de maio de 2007, que “DISPÕE sobre a Universidade do Estado do Amazonas - UEA, definindo sua estrutura organizacional, fixando o seu quadro de cargos comissionados e estabelecendo outras providências.

Art. 1.º - Os artigos 5.º, incisos II a IV, 6.º, incisos IV a VIII, 10, § 2.º, 11, caput, da Lei Delegada n.º 114, de 18 de maio de 2007, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 5º.....

[...]

III - ÓRGÃOS SUPLEMENTARES:

- a) Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;
- b) Universidade Aberta da Terceira Idade - UNATI;

[...]

4 FUnATI/AM - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE

A Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade foi criada pelo então governador do Estado do Amazonas, Amazonino Armando Mendes, através da Lei nº 4.625, de 13 de julho de 2018. Conforme texto da Lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a instituir, sob a forma de Fundação e respeitada a legislação aplicável, a Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade - FUnATI, com a finalidade institucional de promover o ensino, a pesquisa e a extensão, com função político-social de **formar**

profissionais cidadãos para atuarem e promoverem mudanças na sociedade, visando ao processo de envelhecimento com qualidade.

Art. 2.º - A Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade - FUnATI, entidade de direito público, integrante da Administração Indireta do Poder Executivo, vinculada diretamente ao Gabinete do Governador, terá prazo de duração indeterminado, sede e foro na cidade de Manaus, jurisdição em todo o território do Amazonas, e será organizada por Estatuto aprovado por ato do Governador, atendidos os seguintes pressupostos:

I - autonomia de gestão, administrativa, financeira, patrimonial, pedagógica e disciplinar, incluídas as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II - administração superior compreendendo o Conselho Universitário e a Reitoria e Vice-Reitoria.

[...]

O seu Estatuto aprovado através do Decreto nº 39.522, de 13 de setembro de 2018, assim dispõe:

Art. 1.º - A FUNDACAO UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE — FUNATI, cuja criação foi autorizada pela Lei n.º 4.625, de 13 de julho de 2018, é fundação estadual, integrante da Administração Indireta do Poder Executivo, vinculada diretamente ao Gabinete do Governador, dotada de personalidade jurídica de direito público e autonomia de gestão, administrativa, financeira, patrimonial, pedagógica e disciplinar, incluídas as atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência.

Art. 2.º - A FUNDACAO UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE - FUNATI, com prazo de duração indeterminado, sede e foro na cidade de Manaus e jurisdição em todo o território do Amazonas, tem a finalidade institucional de promover o ensino, a pesquisa e a extensão, com função político-social de formar profissionais cidadãos para atuarem e promoverem mudanças na sociedade, visando o processo de envelhecimento com qualidade, bem como a oferta de cursos de graduação e pós-graduação.

Tratando das finalidades, estabelece:

Art. 4.º - Para a consecução de suas finalidades compete a FUnATI:

I - produzir e socializar conhecimentos e tecnologias, com vistas a promoção do envelhecimento humano de qualidade, com repercussão econômica e social;

II - elevar, permanentemente, a qualidade do ensino superior e contribuir para sua expansão em todos os níveis;

III - propor e desenvolver uma política científica de ação transformadora, de modo a atender as demandas formuladas pela sociedade e a expandir as fronteiras da ciência para além das necessidades imediatas;

IV - contribuir para uma sociedade digna e justa, na qual a cidadania seja uma realidade;

V - humanizar a formação profissional através do desenvolvimento da ética, da crítica e da sensibilidade as manifestações naturais, sociais e humanas;

VI - preservar, divulgar e construir o patrimônio artístico-cultural da humanidade e, de modo particular, da região e do país;

VII - estender a sociedade a produção científica, tecnológica e de natureza cultural, promovendo intercâmbios e parcerias com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais voltadas para o envelhecimento humano com qualidade;

VIII - prover a sociedade e seus setores produtivos de conhecimentos de tecnologias e de profissionais, visando contribuir para a construção do

processo histórico-social da região e do país, sem preconceitos com a idade tardia.

Dispondo das competências das Pró-Reitorias, estabelece no Artigo 9º, itens:

IX - PRO-REITORIA DE PESQUISA: supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com as normas legais, regulamentares e de instrução aplicáveis e mediante o estabelecimento de mecanismos de articulação técnico-científica com as órgãos; desenvolvimento de atividade de ensino e pesquisa científica, através de convênios com Universidades ou Instituições de Pesquisa, objetivando estimular o estudo do envelhecimento humano; execução de outras ações, pertinentes a natureza da Pró-Reitoria;

X - DEPARTAMENTO DE PESQUISA: organização e gestão de Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e Residência multidisciplinar em Gerontologia e Saúde do Idoso; acompanhamento, supervisão e avaliação da execução de planos e projetos nas áreas do envelhecimento; coordenação de programas de iniciação científica; elaboração de projetos e relatórios relacionados a área da gerontologia; [...] sistematização da produção científica interna e ampliação dos mecanismos para a publicação de trabalhos técnico-científicos na área do envelhecimento, através da Revista Amazonense de Geriatria e Gerontologia - RAGG, que objetiva a publicação de artigos científicos, resultados de projetos de pesquisa, resenhas, resumos de dissertações ...

XI - PRO-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO: coordenação das atividades de ensino para a promoção e divulgação do conhecimento deontológico; oferta de cursos de formação, capacitação e pós-graduação, com foco no processo do envelhecimento humano e seus vieses; fomento de parcerias institucionais para a promoção do ensino da gerontologia; coordenação das atividades de estágio curricular; promoção de campanhas educativas para o envelhecimento saudável.

Conforme consta das disposições finais do Estatuto da instituição, as suas atividades serão desenvolvidas:

Art. 23. As atividades da Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade serão desempenhadas por profissionais com Graduação em Nível Médio, Superior e com Especialização em Gerontologia.

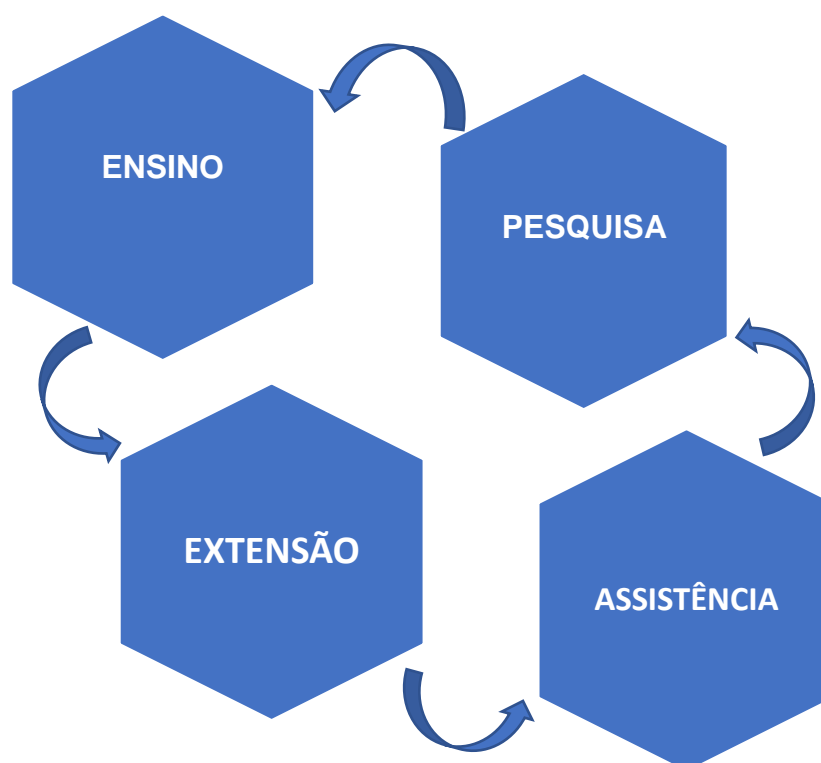
Em 2018, a partir da transformação da UnATI em FUnATI, ou seja, em Fundação, instituiu-se nesta autonomia de gestão administrativa, financeira, patrimonial, disciplinar e pedagógica com a finalidade institucional de promover o ensino em nível de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão no campo do envelhecimento, visando a qualidade de vida dessa faixa etária da sociedade. Contudo, apesar da autonomia atribuída pela Lei como instituição da administração indireta, vinculada diretamente ao Gabinete do Governador, e o consequente desligamento da UEA, ainda não é possível à FUnATI, em função de não ter ainda um quadro de pessoal administrativo e pedagógico próprio, conforme explicita o Reitor Euler Ribeiro, desvincular-se totalmente da UEA. Em decorrência de acordo entre as

duas instituições, os cursos ofertados pela FUnATI ainda estão ligados à Pró-Reitoria de Extensão da UEA, a qual é responsável pela expedição dos certificados e diplomas.

De 2007 a 2015 funcionou no Prédio da Escola Superior de Ciências da Saúde da UEA. Em 31 de julho de 2015, inaugurou sua nova sede, em uma área de 400 metros quadrados, na Avenida Brasil, nº 70 – Bairro de Santo Antônio. Sua capacidade instalada envolve oito (8) salas de aula, entre elas salas de música e dança, ambulatórios, laboratórios de informática, além de auditório com capacidade para cem (100) pessoas.

A partir de sua criação, em 2007 e até o momento, agora como Fundação a partir de 2018, a instituição desenvolveu suas atividades através de quatro eixos, conforme figura 1.

Figura 1 – Eixos de atividades desenvolvidas na Instituição



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

Nos seus quase 14 anos de existência realizou várias atividades envolvendo os quatro eixos acima referidos. Vejamos a seguir.

4.1 ENSINO

O ensino desenvolvido e a ser desenvolvido pela instituição tem por centralidade a preparação de pessoal através de cursos de formação, capacitação e especialização, para o trabalho com idosos, seja como cuidadores, seja em atividades administrativas, seja, ainda, como seus professores e da rede pública de ensino ou qualquer instituição interessada no aperfeiçoamento de seu corpo docente ou administrativo nesta área do saber. Os cursos destinados aos idosos, familiares, cuidadores, estudantes e profissionais visam à promoção e manutenção da autonomia, independência e melhor qualidade de vida dos idosos.

4.1.1 Curso de Especialização em Gerontologia e Saúde do Idoso

Visando oferecer à sociedade amazonense conhecimentos sobre a velhice, a UnATI/UEA, elaborou em 2013 o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gerontologia e Saúde do Idoso para ser desenvolvido na modalidade presencial, junto a Escola Superior de Ciências da Saúde, sob a Coordenação do Dr. Euler Esteves Ribeiro e supervisão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. De 2013 a 2021 ofereceu à sociedade sete (7) cursos desta natureza.

O curso tinha por objetivo, além de possibilitar a aquisição de conhecimentos fundamentais sobre o envelhecimento humano e a formação de cidadãos conscientes para a convivência em uma futura sociedade envelhecida, fornecer aos servidores públicos da rede municipal e estadual de ensino, especialmente aos educadores, conhecimentos sobre o envelhecimento humano, a fim de dar cumprimento ao disposto na legislação e nas políticas públicas em vigor inerentes a essa faixa etária.

Como as necessidades da área de atuação da instituição apresentam, ainda, os mesmos problemas, ou seja, as mesmas necessidades dos idosos e da sociedade em adquirir conhecimentos sobre o envelhecimento, o Projeto Pedagógico para a pós-graduação *lato sensu*: **Especialização em Gerontologia e Saúde do Idoso** atual, tem por objetivo:

Capacitar através de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*, profissionais de nível superior das mais diversas áreas de concentração do saber para promover o envelhecimento com dignidade e qualidade de vida aos cidadãos amazonenses, em cumprimento às políticas públicas inerentes (PP, 2019, p. 5).

A Metodologia a ser utilizada segundo o PP (2019, p. 5/6), envolve aulas presenciais os recursos de multimídia, apostilas digitalizadas, filmes, livros e textos complementares. Como estratégias Pedagógicas serão utilizados: Estudos de Caso, Situações-problema, Trabalhos em equipe, Mapa Conceitual, visando uma participação ativa dos profissionais, propiciando a contextualização dos conteúdos em vista das situações cotidianas. As atividades práticas serão desenvolvidas em parceria com diversas Instituições pertencentes à Rede de Proteção à Pessoa Idosa da cidade de Manaus, através de visitas técnicas, aos Centros de Atenção à Melhor Idade - CAIMI's, localizados em 3 (três) zonas da cidade, autorizadas pela Secretaria de Estado de Saúde – SUSAM, Seminários em Saúde e Educação do Idoso, sob a coordenação do Prof. Euler Esteves Ribeiro.

ESTRUTURA DO CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM GERONTOLOGIA E SAÚDE DO IDOSO - PP 2019

Carga Horária Total: 480 horas

Créditos: 32

Teórica: 465 horas

Prática: 15 horas

Número de alunos: 60

Coordenador (a)1: Euler Esteves Ribeiro

Jornada semanal teórica: 30 e 45 horas

Jornada semanal prática: 15 horas condensadas ao término do bloco teórico.

Duração: 18 (dezoito) meses

Formato: Aulas expositivas, seminários, aulas práticas e orientação de TCC.

Conforme PP do Curso, cedido pela Coordenação de Ensino, o Curso é desenvolvido enfatizando questões pertinentes à formação de Gerontólogos, que serão trabalhadas considerando uma clientela multidisciplinar. A estrutura curricular explora os conceitos básicos e princípios fundamentais de Gerontologia, Envelhecimento e Saúde do Idoso.

Quadro 2 – Estrutura Curricular do Curso de Especialização em Gerontologia e Saúde do Idoso

UNIDADE CURRICULAR		
DISCIPLINAS	EMENTA	C. H.
1. Política de Atenção ao Idoso	A ação humana: ética e moral – valores. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos. Estatuto do Idoso. Direito à Saúde. Direito de Família. Aspectos históricos das políticas sociais no Brasil, com análise dos avanços e retrocessos nas ações de cidadania e na ampliação dos direitos relacionados à pessoa idosa. Transmissão intergeracional da cultura enraizada em valores de sustentação (legados, rituais e tradições). Organização e vicissitudes da família contemporânea em relação à concepção de sexo, casamento e religião. Particularidades e similaridades entre gerações, articulada ao conjunto de temas transversais proposto nos parâmetros curriculares nacionais. Modelos assistenciais mais adequados para a faixa etária dos idosos, que na sua maioria das vezes não é praticado. Política Nacional de Saúde do Idoso, as instâncias intermediárias e os modelos inovadores e contemporâneos de cuidado, como a Internação Domiciliar,	30h

	Instituições de longa permanência, o Controle de Doenças Crônicas, o Centro de Convivência, Modelo de financiamento dos Estados Unidos e a importância da qualidade em serviços de saúde.	
2. Epidemiologia do Envelhecimento	Conceitos de epidemiologia e sua aplicação no dia a dia. Aspectos demográficos, sociais, econômicos e epidemiológicos do envelhecimento populacional brasileiro com enfoque Amazônico. Demografia do envelhecimento populacional. Envelhecimento das famílias e suas estratégias com enfoque na diversidade cultural. Transição demográfica e epidemiológica e pluralidade cultural. População: censo demográfico, pirâmides populacionais e estimativas. Seguridade Social.	30h
3. Conceitos Básicos em gerontologia	Introdução e conceitos básicos em Gerontologia. Desenvolvimento humano e envelhecimento. A Gerontologia e sua inserção no contexto escolar. A gerontologia como tema transversal e interdisciplinar. A desmitificação do envelhecimento e a quebra de estereótipos e estigmas da velhice. A inclusão de conteúdos sobre o processo de envelhecimento nas diferentes disciplinas.	30h
4. Avaliação Geriátrica Funcional	Fundamentos da Avaliação Multidimensional. Interdisciplinaridade na atenção à saúde do idoso. Avaliação funcional, cognitiva e social: instrumentos e escalas mais utilizadas. Envelhecimento ativo e qualidade de vida. Educação gerontológica e formação de recursos humanos. Recursos do sistema de saúde e comunitários. Orientação ao cuidador formal e informal. Envelhecimento, meio ambiente e cultura.	30h
5. Promoção de Saúde e Prevenção de Doenças Entre Idosos	Bases históricas e conceituais sobre promoção da saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde e envelhecimento em relação à: alimentação saudável, prática corporal/atividade física, prevenção e controle do tabagismo, redução da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas, redução da morbimortalidade por acidente de trânsito, prevenção da violência e estímulo à cultura de paz e promoção do desenvolvimento sustentável. Envelhecimento Ativo. Educação em saúde do idoso: ação preventiva. Educação Continuada. Atuação interdisciplinar na Promoção de Saúde. Co-educação entre gerações. Responsabilidade ética e social na	45h

	do cuidador, família e sociedade na promoção da saúde do idoso. Programas e promoção da saúde: o papel das redes de apoio ao idoso. Motivação, participação e satisfação na velhice.	
6. Metodologia de Pesquisa Científica	Elaboração e construção do Projeto. Formulação do tema problema e hipóteses de uma pesquisa científica. Capacitar para realizar um delineamento de pesquisa e elaborar adequadamente um projeto de pesquisa. Identificar as etapas da metodologia científica, ler e analisar artigos científicos e se aperfeiçoar na busca à literatura científica e utilização dos recursos de informática. Busca bibliográfica em bases eletrônicas de acesso local e remoto. Aplicativos usados em pesquisa quantitativa e qualitativa. A questão da pesquisa. Os sujeitos do estudo. A amostragem, critérios e seleção. Medidas e instrumento de coleta de dados. Delineamento da pesquisa. Métodos de estudo: fichamento, resenha, organização do trabalho científico. Regras para a redação de artigos científicos no Padrão de Vancouver.	30h
7. Tópicos em Economia e Saúde	Nova área do conhecimento interdisciplinar para auxiliar os profissionais e formuladores de políticas de saúde na mensuração e comparação dos desfechos clínicos e econômicos entre diferentes intervenções. Conceitos da teoria econômica. Atenção para a manipulação dos recursos financeiros dos idosos, com a compreensão de que suas finanças são um direito com responsabilidade pessoal e social, a partir do momento em que as decisões de suas aplicações vão refletir nas relações familiares, ambientais, afetivas, culturais, principalmente de sua própria saúde física e mental e conseqüentemente no equilíbrio de sua qualidade de vida como um todo. Introdução à Análise Econômica em Saúde com apresentação dos conceitos teóricos dos estudos de custo-benefício e custo da doença, para as políticas públicas de saúde e para os idosos. Gerenciamento financeiro da Educação com a necessária informação para a organização da prevenção das enfermidades mais comuns na terceira idade como as Doenças crônicas, no Estado do Amazonas.	25h
	Teorias Biológicas do Envelhecimento. O aumento da expectativa de vida e as teorias biológicas acerca do envelhecimento,	

8. Biologia do Envelhecimento	destacando modificações funcionais, celulares e moleculares relacionadas ao envelhecimento cronológico no ser humano. Será dada ênfase aos aspectos relacionados ao envelhecimento do homem da floresta e sua variação a susceptibilidade das doenças auto-imunes e infecciosas, observadas com freqüência no envelhecimento. Estudo dos fenômenos biológicos envolvidos no processo de envelhecimento relacionados aos fatores bio-culturais, com enfoque no cuidador, família e sociedade. Doenças relacionadas ao envelhecimento mais peculiares na região norte.	30h
9. Nutrição e Envelhecimento	Introdução à nutrição na promoção da saúde e prevenção de agravos à saúde mais frequentes em idosos. Alimentação, nutrição, saúde e cultura. Avaliação nutricional dos idosos no Brasil relacionado com Pluralidade cultural amazônica. Consumo de alimentos entre idosos no Brasil. Educação nutricional no processo de envelhecimento. Receitas econômicas relacionada com a dieta amazônica. Comportamento alimentar e suas características socioculturais como contexto do processo educativo.	30h
10. Neuropsicologia e Envelhecimento	Teoria Bioecológica do Desenvolvimento humano frente o envelhecimento (pluralidade cultural, saúde e ambiente). Desenvolvimento cognitivo no envelhecimento (mudanças no processamento da informação: registro sensorial, memória de curto prazo, memória de longo prazo). Desenvolvimento cognitivo no envelhecimento (modificações cerebrais, estereotipagem e tópicos de ética). A cognição na vida cotidiana e as perdas de memória. Demência e transtornos psicológicos. Exercícios psicogerontológicos preventivos e interventivos.	30h
11. Reabilitação e Envelhecimento	A disciplina se propõe esclarecer ao aluno a importância dos aspectos da reabilitação de pessoas idosas, com ênfase sobre a dimensão física e ambiental, como agente de intervenção nas condições de saúde da família e da comunidade. O papel do exercício físico na prevenção de acometimentos e problemas crônico-degenerativos. Força muscular, autonomia e estudo dos determinantes da manutenção da funcionalidade e independência dos idosos e principais processos de reabilitação. Visa demonstrar ao aluno a interdisciplinaridade na	30h

	<p>construção dos projetos terapêuticos elaborados de forma conjunta, trabalho integrado e atividades centradas no diálogo, possibilitando uma maior resolutividade e, portanto, melhor qualidade do trabalho e qualidade de vida, permitindo a avaliação prática de determinantes de saúde (sociais, físicos e ambientais) que dificultam a reabilitação do idoso. Ambiente adequado ao idoso, buscando uma perspectiva bio-cultural ampla e depois uma perspectiva sócio-cultural mais voltada à realidade amazônica a partir destas complexas inter-relações.</p>	
12. Síndromes na Prática Geriátrica	<p>Síndromes na prática geriátrica. Incapacidade cognitiva. Grandes causas da incapacidade cognitiva: demência, depressão, delírium e doença mental. Avaliação da cognição. Quedas: epidemiologia, fatores relacionados, consequências e prevenção. Síndrome da imobilidade: definição, causas, consequências e medidas preventivas. Incontinência esfincteriana: urinária e anal (definição, causas, prevenção e cuidados). Farmacologia geriátrica e Iatrogenia: conceitos e medidas preventivas. Síndrome da fragilidade do idoso: prevalência e incidência, definição, prevenção. Principais morbidades do idoso: hipertensão, diabetes, osteoporose, artrites.</p>	45h
13. Distúrbios Neuropsiquiátricos em Idosos	<p>Transtornos psicológicos e do comportamento em doenças neurológicas e psiquiátricas que mais afetam as pessoas idosas. Demência, depressão e psicoses no idoso. Comorbidades em idosos. Doença de Alzheimer. Esquizofrenia: aspectos da cognição de pacientes esquizofrênicos idosos e com esquizofrenia tardia. Adaptação às modificações relacionadas aos distúrbios neuropsiquiátricos em idosos. Cuidados relacionados ao idoso com distúrbio neuropsiquiátrico.</p>	30h
14. Tópicos Especiais em Gerontologia	<p>Fundamentada no campo teórico da Gerontologia, aborda os cinco tópicos de fundamental relevância para a compreensão do indivíduo que envelhece, a saber: Bioética no cuidar do idoso na Finitude e morte; violência e maus-tratos ao idoso, um problema social e cultural; O cuidado do idoso no meio familiar, as relações intergeracionais e o Programa de Assistência e Internação Domiciliar (PAID); As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e as Políticas</p>	30h

	públicas neste campo; representações sociais e culturais da sexualidade do idoso.	
15. Práticas em Saúde do Idoso	Processo de estudo da Gerontologia com característica interdisciplinar, permitindo troca permanente de conhecimentos com enfoque na pluralidade cultural. Conceitos de diversidade cultural: cultura, etnia, raça e fatores que afetam a sensibilidade cultural. Visão da realidade dos serviços de saúde que atendem o idoso. Atividades práticas com ação reflexão e possibilidade da compreensão integral do ser humano e do processo saúde-doença, aplicada ao indivíduo, família e comunidade no contexto dos programas e políticas de saúde. Produção de conhecimento e interpretação da realidade como multi, inter e transdisciplinar no atendimento ao idoso. Promoção/Prevenção e restauração da saúde em comunidades e etapas do desenvolvimento das famílias.	15h
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	Apresentado em forma de Artigo Científico, será orientado por professores da área de conhecimento, participantes do corpo docente do curso ou da instituição. O artigo será avaliado por uma banca de 03 professores, sendo o orientador e dois outros professores indicados pela coordenação do curso. O aluno terá no máximo 3 (três) meses para a entrega do TCC após o término do curso. O aluno que não entregar seu TCC em tempo hábil será considerado reprovado.	20h
TOTAL		480h

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022), em conformidade com o PP do curso.

Como a FUnATI ainda não possui corpo docente próprio, o curso vem sendo desenvolvido por professores convidados. Até o presente momento tem contado com a participação de professores da: UEA, UERJ, USP, UFSC, UFSM, PUC/RS, UNB.

A avaliação dos cursistas é realizada “por meio de provas objetivas e discursivas com base em situações problema, pesquisa, produção textual, seminário de integração e autoavaliação. [...] Será considerado aprovado na disciplina, o aluno que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (sete) nas avaliações programadas nas disciplinas” (Idem, p. 7).

O certificado de **Especialista em Gerontologia e Saúde do Idoso** será conferido pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA ao acadêmico

que cumprir todos os requisitos curriculares em conformidade com a Resolução 01/2001, de 1 de abril de 2001, do Conselho Nacional de Educação/CNE que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação; com a Resolução 014/2000 do Conselho Federal de Educação; com a Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007 da Câmara de Educação Superior – CES, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação; com a Resolução nº. 017/2003 do Conselho Universitário – CONSUNIV, da UEA que cria o Conselho Geral de Pós-graduação e aprova o regimento interno do programa de pós-graduação da Universidade (Idem, p. 13).

4.1.2 Curso de Formação do Educador Social do Envelhecimento

Esse Curso foi oferecido à sociedade, pela primeira vez, em 2015, com aula inaugural proferida pelo Prof. Dr. Euler Esteves Ribeiro, em 02 de fevereiro. Já foram ofertadas 5 turmas e formados mais de 200 profissionais aptos a exercerem as atividades inerentes à sua formação. Em janeiro e fevereiro de 2020, após processo seletivo foram organizadas 6 turmas com aulas a serem iniciadas em março do mesmo ano. Porém, com a pandemia do COVID-19, as atividades presenciais da FUnATI tiveram que ser suspensas tendo em vista as medidas de segurança adotadas para a prevenção da doença. A fim de manter o Curso, A FUnATI resolveu desenvolvê-lo em parceria com o polo de Telesaúde da UEA.

O objetivo do Curso, conforme projeto é: contribuir para o conhecimento do processo de envelhecimento do ser humano, provocando transformações sociais na conquista de uma velhice ativa e digna embasado no Estatuto do Idoso;

capacitar e formar o aluno com perfil dinâmico, criativo, ético, humano, capaz de entender o processo do envelhecimento humano e seus vieses, com ênfase na preservação da saúde e na conquista de qualidade de vida; Conhecer às políticas públicas inerentes à pessoa idosa e a rede de proteção social disponibilizada pelo Estado do Amazonas, possibilitando a compreensão de seu funcionamento; Compreender e compartilhar as práticas do “cuidar”, da pessoa idosa de forma integrada e comprometida, contribuindo para manutenção da saúde e da qualidade de vida do idoso; estimular nas pessoas idosas a participação social com ênfase na garantia da autonomia e da independência; refletir, por meio da auto-avaliação, sobre o próprio envelhecimento e do grupo social no qual está inserido; propiciar ao aluno condições necessárias para ser um Educador do Envelhecimento Humano na Sociedade (PP, 2021, p. 3).

O Curso ofertado em 2021 teve sua realização mediada por tecnologia e como público-alvo profissionais de nível médio ou superior, interessados no conhecimento da educação social voltada aos estudos do envelhecimento; pessoas idosas com formação de nível médio ou superior; cuidadores de idosos (com nível médio completo); coordenadores de grupos e de associações de idosos (com nível

médio completo). Diferente da estrutura do Projeto de 2015, constituído de 300 horas, o Projeto de 2021 será desenvolvido através de uma carga horária total de 260 horas, assim distribuídas:

Quadro 3 – Estrutura Curricular do Curso/Projeto de 2021

DISCIPLINA	Carga HORÁRIA	C. Horária COMPLEMENTAR	C. Horária COMPLETA
Introdução à Gerontologia	6	14	20
Epidemiologia do Envelhecimento	6	14	20
Nutrição Aplicada ao Idoso	6	14	20
Tópicos Especiais em Gerontologia	6	14	20
Saúde Bucal	6	14	20
Educação em saúde	6	24	30
Atenção à Saúde do Idoso	6	24	30
Políticas Públicas, Controle Social e Envelhecimento	6	14	20
Metodologia do Trabalho Científico	6	14	20
Psicologia do Envelhecimento	6	14	20
Educação financeira para um envelhecimento exitoso	3	07	10
Direito do Consumidor como Educação Social	3	07	10
Atividades Complementares com participações em webpalestras e lives	20	00	20
TOTAL	86	174	260

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022), em conformidade com o PP do curso.

4.1.3 Outros Cursos

4.1.3.1 Escolarização de adultos e pessoas idosas - Curso a ser desenvolvido durante 80 horas, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, destinado a reinserir o idoso na educação fundamental.

4.1.3.2 Noções Básicas de Gerontologia - Curso livre realizado em 40 horas, para profissionais que desejam continuar seus estudos nas questões do envelhecimento humano.

4.1.3.3 Capacitação em Modelos de Cuidados à Pessoa Idosa - desenvolvido em 40 horas, em parceria com a Secretaria de Assistência Social – SES.

4.1.3.4 Curso sobre Violência Contra a Pessoa Idosa: Conhecer para combater

- desenvolvido em 40 horas, em parceria com SEJUS, visando dar a conhecer os vários tipos de violência contra idosos, a legislação pertinente e a importância da atuação em rede. É destinado a profissionais de instituições que compõem a rede de proteção à pessoa idosa, ou a qualquer pessoa interessada nesses conhecimentos.

4.2 PESQUISA

A pesquisa desenvolvida pela FUnATI, não apenas propõe, mas executa ações institucionalizadas que visam não apenas a produção científica na área do envelhecimento humano, mas, e principalmente, que faça a transposição deste conhecimento para a sociedade. Para isso vem utilizando como principal estratégia, um sistema de colaboração

com grupos de pesquisa altamente qualificados com destaque para o Laboratório de Biogenômica da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), UnATI da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade de São Paulo (USP), Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Universidade de Leon (Espanha), Universidade de Barcelona (Espanha), Universidade de Toronto (Canadá) e a *Tokyo Metropolitan University* (TMU, Japão) (Anti-Projeto para construção e implantação da infra-estrutura do Centro de pesquisa (Projeto de Implantação da FUnATI, 2021).

Com isso tem desenvolvido intensa atividade de pesquisa sobre o envelhecimento do homem amazônico, especialmente sobre:

4.2.1 Idoso da Floresta

Desenvolvida a partir das informações do IBGE os pesquisadores identificaram dez municípios do Amazonas que apresentavam maior número de idosos longevos, 80 anos ou mais, em municípios do Amazonas. Estudos complementares levaram a escola do município de Maués, localizado no Médio Solimões, como local de desenvolvimento da pesquisa e estudos sobre a longevidade

do homem e da mulher amazônicos. Isto porque, segundo os pesquisadores, além de Maués possuir “uma população predominantemente ribeirinha e, guardar características étnico-culturais e sociais relevantes e diferenciadas de outros locais do país” (RIBEIRO, 2012, p. 36), a prefeitura do município disponibilizou a estrutura da Estratégia de Saúde da Família (ESG-SUS) que consegue cobrir 92% da população.

Iniciada em 2008, sob a Coordenação do Dr. Euler Esteves Ribeiro, idealizador e responsável pela criação da UnATI/FUnATI e pela Dr^a. Ivana Cruz, professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a pesquisa “Idoso da Floresta” realizou, no primeiro momento, estudo comparativo entre 1.509 idosos de Manaus e 1.805 idosos ribeirinhos, com idade igual ou superior a 60 anos. O resultado da comparação dos dados “mostrou que idosos de Maués apresentavam menor frequência de hipertensão, obesidade e diabetes do tipo 2 e de câncer do que os idosos de Manaus” (Ibidem).

Após a primeira etapa, dois outros estudos foram realizados em parceria com pesquisadores da Universidade de Santa Maria, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade de Leon (Espanha). Os resultados levaram ao início de um Programa de investigação laboratorial sobre os potenciais efeitos dos alimentos amazônicos na saúde e longevidade humana, e abriram portas para muitas outras pesquisas, destacando-se como carro chefe a da “Dieta Amazônica na Saúde e Longevidade”.

4.2.2 Dieta Amazônica na Saúde e Longevidade

Essa pesquisa empreendida na UnATI, teve por base, além dos dados obtidos na pesquisa sobre o “Idoso da Floresta”, os estudos sobre as dietas orientais e a do Mediterrâneo. Esta

caracterizada pelo uso diário de azeite de oliva, pelo consumo abundante de frutas e vegetais, sementes, cereais e legumes e, também, de grande quantidade de peixes de origem marinha e frutos do mar. Por outro lado, existe consumo moderado de queijos, iogurte, bebidas alcoólicas (principalmente vinho) e baixa ingestão de carnes e seus derivados (Ibidem, p. 33).

Aquela, a oriental, especialmente a consumida pelos moradores de Okinawa¹³, onde existe um número bastante significativo de idosos centenários. Ali, além de um estilo de vida saudável, existe

uma dieta de baixa caloria, nutricionalmente densa e especialmente rica em fitonutrientes como antioxidantes e flavonoides. Idosos de Okinawa consomem raízes, vegetais, ervas e temperos que são considerados alimentos funcionais. Como é sabido, na dieta oriental os alimentos a base de soja e peixe têm papel de destaque (Ibidem, 34).

Foi a partir do conjunto desses estudos que Ribeiro e Cruz resolveram verificar se, também, existiria na dieta brasileira, elementos que poderiam contribuir com a saúde e longevidade humana. Segundo eles, apesar da alimentação brasileira ser bastante diversificada é possível verificar que grande parte dos alimentos consumidos foram introduzidos pela cultura europeia ao longo da colonização. A Região Norte, todavia, conseguiu manter grande parte dos hábitos alimentares e nutricionais das civilizações pré-colombianas.

Para isso elaboraram um Projeto de Pesquisa para ser desenvolvido junto a Universidade do Estado do Amazonas (UnATI/UEA), em parceria com o Laboratório de Biogênica da Universidade Federal de Santa Maria (LB/URSM), outras Universidades colaboradoras, professores e alunos da UnATI e idosos voluntários, tendo como campo de pesquisa o município de Maués e a cidade de Manaus.

Além de demonstrar a riqueza alimentar dos frutos para a saúde dos povos amazônicos, a referida pesquisa possibilitou a produção entre 2008 e 2021 de dissertações de mestrado e teses de doutorado, assim como de mais de 60 artigos em revistas indexadas nacionais e internacionais. Possibilitou, ainda, a publicação, em 2012, do livro: **Dieta Amazônica: Saúde e Longevidade**, onde os doutores e pesquisadores Ribeiro e Cruz, destacam o papel dos frutos, peixes e farinhas na dieta de comunidades amazônicas para a saúde e longevidade.

Na referida obra os pesquisadores afirmam, baseados em evidências científicas, que assim como existe uma dieta do mediterrâneo e uma dieta asiática que influi, conforme vários estudos, na longevidade, que é possível afirmar, “dada a riqueza de alimentos e especificidades no preparo destes, que existe uma “dieta amazônica que, infelizmente, ainda foi pouco estudada e explorada (Ibidem, p. 34).

¹³ Okinawa é uma prefeitura japonesa formada por mais de 150 ilhas no Mar da China Oriental entre Taiwan e Japão continental.

A obra de Ribeiro e Cruz apresenta com detalhes os elementos nutricionais e os benefícios para o corpo humano de frutos, peixes e farinhas consumidos pelo “homem da floresta”, entre eles: abacaxi, abiu, abricó, açaí, araçá-boi, bacaba, bacuri, banana-pacovã, buriti, cacau, camu-camu, castanha do brasil, cubiu cupuaçu, guaraná, ingá, mangaba, maracujá, piquiá, pupunha, taperebá, tucumã; aruanã, acari-bodó, curimatã, jaraqui, matrinchã, pacu, pirarucu, piranha, tambaqui, tucunaré e; farinhas de mandioca. Tendo em vista as suas propriedades funcionais elas possuem:

Efeitos **anti-oxidante**, **hipolipimiente** (que baixa os níveis de glicose no sangue), **hipolipídico** (que baixa os níveis de colesterol e triglicerídios no sangue), **anticoagulante** (inibidor da agregação plaquetária que ajuda a não formar coágulos, também chamados trombos, dentro dos vasos sanguíneos), **antidepressivo**, **ansiolítico**, **na memória** (função cognitiva), **anticarcinogênico** (antimutagênico), **antialérgico e antimicrobiano** (ação antibiótica e antifúngica) (Ibidem, p. 38).

Vejamos as propriedades apontadas pelos pesquisadores de alguns frutos da Amazônia:

O buriti é rico em Ômega-9 (ácido oléico), em pró-vitamina A e outros componentes polifenólicos. Estudos mostram que o buriti é um filtro solar natural, tem efeito antioxidante, age beneficemente na saúde dos olhos e contribui para o bom funcionamento do sistema nervoso e do sistema cardiovascular.

[...]

O cupuaçu possui compostos bioativos com comprovados efeitos antioxidantes, anti-inflamatórios, anticarcinogênicos e que atuam na saúde do nosso sistema nervoso.

[...]

O guaraná tem ação antioxidante, antibacteriana, antialérgica, antifatigante (energética), antiobesogênica, anticancerígena, na saúde gastrointestinal, cardiovascular e neurológica, principalmente na memória.

[...]

O tucumã contém altos tores de carotenóides que originam a vitamina A e óleos. Também apresenta alguns polifenóides com conhecida ação biológica, como é o caso da quercetina, presente na maçã, cebola e uva, que possui efeitos antioxidantes e anticarcinogênicos e uma poderosa ação antimicrobiana, matando cepas bacterianas que são resistentes a muitos antibióticos (Idem, p. 65/84/87/105).

Também explicitam alguns modos como o povo do rio e da floresta consomem os alimentos. Segundo afirmam, pela manhã, especialmente no Médio Amazonas, bebem o “sapo” (pó de guaraná com água e mel, açúcar ou garapa (suco de cana de açúcar), em seguida tomam café preto ou chá acompanhado de pupunha, tapiquinha com tucumã, pé-de-moleque, cará roxo ou branco, bata doce, macaxeira, etc. dependendo da disponibilidade sazonal; no meio da manhã podem comer qualquer fruta que esteja disponível; no almoço comem, geralmente, peixe, carne de

caça ou de criação, quelônios (tartaruga, tracajá, matamatá, iaçá, jaboti), qualquer um deles acompanhado de farinha de mandioca; a tarde, quando disponível tomam caldo de cana ou comem qualquer fruta disponível; no jantar comem o que estiver disponível: peixe, carne ou mingau de banana, de milho, de tapioca, etc. “Assim, estes povos, em especial os ribeirinhos, apesar de terem pouco acesso às tecnologias médicas, vivem muito tempo e, na maioria das vezes com uma ótima saúde” (Ibidem, p. 111).

Além da produção do livro, os estudos desenvolvidos a partir da pesquisa vêm sendo apresentados em Congressos Nacionais e Internacionais e, inclusive, em Programa de Televisão no Estado do Amazonas e produção científica divulgadas através de artigos com publicação em revistas nacionais e internacionais indexadas, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado. Vejamos:

Quadro 4 – Dissertações e Tese

Título	Autor	Dados Editoriais
1. Impacto de Fatores Socioculturais, Econômicos e de Saúde na Qualidade de Vida de Idosos Residentes em Manaus-AM.	Motta KMS	Dissertação de Mestrado. PPGERONTO-UFSM. 2015. http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9612
2. Prevalência do Autorrelato da Qualidade Auditiva e seu Impacto na Sobrevivência de Idosos Ribeirinhos de Maués – AM.	Nascimento	Dissertação de Mestrado. PPGERONTO-UFSM. 2017.
3. Associação Entre Marcadores Bioquímicos e Genéticos Associados ao Metabolismo Oxidativo e Longevidade de Idosos Ribeirinhos.	Terezinha Lima Silva	Tese de Doutorado, PPG Farmacologia-UFSM. 2017.
3. Transtornos Afetivos em Idosos Brasileiros: análise das tendências de mortalidade, morbidade e custos de serviços de saúde.	Souza Praia R	Dissertação de Mestrado. PPGERONTO-UFSM. 2018 http://repositorio.ufsm.br/handle/1/1306

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

Quadro 5 – Artigos

Título	Autor	Dados Editoriais
1. Idoso da Floresta: indicadores de saúde dos idosos inseridos na Estratégia de Saúde da Família (ESF-SUS) de Manaus-AM, Brasil.	Euler Esteves Ribeiro	Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, 2008; 11(3):307-326

2. Habitual intake of guaraná and metabolic morbidities: an epidemiological study of an elderly Amazonian population.	Da Costa Krewer	Phytother Res. 2011 25(9):1367-74
3. Uncaria Tomentosa for Reducing Side Effects Caused by Chemotherapy in CRC Patients: Clinical Trial.	Farias	Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine https://www.hindawi.com/journals/ecam : 2012: 892182
4. The protective effects of guaraná extract (Paullinia cupana) on fibroblast NIH-3T3 cells exposed to sodium nitroprusside.	Bittencourt	Food Chem Toxicol: 2013: 53:119-25
5. Guaraná (Paullinia cupana Kunth) effects on LDL oxidation in elderly people: an in vitro and in vivo study.	Portella	Lipids Health Dis. 2013: 8;12:12
6. Aspects of the health of Brazilian elderly living in a riverine municipality of Amazon rainforest.	Euler Ribeiro	Revista Amazonense de Geriatria e Gerontologia (RAGG) 2013, 3(1): 2-15
7. Functional, balance and health determinants of falls in a free living community Amazon riparian elderly.	Ivana Maia e Euler Ribeiro	Arch Gerontol Geriatr. 2013, 56(2):350-7
8. Antimicrobial activity of Amazon Astrocaryum aculeatum extracts and its association to oxidative metabolism.	Jobim	Microbiol Res. 2014 169(4):314-23
9. Guarana effect on inflammatory and antiinflammatory cytokines is influenced by Ala16Val-SOD2 gene polymorphism.	Barbisan	Planta Medica 2014, 80:16
10. Effect of Uncaria tomentosa Extract on Apoptosis Triggered by Oxaliplatin Exposure on HT29 Cells	De Oliveira	Evid Based Complement Alternat Med; 2014: 274786
11. Guaraná, a supplement rich in caffeine and catechin, modulates cytokines: evidence from human in vitro and in vivo protocols	Krewer	European Food Research and Technology 2014; 239: 49-57. 12
12. Tucumã fruit extracts (Astrocaryum aculeatum Meyer) decrease cytotoxic effects of hydrogen peroxide on human lymphocytes	Sagrillo	Food Chem. 2015; Apr 15: 173:741-8
13. Effect of Paullinia cupana on MCF-7 breast cancer cell response to chemotherapeutic drugs.	Hertz	Mol Clin Oncol. 2015; Jan 3(1): 37-43
14. Guaraná (Paullinia cupana) improves the proliferation and oxidative metabolism of senescent adipocyte stem cells derived from human lipoaspirates.	Machado	Food Research International; 2015; 67- 426–43
15. Association between advanced oxidation protein products and 5-year mortality risk among amazon riparian elderly population.	Silva	Free Radic Res. 2015; 49(2): 204-9

16. Impact of functional determinants on 5.5-year mortality in Amazon riparian elderly.	Antonini	Rev Panam Salud Publica. 2016 aug; 40(1):9-15
17. Guaraná Supplementation Modulates Tryglicerides and Some Metabolic Blood Biomarkers in Overweight Subjects.	Suleiman	Ann Obes Disord. 2016; 1(1): 1004
18. Genoprotective and hepatoprotective effects of Guarana (Paullinia cupana Mart. var. sorbilis) on CCl4-induced liver damage in rats.	Kober	Drug Chem Toxicol. 2016; 39(1):48-52
19. Hypercholesterolemia and Ecto-enzymes of Purinergic System: Effects of Paullinia cupana.	Ruchel	Phytother Res. 2016 Jan;30(1):49-57
20. Guaraná a Caffeine-Rich Food Increases Oxaliplatin Sensitivity of Colorectal HT-29 Cells by Apoptosis Pathway Modulation.	Cadoná	Anticancer Agents Med Chem. 2016;16(8):1055-1065
21. Neuroprotective Effects of Açai (Euterpe oleracea Mart.) against Rotenone In Vitro Exposure.	Machado	Oxid Med Cell Longev. 2016;2016:8940850
22. Regenerative potential of the cartilaginous tissue in mesenchymal stem cells: update, limitations, and challenges. Rev	Cruz	Bras Ortop. 2016 Dec 6; 52(1):2-10
23. Antihyperglycemic, antioxidant activities of tucumã oil (Astrocaryum vulgare) in alloxan-induced diabetic mice, and identification of fatty acid profile by gas chromatograph: New natural source to treat hyperglycemia.	Baldissera	Chem Biol Interact. 2017 May 25;270:51-58
24. Guaraná, a Highly Caffeinated Food, presents in vitro Antitumor Activity in Colorectal and Breast Cancer Cell Lines by Inhibiting AKT/mTOR/S6K and MAPKs Pathways.	Cadoná	Nutr Cancer. 2017 Jul; 69(5) :800-810
25. A Chemical Compound Based on MethylxanthinePolyphenols Lowers nitric Oxide Levels and Increases Post-thaw Human Sperm Viability.	Werner	Zygote. 2017 Dec; 25(6): 719-730
26. Xanthine-Catechin Mixture Enhances LithiumInduced Anti-Inflammatory Response in Activated Macrophages In Vitro.	Barbisan	Biomed Res Int. 2017; 2017: 4151594
27. Association between T102C 5-HT2A receptor gene polymorphism and 5-year mortality risk among Brazilian Amazon riparian elderly population.	Silva	American Journal of Human Biology, 2017 Sep 10;29(5).
28. Impact of the Ile105 Val Polymorphism of the Glutathione S-transferase P1 (GSTP1) Gene on Obesity and Markers of Cardiometabolic Risk in Young Adult Population.	Chielle	Experimental and Clinical Endocrinology & Diabetes. 2017: 125(5): 335-341

29. Neuroprotective Effects of Guarana (Paullinia cupana Mart.) against Vincristine in Vitro Exposure	Veloso	Prev Alzheimers Dis. 2018;5(1):65-70
30. Mechanisms involved in anti-aging effects of guarana (Paullinia cupana) in Caenorhabditis elegans.	Arantes	Braz J Med Biol Res. 2018, Jul 2; 51(9): e7552
31. Parental and preimaginal exposure to methylmercury disrupts locomotor activity and circadian rhythm of adult Drosophila melanogaster.	Algarve	Drug Chem Toxicol. 2018 Jul 22:1-11
32. Guarana (Paullinia cupana Mart.) protects against amyloid- β toxicity in Caenorhabditis elegans through heat shock protein response activation.	Zamberlan	Food Chem Toxicol. 2018: Sep 9:1-11.
33. Brazil nut improves the oxidative metabolism of superoxide-hydrogen peroxide chemically imbalanced human fibroblasts in a nutrigenomic manner.	Schott	Schott et al. Food Chem Toxicol. 2018 Nov;121:519-526
34. Analysis of In Vitro Cyto- and Genotoxicity of Barbatimão Extract on Human Keratinocytes and Fibroblasts.	Pellenz	Biomed Res Int. 2018 Oct 8; 2018: 1942451.
35. The Influence of a Xanthine-Catechin Chemical Matrix on in vitro Macrophage-Activation Triggered by Antipsychotic Ziprasidone.	Duarte	Inflammation. Inflammation. 2019, Jun; 42(3): 915-92
36. Guarana improves behavior and inflammatory alterations triggered by Methylmercury exposure: an in vivo fruit fly and in vitro neural cells study.	Algarve	2019 Environmental Science and Pollution Research; 2019: 26(15): 15069-15083
37. Protective effect of guarana-loaded liposomes on hemolytic activity.	Roggia	Colloids Surf B Biointerfaces. 2019; Nov 11:110636.
38. The Val16Ala-SOD2 polymorphism affects cytogenotoxicity of pyridostigmine bromide on human peripheral blood mononuclear cells.	Azzolin	Toxicol In Vitro. 2019 Oct; 60: 237-244.
39. Açai (<i>Euterpe oleracea</i> , Mart.), an Amazonian fruit has antitumor effects on prostate cancer cells.	Jobim	<i>Arquivos em Biociências e Saúde</i> , 1 (1), 61-76, 2019;
40. Tucumã extracts decreases PML/RARA gene expression in NB4/APL cell line.		<i>Arquivos em Biociências e Saúde</i> , 1 (1), 77-98, 2019.
41. Caffeinated beverages contribute to a more efficient inflammatory response: Evidence from human and earthworm immune cells.	Alves	2019. Food Chem
42. Interaction between low-level laser therapy and Guarana (Paullinia cupana) extract induces antioxidant, anti-inflammatory, and anti-apoptotic	Maldaner	J Cosmet Dermatol; 2019 25 Jul 2019 .

effects and promotes proliferation in dermal fibroblasts.		
43. Superoxide imbalance triggered by Val16AlaSOD2 polymorphism increases the risk of depression and self-reported psychological stress in free-living elderly people.	Da Cruz	Mol Genet Genomic Med. 2019 Dec 31: e1080
44. Healing activity of Stryphnodendron adstringens (Mart.), a Brazilian tannin-rich species: A review of the literature and a case series.	Pellenz	Wound Medicine, v. 26, p. 100163, 2019
45. Açai (Euterpe oleracea, mart.), an Amazonian fruit has antitumor effects on prostate cancer cells.	Jobim	Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção, v. 1, p. 1-18, 2019.
46. Barbatimão (Stryphnodendron adstringens) na cicatrização: uma revisão. Pellenz et al. Revista Feridas, v. 2018/2019, p. 1172, 2019 40 Açai (Euterpe oleracea Mart.) has antiinflammatory potential through NLRP3- inflammasome modulation.	Machado	Journal of Functional Foods, v. 56, p. 364-371, 2019.
47. Lipotoxicity-associated inflammation is prevented by guarana (Paullinia cupana) in a model of hyperlipidemia.	Ruchel	Drug Chem Toxicol, Jun 14:1-9, 2019.
48. Guarana improves behavior and inflammatory alterations triggered by methylmercury exposure: an in vivo fruit fly and in vitro neural cells study	Algarve	Environ Sci Pollut Res Int. 2019 May; 26(15):15069-15083
49. The Influence of a Xanthine-Catechin Chemical Matrix on in vitro Macrophage-Activation Triggered by Antipsychotic Ziprasidone.	Duarte	Inflammation. 2019 Jun;42(3):915-925.
50. Resveratrol-mediated reversal of changes in purinergic signaling and immune response induced by Toxoplasma gondii infection of neural progenitor cells.	Bottari	Purinergic Signal. 2019 Mar;15(1):77-84.
51. Açai (Euterpe oleracea, Mart.), an Amazonian fruit has antitumor effects on prostate cancer cells	Jobim	Arquivos em Biociências e Saúde, 1 (1), 61-76, 2019.
52. Tucumã extracts decreases PML/RARA gene expression in NB4/APL cell line	Jobim	Arquivos em Biociências e Saúde , 1 (1), 77-98, 2019
53. Protective effect of guarana-loaded liposomes on hemolytic activity.	Roggia	Colloids Surf B Biointerfaces. 2020 Mar;187:110636
54. Astrocaryum aculeatum fruit improves inflammation and redox balance in phytohemagglutinin-stimulated macrophages	Cabral	J Ethnopharmacol . 2020, 30 de janeiro; 247: 112274.
55. Caffeinated beverages contribute to a more efficient inflammatory response:	Alves	Food Chem Toxicol. 2019 Dec; 134: 110809.

Evidence from human and earthworm immune cells.		
56. Interaction between low-level laser therapy and Guarana (<i>Paullinia cupana</i>) extract induces antioxidant, anti-inflammatory, and anti-apoptotic effects and promotes proliferation in dermal fibroblasts.	Maldaner	J Cosmet Dermatol . 2020 mar; 19 (3): 629- 637.
57. <i>Uncaria tomentosa</i> improves cognition, memory and learning in middle-aged rats. Castilhos et al Exp	Castilhos	Exp. Gerontol, 2020, 11101
58. <i>Astrocaryum aculeatum</i> fruit improves inflammation and redox balance in phytohemagglutinin-stimulated macrophages.	Cabral	J Ethnopharmacol. 2020 Jan 30; 247: 112274
59. In vitro Biological Properties of <i>Solanum sessiliflorum</i> (Dunal), an Amazonian Fruit.	Montagner	J Med Food, 23:978-987, 2020.
60. Açai (<i>Euterpe oleracea</i> Mart.) presents antineuroinflammatory capacity in LPS-activated microglia cells.	De Souza	Nutr. Neuroscience, 2020, 10: 1-12 55
61. Guarana: Stability-Indicating RP-HPLC method and safety profile using microglial cells.	Roggia	J. Food Composition Analysis, 2020 94: 103629.
62. Aqueous extract of <i>Paullinia cupana</i> attenuates renal and hematological effects associated with ketoprofen.	Belló	Food Biochem, 2021, 42: e13560
63. Antioxidant, hepatoprotective, genoprotective, and cytoprotective effects of quercetin in a murine model of arthritis.	Saccol	J. Cell Biochem, 2020, 121: 2792-2801.
64. Guarana (<i>Paullinia cupana</i> Mart.) protects against amyloid- β toxicity in <i>Caenorhabditis elegans</i> through heat shock protein response activation.	Zamberlan	Nutr Neurosci; 2020, 23: 444-454.
65. Superoxide imbalance triggered by Val16AlaSOD2 polymorphism increases the risk of depression and self-reported psychological stress in free-living elderly people.	Jung	Mol Genet Genomic Med . Fevereiro de 2020; 8 (2): e 108
66. Lemongrass (<i>Cymbopogon citratus</i> (D.C.) Stapf) Presents Antitumoral Effect and Improve Chemotherapy Activity in Prostate Cancer Cells.	Gomes	Anticancer Agents Med Chem, 2021.
67. Avocado oil (<i>Persea americana</i>) protects SHSY5Y cells against cytotoxicity triggered by cortisol by the modulation of BDNF, oxidative stress, and apoptosis molecules.	Motta	J Food Biochem, 45: e13596.
68. Safety indicators of a novel multi supplement based on guarana, selenium, and L-carnitine: Evidence	Teixeira	Food Chem Toxicol, 2021, 15: 112066.

from human and red earthworm immune cells.		
--	--	--

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

4.2.3 Marcadores Sociais de Envelhecimento e Qualidade de Vida do Idoso Futuro da Zona Urbana de Manaus-AM

Realizada em 2014, com o apoio da FAPEAM, sob a coordenação da professora doutora Terezinha Lima e Silva. Focada em estimar o perfil de saúde e de qualidade de vida do adulto envelhecendo, a pesquisa foi realizada com pessoas entre 30-59 da zona urbana da Cidade de Manaus, que segundo dados do IBGE (2010), possuía uma população de 1.802.014 habitantes localizados em uma área territorial de 11.401.077 Km² e densidade demográfica de 158,06 habitantes por Km².

Conforme Silva (2015, p. 33), Manaus possuía em 2005,

uma população estimada em 1.644.688 habitantes. O grupo etário com 60 anos ou mais correspondia a 4,67% do total da população, tal número representava um incremento de 17,33% nessa faixa etária, em comparação com valores de vinte anos atrás. No mesmo período, a população menor de 15 anos sofreu uma redução de 17%. [...]

Ainda segundo Silva, em 2010, numa população de 3.350.773 habitantes dos 62 municípios, 6,3%, ou aproximadamente 200.000 tinham 60 anos ou mais, e, ainda, 0,8% estavam na faixa de 80 anos ou mais. Em Manaus, 108.081 pessoas tinham 60 anos ou mais. Segundo projeções feitas a partir do Censo do IBGE em 2010, no ano de 2030 serão mais de 600.000 com 60 anos ou mais.

Apesar do estudo realizado pela UnATI não ter sido voltado para questões educativas, mas para o modo de vida do manauara visando identificar que tipo de idoso ele seria no futuro, a pesquisa indicou ser a educação um problema urgente para a melhoria da qualidade de vida no processo de envelhecimento. Indicou, também, que ações como a Campanha Educação para o envelhecimento desenvolvida no Projeto devem não apenas ter continuidade, mas serem ampliadas. E, ainda, a necessidade de implementação de outras disciplinas e atividades educativas inerentes ao envelhecimento a serem desenvolvidas nas escolas, conforme preconiza o Art. 10 do Plano Nacional do Idoso. Concomitantemente promoveu ampla campanha educativa sobre como prevenir algumas doenças durante o processo de envelhecimento e com isso, ser um idoso saudável, fornecendo a

UnATI dados significativos para planejar novas ações porque, no entendimento dos pesquisadores

A qualidade da vida que esse contingente da terceira idade terá, enquanto indivíduo e sociedade, vai depender do modo como os jovens vivem hoje: tipo de alimentação, quantidade de horas que permanecem nos bancos escolares, quantidade de exercícios físicos que praticam, o ambiente que habitam e a genética que carregam. Como a sociedade estará preparada e equipada para receber esses idosos, dependerá do necessário planejamento, a partir de dados estatísticos, informações nos contingentes atuais de população. Esses fatores serão determinantes do envelhecimento biopsicossocial e ambiental com êxito ou não (SILVA, 2015, p. 35).

A Coordenação de Pesquisa da FUnATI, hoje sob a responsabilidade da Dr^a. Verônica Azzolin, envida esforços na reorganização e continuidade do referido projeto.

4.2.4 Estrutura de Apoio às Pesquisas

4.2.4.1 TELEGERO - Rede Virtual de discussão sobre aspectos gerontológicos e geriátricos

Criado e Coordenado pelo Dr. Wilson Jacob, Diretor da Geriatria da Universidade de São Paulo (USP). É composto por UnATI's de nove (9) Estados brasileiros e mais a Universidade do Porto, em Portugal. Tem por finalidade, segundo o Dr. Euler Esteves Ribeiro, em Entrevista realizada no dia 14/9, a discussão e a troca de experiências sobre o processo natural do envelhecimento, assim como empreender reflexões sobre as pesquisas em desenvolvimento. Essas reuniões acontecem toda última quinta-feira de cada mês, quando um dos componentes sorteados apresenta elementos de sua pesquisa. A UnATI/FUnATI participa de forma ativa.

4.2.4.2 Portal Ciência e Consciência: Aproximando a Ciência da Sociedade

Seu objetivo é disponibilizar em ambiente virtual, material científico em linguagem técnica e popular sobre os avanços nas ciências da saúde e assim promover a aproximação Universidade/Cientistas/Comunidade, repassando as informações sobre o COVID-19.

4.2.4.3 Site: <https://biogerontofunati.com/>. – BIOGERONTO

4.2.4.4 Centro de Pesquisas, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico em Gerontologia – GERONTEC

Figura 2 – Foto área externa do Centro GERONTEC



Fonte: Registro realizado pela pesquisadora (2022).

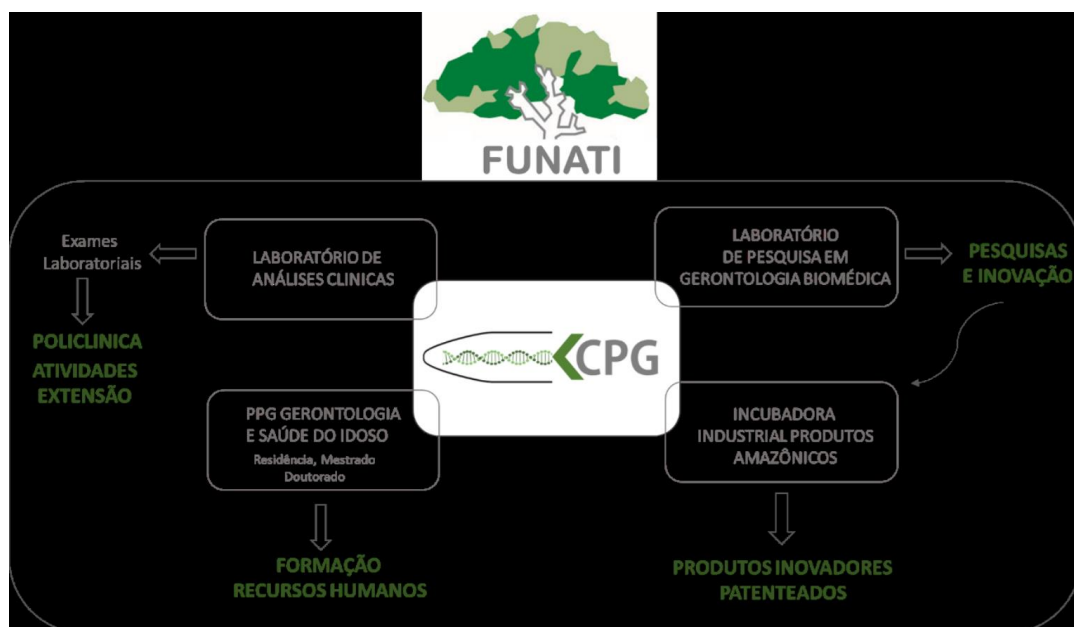
Inaugurado recentemente, em 29 de março de 2022, o Centro de Pesquisas, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico em Gerontologia – GERONTEC tem por finalidade, segundo o Projeto de sua criação (2020, p. 4), desenvolver pesquisas interdisciplinares em parcerias com universidades brasileiras e internacionais, envolvendo desde análises epidemiológicas na população idosa que vive em Manaus, quanto na população ribeirinha, até estudos de alta especificidade envolvendo cultura de células e análise biogenômicas, principalmente relacionadas ao efeito dos frutos amazônicos na prevenção, promoção de saúde e controle de DCNTs. Como a UnATI não tinha estrutura laboratorial própria para realizar tais análises, a maior parte dos estudos que envolviam análises complexas, como marcadores bioquímicos e genéticos vinham sendo desenvolvidos nas instituições parceiras.

Figura 3 – Foto área interna do Centro GERONTEC



Fonte: Registro realizado pela pesquisadora (2022).

Figura 4 – Estrutura do Centro GERONTEC



Fonte: Anti-Projeto para a Construção e Implantação da Infraestrutura do Centro de Pesquisa – GERONTEC/FUNATI/AM.

O GERONTEC, que está iniciando seu funcionamento, se constitui, conforme Projeto de sua criação, além de espaço para abrigar pesquisadores e alunos envolvidos com atividades de Residência Multidisciplinar em Gerontologia e Cuidado do Idoso e, após a implantação do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia e

Saúde do Idoso em nível de Mestrado e Doutorado, irá apoiar as pesquisas a serem ali desenvolvidas, assim como também desenvolver atividades de:

- Laboratório de Análises Clínicas para a realização de exames laboratoriais complementares de análises clínicas em apoio a Policlínica e as atividades de extensão e pesquisa populacional;
- Laboratório de Pesquisas em Gerontologia Biomédica voltado ao desenvolvimento, inovação e produção de produtos à base de alimentos (frutos e peixes) e fitoterápicos do Bioma Amazônico com diferentes formas de apresentação (suplementos alimentares, cosméticos, fármacos);
- Laboratório voltado para a pesquisa sobre o desenvolvimento e produção de fitoterápicos, suplementos alimentares, cosméticos, fármacos, etc., produzidos a partir de componentes do Bioma Amazônico (frutos, peixes, oleaginosos, etc.).

4.3 EXTENSÃO

As atividades de cursos e oficinas livres, ofertadas na modalidade presencial à comunidade visam, segundo consta em documentos da FUnATI, possibilitar à Universidade atender demandas de conhecimentos sobre o envelhecimento e a inserção sociocultural, a promoção da saúde por meio do envelhecimento ativo, assim como possibilitar saberes para aqueles que em suas atividades, precisam lidar com os idosos e com o processo de envelhecimento da sociedade local.

4.3.1 Oficinas Livres

As oficinas Livres são destinadas aos idosos que frequentam a FUnATI. Entre elas destacamos:

- 4.3.1.1 *Artesanato*: Reciclagem, bordados, pinturas, etc. - voltadas para estimular habilidades manuais, convívio social, além de proporcionar alternativas de obtenção de renda.

4.3.1.2 *Atividades Físicas*: Desenvolve atividades de Hidropilates, pilates, natação, musculação, dança livre - visam a melhoria da condição da saúde física, mental e a preservação da independência.

4.3.1.3 *Música - Coral*, violão, aulas de dança, etc. – visam a promoção da qualidade de vida à pessoa idosa e o acesso à educação musical como terapia.

4.3.1.4 *Cultura e Lazer*: Grupo de Teatro Renascer e Turma de Geronturismo – visam a promoção da qualidade de vida por meio de atividades que estimulem o bem-estar e lazer, permitindo a integração dos idosos junto a sociedade.

4.3.1.5 *Idiomas*: cursos de inglês e espanhol básico e intermediário – aquisição de novos conhecimentos estimulação do processo cognitivo e pode abrir oportunidades para viagens e explorar o mundo.

4.3.1.6 *Equilíbrio*: Turma de equilíbrio corporal, caminhada orientada e alongamento – visam o equilíbrio corporal, a reabilitação e fortalecimento muscular com orientação profissional.

4.3.1.7 *Meditação e Memória*: Oficinas da memória, coaching, hatha yoga, massoterapia – visam a saúde mental.

4.3.1.8 *Bem-estar*: Tai Chi Chuan - visando, através de exercícios de controle emocional, promover o alívio do estresse e prevenção de doenças.

4.3.2 Palestras e Campanhas Educativas

Atividades temporais com previsão clara de início e término, metodologia definida; registros dos participantes; e avaliação de desempenho, além de ser regido por Resolução própria e específica, diferente daquela que rege os Cursos Regulares e Superiores. Possui abrangência para todo o Estado do Amazonas, oportunidade em que são ofertadas atividades especiais em quatro Eixos cíclicos: a) Seminário Amazônico de Geriatria e Gerontologia; b) Ciclo de Capacitação em Gerontologia (cursos livres); c) Ciclo de Campanhas Educativas em Gerontologia; d) Ciclo de Telepalestras para o interior do Estado do Amazonas.

4.3.3 Programa de Preparação para Aposentadoria

Desenvolvido em parceria com: AMAZONPREV, SEAD e IFAM, visa a preparação das pessoas para o momento da aposentadoria através de abordagem multidisciplinar.

4.4 ASSISTÊNCIA EM SAÚDE - POLICLÍNICA GERONTOLÓGICA

Figura 5 – Policlínica Gerontológica



Fonte: Registro realizado pela pesquisadora (2022).

Segundo o Projeto Básico da FUnATI (2021, p. 9), a Policlínica Gerontológica

constitui um espaço de cuidado especializado, integrado à rede de atenção à saúde do Idoso, e têm como objetivo, ofertar serviços de atenção à saúde para pessoa idosa através de equipe multiprofissional e multidisciplinar (cessões de outros órgãos governamentais, autônomos/prestadores de serviços, estagiários de graduação, estagiários de pós-graduação e voluntariado), visando à promoção da saúde, prevenção de doenças, estímulo ao autocuidado, manutenção e/ou recuperação da capacidade funcional, na busca de um envelhecimento com qualidade. Bem como, ofertar ações de Educação, promoção e monitoramento à saúde aos alunos matriculados nas atividades promovidas pela Coordenação de Extensão da FUnATI e comunidade, proporcionando aos usuários, conhecimentos de métodos apropriados para a manutenção e/ou recuperação da autonomia e independência dos mesmos.

A Coordenação da Policlínica é responsável pelo planejamento, supervisão, gerenciamento e acompanhamento de atividades desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar. Conta com o apoio de equipes dos sistemas de informação do SUS e Sistema de Regulação – SISREG, voltadas para a saúde e prevenção de doenças de pessoas com sessenta anos ou mais. O trabalho desenvolvido envolve profissionais com diferentes vínculos: cessões de outros órgãos governamentais, autônomos/prestadores de serviços, estagiários de graduação, estagiários de pós-graduação e voluntariado; e envolve os serviços especializados: medicina (clínica geral, cardiologia e oftalmologia); odontologia; enfermagem; psicologia; assistência social; nutrição; fisioterapia; educação física.

Conforme entrevista com a Coordenadora da Policlínica Gerontológica da FUnATI, Vanusa do Nascimento, Enfermeira, Mestre em Gerontologia pela UFSM, no dia 14 de setembro de 2021, o objetivo da Policlínica é

Ofertar serviços de atenção à saúde para pessoa idosa através de equipe multiprofissional e multidisciplinar, visando à promoção da saúde, prevenção de doenças, estímulo ao autocuidado, manutenção e/ou recuperação da capacidade funcional, na busca de um envelhecimento com qualidade.

Ainda segundo a Coordenadora, atualmente a

Policlínica Gerontológica proporciona assistência de saúde para a comunidade, onde acompanha e coordena o cuidado de aproximadamente 2.500 idosos. Através dos sistemas de informação do SUS e Sistema de Regulação – SISREG, todas as consultas são realizadas através de um agendamento prévio.

A partir de 2020, para atender demandas associadas à pandemia do Covid-19, especialmente por ser seu público-alvo, as pessoas com 60 anos ou mais, conseqüentemente consideradas como componentes do grupo de risco, a Policlínica iniciou o atendimento online, através de tecnologias assistivas remotas. As principais atividades desenvolvidas pela Policlínica Gerontológica, neste modelo, disponíveis em (biogerontofunati.com) são de forma resumida, conforme Projeto (2020, p. 5):

- 1) Disk saúde mental – visando tranquilizar as pessoas e tentar fazer com que elas procurem estratégias e consigam controlar a ansiedade, o medo e o nervosismo;

- 2) Programa Hora de Cuidar – destinado à saúde mental, envolve uma série de vídeos elaborados pela equipe de Psicólogos da Policlínica Gerontológica da FUnATI, em parceria com a Secretaria de Comunicação Interna da Secom;
- 3) Programa Saúde Social – realizado através WhatsApp, SMS, ligações telefônicas ou Skype, visando contribuir para a viabilização de direitos sociais e fornecer serviços de assistência social e saúde para os idosos da FUnATI;
- 4) Programa TeleSaúde FUnATI-UEA – realização de teleconsultas com pacientes idosos, com complicações de saúde causado pelo novo coronavírus ou dando continuidade ao cuidado das doenças crônicas não transmissíveis, principalmente a hipertensão e diabetes, de forma ágil, cômoda e segura;
- 5) Programa Tele-educação – orientações aos pacientes idosos, familiares e cuidadores quanto à saúde da pessoa idosa;
- 6) Ação Amigos do Idoso da Policlínica da FUnATI – através de parcerias, o serviço de assistência social da Policlínica, realizou a captação de cestas básicas e objetos de uso pessoal, como: cadeira de banho, cama hospitalar, cadeiras de roda e muletas para os idosos em situação de vulnerabilidade;
- 7) Ação Saúde na Igreja Nossa Senhora da Amazônia – oferta de serviços de triagem e orientações de prevenção da COVID-19 aos fiéis da Igreja Nossa Senhora da Amazônia, localizada no bairro da Ponta Negra.

Esses programas atenderam, entre 2020 e 2021, mais ou menos 40.000 pessoas. Além dessas atividades está desenvolvendo o “PROGRAMA MAIS VIDA: AÇÕES DE PREVENÇÃO E SUPORTE PÓS-INFECÇÃO PELA COVID-19 EM IDOSOS DO AMAZONAS”, coordenado e executado através de atividades virtuais e presenciais, através de seus principais setores de atuação: Policlínica, Coordenação de Extensão, Coordenação de Ensino e Centro de Pesquisas, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico em Gerontologia (GERONTEC).

4.5 EXPANSÃO DAS ATIVIDADES

Visando incentivar e contribuir com práticas que beneficiam a saúde e a melhoria da qualidade de vida dos idosos que vivem no interior do Estado do Amazonas, a Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade – FUnATI, vem promovendo a criação de polos nos municípios de Itacoatiara, implantado em julho de 2021; Parintins, em agosto de 2021; Manacapuru, Itapiranga, Rio Preto da Eva e Iranduba, com previsão de implantação em 2022. Segundo Projeto Básico (2021, p. 39), a existência de polos da instituição no interior possibilitará

além da sensibilização de seu público-alvo para a adoção de hábitos saudáveis, a participação em atividades socioeducativas de promoção de saúde e de prevenção de doenças, de forma a produzir transformações que garantam a melhoria da qualidade de vida por meio de conhecimentos adquiridos relacionados à cultura, à ética, ao exercício da cidadania, à prática da solidariedade, ao respeito ao meio ambiente, à importância da integração social, da espiritualidade e à manutenção da esperança e perseverança na velhice como etapa de vida.

A execução das atividades envolveu, em primeiro lugar, promover a capacitação dos profissionais a fim de dotá-los dos conhecimentos necessários para atuarem junto às pessoas envelhecidas. Como o momento pandêmico não permitia atividades presenciais envolvendo grande número de pessoas, a FUnATI passou a realizá-las de modo virtual. De acordo com os Acordos de Cooperação Técnica realizados entre a FUnATI e as Prefeituras de Parintins e Itacoatiara à FUnATI cabe a responsabilidade de:

1. Apoiar no âmbito administrativo a implantação das atividades da FUnATI no município;
2. Capacitar profissionais para o trabalho e atendimento à população idosa;
3. Ofertar oficinas de extensão em modalidades variadas à população idosa e envelhescente;
4. Fazer levantamento do perfil dos participantes idosos matriculados nas atividades;
5. Enviar material informativo e demais publicações pertinentes à velhice e ao envelhecimento saudável;
6. Realizar evento científico que aborde o tema do envelhecimento com as peculiaridades do município;
7. Ofertar as atividades da Tele Saúde e Disk Saúde Mental para os idosos do município;
8. Outras atividades que sejam realizadas em comum acordo entre as duas Instituições.

E, respeitando os princípios legais, compete às Prefeituras de Itacoatiara e Parintins:

1. Disponibilizar estrutura física e administrativa para a implantação da FUnATI no município;

2. Selecionar os profissionais a serem capacitados para o melhor atendimento às especificidades da população idosa;
3. Divulgar as atividades e ações da FUnATI ofertadas à população;
4. Sugerir atividades de acordo com as necessidades da população local.

Em Itacoatiara, por exemplo, a parceria está contando com o apoio do SENAC que disponibilizou uma sala para o funcionamento administrativo e os espaços abertos para as atividades físicas, etc.

REFLEXÕES EM CONCLUSÃO

No caminhar pela história é possível perceber através das lendas, da literatura, da etnologia¹⁴ e das obras científicas, que desde os tempos antigos a questão da velhice é percebida pelo indivíduo (ponto de vista interior), quanto pela sociedade (ponto de vista exterior), de forma diversa, muitas vezes ambígua ou contraditória, independentemente do tempo e do espaço. Não apenas as sociedades, mas, também, os próprios indivíduos velhos enxergam a velhice ora como incômoda, horrenda, inútil, etc., ora como útil e detentora de honra e sabedoria. Perceber, também, que a velhice é muito mais penosa para os pobres e para as mulheres, não apenas em função da aparência, da falta de forças, mas e principalmente, em função da falta de recursos para o cuidado e manutenção de sua saúde, de sua vida, assim como de sua aparência.

Perceber, também, que após a antiguidade, a preocupação da sociedade com o amparo e cuidado com as pessoas idosas surge no século VI, período dominado pela Igreja, com a criação de asilos e hospitais. Após longo período sem a manifestação de tal preocupação, ela ressurgiu na Inglaterra em 1601, no final do reinado da Rainha Elizabeth, século XVII, por ações conjuntas entre a realeza e o parlamento que fazem surgir a Lei dos Pobres (Old Poor Law), que tinham como objetivo principal prestar assistência social às pessoas que comprovadamente não possuíam condições para sustentar a si próprio e nem parentes e amigos a quem pudessem recorrer e atribuía à Igreja o cuidado dos desvalidos e dos velhos.

Perceber, ainda, que a questão, por ser inerente à natureza das coisas vivas, conseqüentemente da pessoa humana, perpassa os tempos e permanece na atualidade acrescida de um novo componente mais estético/social do que biológico, manifesto na não aceitação da velhice e na tentativa de mascará-la, de aparentar menos idade, através de procedimentos de cirurgias plásticas, que muitas vezes deformam o corpo, especialmente a fisionomia.

As reflexões a seguir levam em consideração os objetivos traçados, o referencial teórico utilizado e os dados levantados na pesquisa documental e nas entrevistas, e visam a compreensão da importância e o alcance do olhar, das reflexões e ações voltadas para o envelhecimento, tendo em vista aspectos sócio-históricos, culturais, educativos e a temporalidade da existência humana que envolve o “ser” (passado, presente e futuro) e o “nada”, ou seja, a morte.

¹⁴ Ciência que analisa as situações e documentos registrados pela etnografia, descrição das várias etnias ou da cultura de um povo, interpretando-os a fim de propor uma comparação entre culturas.

Nesse tempo do caminhar para o nada, a vida humana deve ser vista, tratada e vivida com respeito e dignidade, tendo em vista que cada indivíduo envelhecido já foi criança, adolescente e adulto; possui um presente, um passado e um futuro que, dependendo de sua “vida ativa”, será bem ou mal vivido. Contribuir para essa “vida ativa” é uma das funções das Universidades Abertas da Terceira Idade, conseqüentemente a função da Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade do Amazonas (FUnATI/AM).

Desde a infância nos ensinam quais atitudes são mais adequadas para viver em comunidade: o que fazer, o que dizer; aprendemos uma profissão; criamos um ou muitos projetos de vida que quase sempre vão se modificando durante a vida; constituímos família, mas quando o trabalho acaba parece que só resta o vazio, o descaso, o abandono, a aposentadoria e a sensação de inutilidade. Neste ponto surge uma questão crucial: por que não nos ensinaram e nos ensinam a envelhecer, a melhor compreender e viver esta fase natural da vida que, nas últimas décadas, se transformou na mais longa?

Sabemos que a questão do envelhecimento e da longevidade, nos últimos anos do século XX e início do século XXI, levou a que os governos, as instituições e a sociedade despertassem para essa nova realidade. Decorrente disso são criados vários instrumentos legais, projetos e ações para que as pessoas situadas nessa faixa etária pudessem e possam viver com dignidade e como cidadãos. Essa nova realidade populacional fez com que surgisse, além de instrumentos de amparo e ações de cuidados, a preocupação com a criação de uma forma diferenciada de educação, tanto para o idoso, quanto para os demais níveis educativos para que as gerações mais jovens possam melhor compreender esta fase da vida, tratá-la com respeito e se preparar para ela.

Desde 2003, o Art. 22 do Estatuto do Idoso determina que sejam inseridos nos diversos níveis de ensino formal conteúdos voltados para o processo do envelhecimento. Todavia, o que podemos verificar é que não dispomos destes conteúdos nos currículos dos cursos do ensino fundamental e médio, e nem nas áreas do ensino superior da educação e da saúde. Diante disso, como esperar que as pessoas se preparem para envelhecer ou que os profissionais da educação e da saúde estejam adequadamente preparados para orientar e cuidar daqueles que envelhecem?

De acordo com o apresentado, as preocupações com o envelhecimento faz nascer as Universidades Abertas da Terceira Idade com a finalidade de cuidar não apenas da qualidade de vida dessa faixa etária, mas também de promover uma educação que possibilite enxergá-la como uma etapa natural da vida que merece ser tratada com respeito, como as demais.

Como foi exposto, no Amazonas, a questão do cuidado e da educação do e para o idoso foi abraçada pelas duas Universidades Públicas: a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A UFAM, pioneira nessa empreitada (1993), deu início a tais ações através do Programa *Idoso Feliz Participa Sempre*, idealizado e Coordenado pela Dr^a. Rita Puga Barbosa. A UEA, cria em 2007 a UnATI, hoje FUnATI, idealizada e dirigida até o momento, pelo Dr. Euler Esteves Ribeiro, visando atuar na assistência, na pesquisa e na educação sobre e para essa faixa etária.

O desenvolvimento e aprofundamento dos estudos, cuja centralidade recaiu sobre a problemática da educação e atenção à saúde de idosos na Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade – FUnATI/AM, nos levou a **não confirmação da tese** levantada *a priori*, no início da pesquisa, de que **A qualificação dos servidores e dos professores para atuarem na FUnATI/AM é realizada através da formação continuada, especialmente, em nível de especialização**. Contudo nos levou a identificar que a formação de formadores para atuação junto a terceira idade não é realizada para a composição de seus quadros, visto que não os possui, mas para a sociedade em geral, sendo desenvolvida através do curso de Especialização em Gerontologia e do Curso de Formação do Educador Social do Envelhecimento.

Nos possibilitou, ainda, afirmar que a FUnATI atua de forma **multidimensional**: ensino, pesquisa, extensão e assistência, levando a que atinja uma significativa parte do universo da população envelhecida de Manaus, e a partir de 2021, de Itacoatiara e Parintins, tanto no campo da educação, quanto no campo da pesquisa e da assistência. Seus objetivos constantes na Lei de criação, assim como em seu Estatuto apontam para uma atuação futura bastante ambiciosa e significativa, envolvendo, inclusive, cursos de Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu*, o que desejamos que consiga realizar em breve.

Neste momento, todavia, por não ter corpo administrativo e pedagógico próprios, contando apenas com pessoal cedido pela UEA, estagiários e bolsistas pagos através de projetos e convênios e de professores parceiros em pesquisas, e

convidados, não é possível colocar em prática as ações previstas. Todavia, por ter a questão do envelhecimento com qualidade como núcleo central de sua atuação, tem concentrado esforços na assistência médica e social à sociedade amazonense, sem descurar do ensino e da pesquisa.

Apesar disso, e levando em consideração que:

1. O Estatuto (AMAZONAS, 2018, p. 2), estabelece como sua função a oferta de “cursos de formação, capacitação e pós-graduação, com foco no processo do envelhecimento humano e seus vieses; [...] coordenação das atividades de estágio curricular; promoção de campanhas educativas para o envelhecimento saudável”;
2. A compreensão, construída a partir das ideias de teóricos, de que o ser humano é constituído por duas dimensões: biológica (corpo); mente (intelectiva), esta desenvolvida em uma dada cultura, por meio de processos educativos informais e formais;
3. A principal função da educação do e para o idoso é a conscientização de que a velhice é uma etapa natural da vida humana que deve ser aceita pela sociedade e pelo próprio idoso e, como as demais, é passível de educação.

Permitimo-nos sugerir que a FUnATI organize, tendo por sustentação qualquer das orientações apresentadas ou existentes, e oferte à sociedade, especialmente aos professores da rede pública de ensino, curso de Educação Gerontológica (formação de recursos humanos) e de Gerontologia Educacional ou Gerontopedagogia (processos de aprendizagens), em nível de graduação ou pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*, tendo como objetivo o idoso em situação pedagógica e a formação de formadores para atuarem no processo ensino/aprendizagem de pessoas envelhecidas ou em processo de envelhecimento, a fim de que, num futuro próximo, se aprenda a envelhecer, do mesmo modo que um dia aprendemos a crescer.

REFERÊNCIAS

- ANDER-EGG, E. **Metodología y Práctica de la Animación Sociocultural**. Madrid: Editorial CCS, 2000.
- AMAZONAS. **Lei nº 4.625** – Institui a Fundação Universidade Aberta da terceira Idade. Manaus: Poder Executivo, 2018.
- AMAZONAS. **Decreto nº 39.522** – Estatuto da Fundação Universidade da Terceira Idade. Manaus: DO de 13/9 de 2018.
- BARBOSA, R. M. dos S. P. **Dinâmicas do PIFPS-U3IA-FEFF-UFAM 25 anos: como chegamos até aqui 1993-2018**. Manaus: EDUA, 2018.
- BEAUVOIR, S. de. **A Velhice**. Trad. de Maria Helena Franco Martins – 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848** - Código Penal. Rio de Janeiro, 1940.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Plano de Dados Abertos**. IBGE. Rio de Janeiro, 2016-2017.
- BRASIL. **Lei nº 8.842**. Política Nacional do Idoso. Brasília: Poder Executivo, 1994.
- BRASIL. **Lei nº 9.394** – Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Brasília: Poder Executivo, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 10.741**. Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.
- BRUYNE, P. de J. H.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os polos da prática metodológica**. Trad. de Ruth Jaffily. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CACHIONI, M. **Quem Educa os Idosos?** um estudo sobre professores de Universidades da Terceira Idade. Campinas, SP: ALINEA, 2018.
- CACHIONI, M. et al. Metodologias e Estratégias Pedagógicas utilizadas por Educadores de uma Universidade Aberta à Terceira Idade. **Educ. Real**. Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 81-103, Mar. 2015.
- CARVALHO, T. A. P. de. **Geropedagogia: educar para envelhecer**. Ponta Grossa/PR: Atena, 2020.
- CAPALBO, C. **Metodologia das Ciências Sociais: a fenomenologia de Alfred Schutz**. Rio de Janeiro: Antares, 1979.
- CÍCERO, M. T. **Catão, o Velho ou Diálogo Sobre a Velhice**. Trad. de Marino Cury. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

CLAVIJO, M. V. La Formación de Formadores para los Programas Universitarios de Mayores. **EA, Escuela Abierta: Revista de Investigación Educativa**, ISSN 1138-6908, nº 3, 1999, p. 133-162.

DEBERT, G. G. Velhice e o curso da vida pós-moderno. **Revista USP**, (42), 70-83. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i42p70-83>, 1999.

DELORS, J. **Educação: um Tesouro a Descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FAZENDA, I. C. A.; VARELLA, A. M. R. S.; ALMEIDA, T. T. O. Interdisciplinaridade: Tempos, espaços, proposições. **E-Currículum**, 11, 2013.

FREITAS, E. V. de. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

FRUTUOSO, D. **A Terceira Idade na Universidade: Relacionamento entre gerações no 3º milênio**. Rio de Janeiro, Ágora da Ilha, 1999.

GARCIA, A. S. El educador social ante la actualidad y necesidad de la educación em los mayores. In. MINGUEZ, J. G.; GARCIA, A. S. **El tabu de la terminología**. Um modelo de educación em los mayores: La interactividad. Madrid: Dykinsin, 1998.

GATTI, B. A. Análise das Políticas Públicas para Formação Continuada no Brasil, na última Década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13. N. 37. jan./abr., 2008.

GROISMAN, D. **Asilos de Velhos: passado e presente**. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento. ISSN: 1517-2473 (impresso) e 2316-2171 (eletrônico), 1999.

HUSSERL, E. **Ideais para uma fenomenologia pura e para uma Filosofia Fenomenológica: Introdução geral à fenomenologia pura**. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

IMBERNÓN, F. **Formação Continuada de Professores**. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

IMBERNÓN, F. (Org.). **Educação no Século XXI: Os desafios do futuro imediato**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

LENOIR, R. 'L'invention du Troisième Âge'. **Actes de la Recherche en Sciences sociales**, Nº 26-27, p. 57-82, 1979. ISSN 0335-5322. Disponível em: https://www.persee.fr/web/revues/home/prescript./article/arss_03355322_1979_26_1_2630. Acesso em: 08. nov. 2021.

LENOIR, R. Objeto Sociológico e Problema Social. In: MERLLIÉ, D. **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MASCARO, S. **O que é a velhice**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

MINAYO, M. C. de. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. Ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento**. Tradução de Arlene Santos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos - Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1, 2003.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, M. M. L. de. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV; 1998. p. 69-84.

PLATÃO. **As Leis**. Tradução Edson Bini. 1ª ed. São Paulo, Bauru, 1999.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2000.

RIBEIRO, E. E. **Dieta Amazônica: saúde e longevidade**. Manaus: Editora Cultural do Amazonas, 2012.

SILVA, T. L. **Homo Urbanus: Relatório da Pesquisa “Marcadores Sociais de Envelhecimento e Qualidade de Vida do Idoso Futuro, da Zona Urbana de Manaus (AM)”**. Manaus, 2015.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.155-168, jan.-mar. 2008. <https://doi.org/10.1590/S010459702008000100009>.

SIMÕES, C. C. da S. **Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016.

TAMER, N. L. Calidad y equidad en la educación de los adultos mayores. **EA, Escuela Abierta: Revista de Investigación Educativa**, ISSN 1138-6908, nº 3, 1999, p. 103-132.

VELLAS, P. **Le Troisième Souffle**. Paris: Bernard Grasset, 1977.

VERAS, R. P.; CALDAS, C. P. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2004; 9 (2):423 - 432.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. Vol. 1 – Trad. Augustin Wernet, 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.